



**.INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

MEMÓRIA NÃO SE REMOVE:

Práticas de resistência e Museologia Social no Museu das Remoções

TAMIRIS AMANCIO

Foz do Iguaçu
Ano 2024

MEMÓRIA NÃO SE REMOVE:
Práticas de resistência e Museologia Social no Museu das Remoções

TAMIRIS AMANCIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosângela de Jesus Silva

TAMIRIS AMANCIO

MEMÓRIA NÃO SE REMOVE:

Práticas de resistência e Museologia Social no Museu das Remoções

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosângela de Jesus Silva
UNILA

Prof^a. Dr^a. Andréia da Silva Moassab
UNILA

Prof. Dr. Evander Ruthieri Saturno da Silva
UNILA

Foz do Iguaçu, 13 de dezembro de 2024.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

A484m

Amancio, Tamiris.

Memória não se remove: práticas de resistência e Museologia Social no Museu das Remoções / Tamiris Amancio. - Foz do Iguaçu, 2025.

188 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Dr^a. Rosângela de Jesus Silva.

1. Vila Autódromo (Rio de Janeiro, RJ) - Museus. 2. Museologia. 3. Eventos especiais. 4. Remoção (Habitação). I. Silva, Rosângela de Jesus. II. Título.

CDU 069.8

Dedico este trabalho às pessoas que estão comigo durante a minha trajetória neste multiverso da loucura que é ser mulher, mãe de gêmeos, museóloga e pós-graduanda. A todos vocês muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio, incentivo e amor de pessoas especiais que estiveram ao meu lado durante esta jornada desafiadora. Em primeiro lugar, agradeço imensamente à minha orientadora, Prof^a Dr^a Rosângela de Jesus Silva, por sua paciência, dedicação e orientação iluminada, que me guiaram em cada etapa deste percurso. Sua sabedoria e incentivo constante foram fundamentais para que eu pudesse concluir este projeto.

Às minhas irmãs, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram nos momentos mais difíceis. Vocês foram um porto seguro, oferecendo carinho e força nos dias em que parecia impossível continuar.

Ao meu marido, que esteve ao meu lado em todos os momentos, compartilhando as alegrias e suportando as dificuldades comigo. Sua compreensão, apoio incondicional e amor foram a base que me manteve firme, mesmo quando a jornada parecia insustentável.

Por fim, sou grata à possibilidade de ter podido escrever este trabalho, mesmo enfrentando tantas adversidades. Entre os desafios da maternidade, a correria do dia a dia e as dificuldades impostas pelas circunstâncias, foi um exercício de resistência e superação. A experiência de transformar essas dificuldades em força e motivação para seguir adiante ficará marcada para sempre em minha vida.

A cada pessoa que contribuiu de alguma forma para a realização desta dissertação, meu mais profundo agradecimento. Este trabalho não é apenas meu, mas de todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa caminhada.

Muito obrigada!

Memória não se remove!
(Museu das Remoções)

RESUMO

Esta dissertação investiga as práticas de resistência comunitária e a aplicação da Museologia Social por meio do estudo do Museu das Remoções, localizado na Vila Autódromo, no Rio de Janeiro. Criado como resposta aos processos de remoção promovidos pelo Estado durante os megaeventos esportivos Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, o museu emerge como um espaço de contestação ao discurso de desenvolvimento urbano e "legado olímpico", que legitimaram remoções forçadas e exclusão de comunidades vulneráveis. Fundamentada em teorias de Museologia Social e historiografia crítica, a pesquisa utiliza os aportes de Moutinho (1993, 2021), Varine (2005, 2009, 2012), Chagas (2007, 2009, 2011), Spivak (1988, 2010), Harvey (1996, 2005) e Rolnik (2019), entre outros, para discutir como os museus comunitários operam como ferramentas de resistência cultural e política frente a políticas de urbanização excludentes. A análise qualitativa, baseada em um estudo de caso, combina métodos como análise documental, registros digitais e produções audiovisuais para capturar as narrativas da comunidade. O estudo utiliza a Museologia Social como eixo teórico central, articulando-se com a historiografia crítica de Spivak para compreender as vozes subalternas no contexto das remoções urbanas. Harvey e Rolnik oferecem subsídios para explorar a relação entre empresariamento urbano, gentrificação e resistência territorial. Os resultados mostram que o Museu das Remoções desempenha um papel crucial na preservação da memória coletiva e no fortalecimento dos laços sociais e territoriais das comunidades afetadas, ao mesmo tempo que atua como contranarrativa às representações oficiais de progresso urbano. Conclui-se que o Museu das Remoções é um agente transformador na luta pelo direito à cidade, proporcionando visibilidade às identidades locais e denunciando os impactos das remoções. Ele se insere em um movimento mais amplo de resistência cultural e política, reafirmando a relevância dos museus comunitários na valorização das memórias periféricas e na contestação das dinâmicas excludentes das políticas urbanas.

Palavras-chave: Museu das Remoções; Vila Autódromo; Museologia Social; Megaeventos; Remoções Urbanas;.

RESUMEN

Esta disertación analiza las prácticas de resistencia comunitaria y la aplicación de la Museología Social a través del estudio del Museo de las Remociones, ubicado en la Vila Autódromo, en Río de Janeiro. Este museo fue creado como respuesta a los procesos de remoción promovidos por el Estado durante los megaeventos deportivos Copa del Mundo de 2014 y Juegos Olímpicos de 2016, en los que el discurso de desarrollo urbano y "legado olímpico" legitimó desplazamientos forzados y la exclusión de comunidades vulnerables. Basada en teorías de Museología Social e historiografía crítica, la investigación utiliza los aportes de Moutinho (1993, 2021), Varine (2005, 2009, 2012), Chagas (2007, 2009, 2011), Spivak (1988, 2010), Harvey (1996, 2005) y Rolnik (2019), entre otros, para discutir cómo los museos comunitarios funcionan como herramientas de resistencia cultural y política frente a políticas de urbanización excluyentes. El análisis cualitativo, basado en un estudio de caso, combina métodos como análisis documental, registros digitales y producciones audiovisuales para captar las narrativas de la comunidad. La Museología Social se establece como el eje teórico central, complementado con la historiografía crítica de Spivak para analizar las voces subalternas en el contexto de las remociones urbanas. Harvey y Rolnik aportan elementos clave para explorar la relación entre el empresariado urbano, la gentrificación y la resistencia territorial. Los resultados muestran que el Museo de las Remociones desempeña un papel crucial en la preservación de la memoria colectiva y en el fortalecimiento de los vínculos sociales y territoriales de las comunidades afectadas, actuando como una contranarrativa frente a las representaciones oficiales del progreso urbano. Se concluye que el Museo de las Remociones es un agente transformador en la lucha por el derecho a la ciudad, visibilizando las identidades locales y denunciando los impactos de las remociones. Se inserta en un movimiento más amplio de resistencia cultural y política, reafirmando la relevancia de los museos comunitarios en la valorización de las memorias periféricas y la contestación de las dinámicas excluyentes de las políticas urbanas.

Palabras clave: Museo de las Remociones; Vila Autódromo; Museología Social; Megaeventos y Remociones Urbanas.

ABSTRACT

This dissertation examines community resistance practices and the application of Social Museology through the study of the Museum of Removals, located in Vila Autódromo, Rio de Janeiro. The museum was established as a response to the removal processes carried out by the State during the 2014 FIFA World Cup and the 2016 Olympic Games, where the discourse of urban development and the "Olympic legacy" legitimized forced displacements and the exclusion of vulnerable communities. Grounded in theories of Social Museology and critical historiography, the research draws on the contributions of Moutinho (1993, 2021), Varine (2005, 2009, 2012), Chagas (2007, 2009, 2011), Spivak (1988, 2010), Harvey (1996, 2005), and Rolnik (2019), among others, to discuss how community museums operate as tools of cultural and political resistance against exclusionary urban policies. The qualitative analysis, based on a case study, incorporates methods such as document analysis, digital records, and audiovisual productions to capture the community's narratives. Social Museology serves as the central theoretical framework, complemented by Spivak's critical historiography to analyze subaltern voices in the context of urban removals. Harvey and Rolnik provide key insights into the relationship between urban entrepreneurialism, gentrification, and territorial resistance. The findings reveal that the Museum of Removals plays a crucial role in preserving collective memory and strengthening the social and territorial bonds of affected communities, acting as a counter-narrative to official representations of urban progress. The study concludes that the Museum of Removals is a transformative agent in the fight for the right to the city, highlighting local identities and exposing the impacts of removals. It is part of a broader movement of cultural and political resistance, reaffirming the importance of community museums in valuing peripheral memories and challenging exclusionary urban policies.

Keywords: Museum of Removals; Vila Autódromo; Social Museology; Mega-events and Urban Removals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comunicação uni e bidirecional.....	33
Figura 2 – Comunicação para o desenvolvimento.....	35
Figura 3 – Formalização do termo Favela.....	55
Figura 4 – Ocupação da Vila Autódromo até a criação do Museu das Remoções ..	91
Figura 5 – Cartaz Festival Cultural Vila Autódromo (#Ocupa Vila).....	104

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Quartinho de empregada, instalação do MUQUIFU	12
Fotografia 2 – A resistência cultural dos índios Mapuche do Chile e da Argentina..	23
Fotografia 3 – Vista de parte da favela de Paraisópolis ao lado de um prédio de luxo do bairro Morumbi em São Paulo.....	42
Fotografia 4 – Nem todos tem um preço.....	84
Fotografia 5 – Vila Autódromo 2009 antes das remoções.....	94
Fotografia 6 – Vila Autódromo 2015 com remoções.....	95
Fotografia 7 – Vila Autódromo reassentada.....	96
Fotografia 8 – Demolição da casa de Sandra Regina Damião.....	103
Fotografia 9 – Grafite Homenageando à luta das mulheres da Vila Autódromo....	107

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Motivo das remoções segundo a Secretaria Municipal de Habitação.....	90
Mapa 2 – As remoções “olímpicas”.....	93
Mapa 3 – Anexo A: Primeira proposta para a Vila Autódromo.....	137
Mapa 4 – Anexo A: Segunda alternativa do PPVA.....	138
Mapa 5 – Anexo A: Terceira proposta de assentamento PPVA.....	140
Mapa 6 – Anexo A: Áreas suprimidas pelas remoções.....	142
Mapa 7 – Anexo A: Re-assentamento da Vila Autódromo.....	144
Mapa 8 – Anexo B: A estratégia discursiva do legado.....	147
Mapa 9 – Anexo B: Privatização dos lucros e socialização dos custos.....	148
Mapa 10 – Anexo B: Os donos do Legado.....	150
Mapa 11 – Anexo B: Um projeto injusto para uma cidade desigual.....	152

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Doações das empreiteiras para partidos políticos.....	65
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIU - Área de Especial Interesse Urbanístico

AMPVA - Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo

ANCOP - Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas

CCJB - Centro Cultural José Bonifácio

CCPar - Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos

Cdurp - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro

COB - Comitê Olímpico Brasileiro

COI - Comitê Olímpico Internacional

FAFEG - Federação de Favelados do Estado da Guanabara

FAFERJ - Federação de Favelados do Estado do Rio de Janeiro

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM - Conselho Internacional de Museus

ICOFOM - Comitê Internacional para a Museologia

ITERJ - Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro

MAR - Museu de Arte do Rio

MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

MUQUIFU - Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos

ONU - Organização das Nações Unidas

OUC - Operação Urbana Consorciada

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro

PPP - Parceria Público-Privada

PPVA - Plano Popular da Vila Autódromo

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSF - Programa de Saúde da Família

PT - Partido dos Trabalhadores

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UTF - União dos Trabalhadores Favelados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – NUESTRA CULTURA NO CABE EN SUS MUSEOS.....	23
1.1 NOVOS MUSEUS E UMA NOVA MUSEOLOGIA.....	23
1.2 A MUSEOLOGIA SOCIAL E A HISTORIOGRAFIA CRÍTICA.....	31
1.2.1 Entre a Prática e a Pesquisa Acadêmica: O Ecomuseu de Itaipu.....	38
CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DA (DES)IGUAL CIDADE.....	44
2.1 MURO, O LADO DE CÁ: FAVELA UM PRÉ-CONCEITO FABRICADO.....	45
2.1.1 Os cortiços no Rio de Janeiro.....	49
2.1.2 O surgimento das primeira favelas.....	53
2.1.3 Cidade e favela uma dicotomia capitalista.....	59
2.2 PROCESSOS MODERNOS DE EXCLUSÃO: A CIDADE COMO MERCADORIA.....	64
2.3 MUSEUS E O PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DA MERCANTILIZAÇÃO DA CIDADE.....	69
2.3.1 Com quais museus se faz uma “Cidade Maravilhosa”? O Porto Maravilha e a gentrificação da Pequena África.....	73
CAPÍTULO 3 – MUSEU DAS REMOÇÕES: MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA.....	86
3.1 VILA AUTÓDROMO: ÁREA DE RISCO, OU ÁREA DE RICO?.....	87
3.2 “NEM TODOS TEM UM PREÇO”: “RESISTIR ERA NOSSO LEMA”.....	99
3.3 A RE-ESCRITA DA HISTÓRIA NO MUSEU DAS REMOÇÕES.....	112
3.3.1 O Museu das Remoções e a Preservação da Memória.....	112
3.3.2 Remanescentes e Reassentados: Desafios da sobrevivência.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	132
ANEXOS.....	142
ANEXO A – RESUMO DO PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO.....	142
ANEXO B – REMOÇÕES E RESISTÊNCIA ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA CRÍTICA.....	154
ANEXO C – RELATO DE RESISTÊNCIA.....	163
ANEXO D – FOTOGRAFIAS DA VILA AUTÓDROMO.....	167

INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, narro brevemente minha história, pois o caminho até essa pesquisa perpassa minhas vivências. Sou neta de Benedito porqueiro¹ e Laurita Isabel dos Santos, e filha de uma trabalhadora rural e empregada doméstica². Minha trajetória começa em Três Pontas, no estado de Minas Gerais. Terra marcada pelas plantações de café e por sua formação em torno de quilombos que foram destruídos no decorrer da sua conformação. Minha experiência como filha de empregada doméstica que morava na casa dos patrões moldou minha percepção sobre a “casa grande”. Ao mudar para Mariana e cursar Museologia³, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) surgiram novas oportunidades de entendimento sobre as questões que permeiam a minha história e a da minha família.

O ponto de inflexão foi quando me deparei com a exposição: “Doméstica, da Escravidão à Extinção. Uma Antologia do Quartinho de Empregada no Brasil”, Fotografias 1 – A e B, primeira mostra de longa duração do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU), localizado em Belo Horizonte, recém criado na época (2012). Neste momento foi como recordar a minha infância com a minha mãe, em Três Pontas, no quarto de empregada onde vivíamos.

Fotografia 1 – Quartinho de empregada, instalação do MUQUIFU



Foto: Tamiris Amancio, 2014.

¹Benedito porqueiro era o apelido do meu avô que se chamava Benedito Amancio. A alcunha porqueiro fazia referência ao seu ofício como cuidador de porcos na fazenda em que trabalhava. Esta demarcação é importante pois me coloca enquanto neta e filha de pessoas negras e pobres, nascidas no interior de Minas Gerais e que trabalham ou trabalharam a vida toda na roça.

²Minha mãe, Isabel Amancio, mulher negra, mãe solo de duas filhas, casada com o pai da terceira filha e semianalfabeta, ainda trabalha e vive na zona rural, convivendo com a violência doméstica, porém sem consciência do que sofre, insiste em permanecer nesta realidade.

³Apesar de escolha pelo curso de Museologia, antes de chegar a universidade eu nunca havia ido a um museu, foi durante minha jornada acadêmica que passei a acessá-los.

A experiência de conhecer o MUQUIFU me fez perceber a importância dos museus comunitários como espaços de resistência e preservação da memória local e de pessoas como minha mãe, minhas tias, entre outras que vivenciaram esta história. E desta maneira, o museu tornou-se objeto de minha monografia de conclusão de curso, intitulada “Os museus como agente de transformação social: um estudo de caso do Museu de Quilombos e Favelas Urbanos de Belo Horizonte” (Amancio, 2014).

Neste sentido, o quartinho de empregada apresentado na mostra do MUQUIFU denota o resquício de uma mentalidade escravocrata, sendo estes quartinhos comparados às antigas senzalas. A exposição me remeteu a uma vivência comum na minha família, minha mãe, assim como suas irmãs, desde muito novas, já haviam saído da casa dos pais, trabalhadores rurais, para trabalharem como domésticas⁴⁵.

Sendo assim, de uma lembrança e de um reconhecimento da minha existência no quartinho de empregada começou a minha trajetória como pesquisadora de museus de favela como espaços de resistência. Desde então, acompanho experiências que buscam a partir da criação de museus em suas comunidades se opor a narrativas institucionalizadas que os colocam como subalternizados em seus próprios espaços. Por meio de seus museus, comunidades seguem documentando, preservando e comunicando suas perspectivas acerca de suas vivências, principalmente na luta contra a remoção de suas casas e o apagamento de suas histórias e memórias.

Neste percurso, conheci outros museus dentro desta mesma linha de ação:

⁴Os direitos das empregadas domésticas só foi institucionalizado com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 478/2010, conhecida como PEC das Domésticas, aprovada em 2013 e que estabeleceu igualdade de direitos trabalhistas para as empregadas domésticas. Essa mudança foi um primeiro passo para dignidade do trabalho de empregada doméstica, mas não finda a história que remete ao período escravocrata do país e a “cultura” da “Casa Grande”.

⁵ A minha mãe quando trabalhava na casa de “família”, como diversas outras empregadas domésticas faziam escalas de trabalho exaustivas, muitas vezes levantando muito cedo e indo dormir tarde. Neste momento, novembro de 2024, no Brasil existe uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que sugere o fim da jornada de trabalho na escala 6x1. Esta proposta é muito importante para muitas domésticas que são mães e que também precisam cuidar dos seus filhos e para quebrar um dos processos enraizados da escravidão, onde os filhos dos patrões são cuidados por seus empregados em “dedicação exclusiva”, enquanto os filhos das empregadas ficam sozinhos em suas casas.

o *Museo dos Desplazados*⁶, o Museu da Boa Esperança⁷; o Museu da Beira da Linha do Coque⁸, entre outros. Um em especial, o Museu das Remoções, foi o que mais me chamou atenção, pois sua criação objetivou tanto registrar as lutas e memórias de sua comunidade quanto se configurar como um museu que atue para “Preservar memórias e histórias de pessoas removidas ou ameaçadas de remoção no território local, nacional e internacional” (Museu das Remoções, 2016, p.11).

Desde meu primeiro contato com o museu, em 2019, na página do *Museo dos Desplazados*, continuei acompanhando em formato virtual⁹ publicações em suas páginas e redes sociais, eventos realizados, apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos, produções audiovisuais, entre outros. Por estes canais, tornou-se perceptível a expressão de seus sentimentos acerca de como entendiam que suas memórias e histórias eram representadas. A partir das citações a seguir, têm-se um panorama resumido de suas percepções: “Manter viva nossa memória e preservar nossa história”; “Nossa casa, Nossa história: memórias de remoções, despejos e pandemia”; “Vila autódromo, na resistência e luta, nasce um museu”; “Museu das Remoções: memória não se remove”. (Museu das Remoções, 2016)

Destas observações, ficou nítido que, por um lado, havia o desejo de

⁶É uma plataforma colaborativa online criada pelo coletivo Left Hand Rotation. O coletivo artístico desde 2005 desenvolve projetos que articulam intervenção, apropriação, gravação e manipulação de vídeo. Estrutura-se como uma entidade impessoal não associada ao indivíduo/autor, e aborda cada projeto sob a consideração de que a comunidade receptora não é um espectador, mas uma parte ativa essencial na transformação da realidade social. Busca difundir e tornar visível a cultura da resistência com foco nos impactos da gentrificação. Iniciado em 2010, o museu aborda questões relacionadas ao deslocamento forçado de comunidades devido a processos urbanos de "modernização" ou especulação imobiliária. Ele utiliza arte e cultura como ferramentas para promover a reflexão sobre esses conflitos, registrando as histórias e experiências de pessoas afetadas. O museu é dinâmico, com exposições que se adaptam aos contextos locais de diferentes cidades e regiões. Disponível em: <<https://www.lefthandrotation.com/museodesplazados/>>. Acesso em: 25 de set. de 2024.

⁷O Museu Virtual da Boa Esperança, localizado em Teresina, Piauí, é mais uma ferramenta de luta dos Povos e Comunidades Tradicionais que habitam a região das Lagoas do Norte de Teresina, servindo como uma plataforma digital do museu físico que está enraizado no território. A existência do Museu da Boa Esperança é também uma tática de resistência às ameaças de desterritorialização. Criado pelo movimento comunitário Lagoas do Norte Pra Quem? O Museu da Boa Esperança é gerido pela Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa, entidade de representação das famílias em ameaças de remoção, em parceria com diversas outras organizações. Disponível em: <<https://www.museudaboaesperanca.org>>. Acesso em: 11 de set. de 2024.

⁸O Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque surgiu em 2001, em Recife, no estado do Pernambuco, com o objetivo de defender os interesses da sua comunidade. Participou do processo de implantação do Orçamento Participativo no bairro e atua também junto ao PREZEIS (Programa de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social). É um agente político ativo nas lutas pelo direito à moradia e terras no bairro do Coque. Vale observar que o gesto mais forte do Museu é a tomada da voz que narra a história do Coque pelos próprios moradores. Disponível em: <<https://historiasdocoque.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

⁹O contato com o museu se limitou ao digital devido a pandemia de Covid 19, e em seguida a minha gravidez de gêmeos, que me impossibilitou de ir presencialmente até o Museu.

apropriarem-se da construção e do registro de suas histórias e memórias, relacionadas às lutas e resistências que ao longo do tempo empreenderam para permanecerem em seu território. Por outro lado, a denúncia da exclusão como agentes participantes da historiografia oficial/hegemônica, em que, ora não são retratados, ora tem suas histórias deturpadas, principalmente pelo Estado, que recorrentemente os violenta física, social e simbolicamente.

Buscou-se compreender a razão que motivou a comunidade a criar um museu como alternativa para que pudessem responder às suas inquietações, considerando que os museus desde sua criação são reconhecidos como espaços excludentes e centrados em representar interesses específicos de determinada classe social, reproduzindo em seus espaços estruturas da sociedade que o forjou Chagas (2007,2014), Bruno (2003), Brulon (2020).

Sendo assim, este trabalho pretende analisar a criação do Museu das Remoções, localizado na Vila Autódromo, no Rio de Janeiro. Interessa entender de que maneira ele foi pensado como forma de resistência, que neste contexto, faz referência a duas estratégias de enfrentamento, a primeira à processos de remoções realizados pelo Estado e, a segunda, ao apagamento de suas memórias e histórias de vivências e lutas em seu território.

Contudo, para compreender melhor as lutas travadas pelas comunidades que sofrem ou sofreram remoções, primeiro é preciso nos familiarizarmos com o conceito de resistência, que aqui é entendida como uma forma de afirmação da existência de um território, de uma comunidade, uma coletividade e suas formas de re-existência heterogêneas. Conforme destaca Moassab (2011), a diferenciação é uma das “táticas de guerra” da resistência, que visa dentre outras coisas combater as relações de poder que tendem homogeneizar a sociedade para manter as relações de poder. Aspis (2011) complementa, chamando a atenção para o fato de que a resistência não é apenas uma forma de movimento contra a sujeição, mas é sobretudo uma afirmação da vida como re-existência.

A Vila Autódromo teve a maior parte de sua comunidade removida, porém diante da violência imposta pelo estado responderam lutando para que seus direitos fossem respeitados. Uma das estratégias de resistência dos moradores foi a constituição do museu, fundamentado na museologia social, buscando evitar o apagamento de suas memórias e histórias neste território. A necessidade de representação, preservação, comunicação e registro histórico de suas lutas para

manterem suas moradias e a memória das pessoas que foram removidas, seriam processadas tendo o museu como agente aglutinador.

A remoção da favela foi justificada para a construção de estruturas viárias para o Parque Olímpico. Na conjuntura das obras preparativas para sediar os megaeventos esportivos ocorridos no Brasil, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o poder público encontrou justificativa para remoção de comunidades socialmente vulneráveis, com a promessa de realizar melhorias que beneficiariam toda a cidade, inclusive as favelas, deixando um legado positivo e perene após a realização dos jogos. Na prática o que se observou foi um empresariamento urbano (Harvey, 1996), que mais uma vez corroborou com a exclusão de grupos mais pobres de áreas que, com o tempo, passaram a ser reconhecidas como valorizadas. Os megaeventos realizados no Brasil, foram desta maneira, cooptados como instrumento legitimador de uma série de remoções. No entanto, escamoteadas pelas obras anunciadas como necessárias para sua realização encontraram justificativa e apoio social.

A constituição identitária de uma comunidade perpassa por sua ligação com seu território. Além da perda material, a remoção retira dessas pessoas parte da sua conformação enquanto sujeitos, pois seus laços socioculturais são fragmentados em decorrência da separação forçada que são submetidos. De acordo com Haesbaert:

Uma das grandes contribuições da leitura latino-americana sobre o território se deve ao fato de que ela parte da esfera do vivido, das práticas ou, como enfatizava o geógrafo Milton Santos, do “uso” do território –mas que se estende bem além do simples “valor de uso”, compreendendo também um expressivo valor simbólico (para não falar do emocional e mesmo do espiritual)–. Como já foi visto, ao contrário das geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território, a partir da ação dos grupos hegemônicos, na América Latina ele é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social (2021, p. 12).

Desta maneira, a pesquisa visa compreender o uso da museologia social como estratégia de resistência em favelas que sofrem processos de remoção. Para isto, buscou-se analisar a partir da metodologia de estudo de caso o Museu das Remoções, no intervalo de 2016 a 2021, que abrange 5 anos de sua criação. Nos interessa analisar de que maneira as práticas museológicas sociais compuseram, conjuntamente com outras ações, uma instrumento de enfrentamento à remoção de suas moradias e apagamento de suas memórias e histórias no território em que construíram suas vidas.

Para tanto, entendeu-se que era necessário identificar os movimentos de expulsão e exclusão sofridos pelos moradores destas comunidades ao longo de sua existência. Pois a favela, objeto central deste estudo, e por conseguinte seus moradores sofrem com uma série de preconceitos. Neles são imputados geralmente estereótipos de preguiçosos, sujos, marginais, dentre outros, que os definem de maneira a estarem à margem da sociedade. Não são reconhecidos e tratados como cidadãos, “lixo”¹⁰ a serem removidos de uma paisagem. São-lhes negados direitos básicos como moradia, saúde e educação, também lhes é retirado o direito à memória e um lugar na história. Conformando portanto um grupo que é socialmente subalternizado (Spivak, 2010).

Estudar os museus de favela, torna-se fundamental não apenas para entender como as comunidades periféricas preservam suas memórias, mas também para analisar como esses espaços se tornam agentes de resistência contra o apagamento cultural. Em um país onde a história oficializada muitas vezes ignora ou marginaliza essas populações, os museus de favela emergem como possibilidade de retomar e valorizar suas narrativas, criando contranarrativas que confrontam as representações negativas perpetuadas pelas instituições tradicionais .

Diante do exposto, este trabalho busca responder à seguinte questão: como as comunidades periféricas usam o museu como tática de resistência cultural e política frente a remoção? Para isso, será analisado o papel do museu na preservação da memória coletiva, sua contribuição para a reconfiguração das narrativas históricas sobre as favelas e os desafios que enfrentam em um cenário de exclusão social e institucional.

Os conceitos de museu, memória, história e patrimônio tiveram suas atribuições reconfiguradas, assim como seu papel e significado dentro das sociedades, possibilitando uma ampliação de seus escopos e formas de ação. As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcadas por movimentos sociais, como: demanda por justiça e direitos civis, liberdade individual, paz mundial, lutas contra as ditaduras na América Latina e países da Península Ibérica, entre outras, tendo como resultado uma mudança estrutural e ampliação de seus conceitos e modos de fazer (Cerávolo, 2004).

A história era contada sobre o ângulo do que Walter Benjamin chamou de

¹⁰ Maria da Penha Macena, moradora da Vila Autódromo, em reportagem contida no Anexo C deste trabalho: Relato de Resistência, diz: “O povo não é lixo para ser removido”.

“os vencedores”, em sua obra “A Teoria da História” de 1985, para os quais se produziam documentos erigidos (os monumentos), e se configuravam como metanarrativas. A memória preservada, do mesmo modo, era produto do desejo das classes dominantes. O patrimônio tinha nos edifícios e obras de arte reconhecidos por determinados grupos sua vertente máxima. Com as transformações ocorridas, foi demandado uma democratização destes conceitos, possibilitando que outros atores sociais pudessem participar do processo de construção e definição de suas narrativas.

Neste contexto, no âmbito da história, emergiram estudos baseados no que se cunhou história social, apresentando-se como possibilidade de ‘re’escrita das vivências de grupos antes marginalizados. Esta abordagem, de acordo com Darnton, (1990, p.178, apud Araújo, 2008), originou-se a partir dos escritos de Georges Rude (1910-1993); E.P Thompson (1924-1993) e E.J Hobsbawm (1917-2012), sobre protestos populares e movimentos operários, inaugurando uma escrita histórica que questionava a análise historiográfica das grandes estruturas herdadas da perspectiva braudeliana:

“[...] uma “história vista de baixo” cuja idéia central seria “ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e acima de tudo explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história.” (Sharpe, 1992, p. 41, apud Araújo, 2008).

No campo do patrimônio, impulsionados por uma compreensão excludente da favela e de seus moradores, ainda há questionamentos se na favela há algum patrimônio a ser preservado, e se seria plausível a existência de uma instituição museológica em locais como estes. Ainda presos a uma lógica patrimonialista que valoriza e identifica como patrimônio aquilo que detém valor instituído. Como afirma Santos (2003), o entendimento acerca do significado de patrimônio perpassa a “autoconsciência cultural” daquele que o interpreta, ganhando assim, contornos diferenciados que podem ampliá-lo ou limitá-lo a um contexto essencialmente elitista, como no caso em questão.

Nesta mesma linha temos o apagamento da memória dessas comunidades, que também serve de aparato político para deslegitimar suas lutas:

A memória histórica ‘oficial’ tem sido produzida pelos diferentes equipamentos sociais no sentido de apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta num esforço contínuo de exclusão dessas forças sociais

como sujeitos que forjaram e estão forjando também uma outra história, nunca narrada oficialmente. (Ansara, 2012, p.304-305).

Entretanto na medida que estas comunidades atuam de forma a preservar as suas memórias, empoderando-se da construção dos discursos que serão elaborados sobre suas vivências, temos aí uma potencial forma de resistência:

Se por um lado, a memória se apresenta como um instrumento de manutenção de um imaginário “colonialista” marcado pelo discurso oficial que enfatiza os feitos dos heróis, produzidos e reforçados pela educação e pela mídia ou mesmo registrados nos documentos oficiais; por outro lado, a memória manifesta-se como forma de resistência e luta política fortalecendo a participação e ação política de movimentos sociais. (Ansara, 2012, p.298).

Por isto, a criação de um museu, que tem como objetivo central a preservação da memória, história e patrimônio cultural de uma comunidade, seria capaz de conformar-se como forma de resistência. Porém, não seria qualquer museu que serviria a este propósito, já que como apontado anteriormente, estas instituições foram marcadas por representarem e apresentarem uma história oficial, sendo necessário portanto instrumentalizá-lo para esta função. Foi necessário adicionar à sua função já reconhecida de preservação, a função social, fazendo com que as instituições museológicas passassem então a reconfigurar-se de maneira a participar ativamente da realidade social das comunidades em que se inserem.

Desta maneira, foi pensada uma museologia centrada na realidade das pessoas, são suas histórias, memórias e patrimônios que importam. A essa tipologia museológica se nomeou Museologia Social ou Sociomuseologia. Moutinho (1993), um dos defensores desta vertente museal, resume desta maneira estas mudanças:

[...] temos que admitir mudanças profundas na forma de atuação de cada museu. Mudanças tão profundas quanto as mudanças da própria sociedade e que exigem naturalmente novas propostas museológicas, novos perfis dos animadores desses processos, pois lidar com pessoas é bem mais complexo do que lidar com coleções. E expor e defender ideias é mais difícil do que expor objetos. (1993, p.18).

Tais mudanças corroboraram no advento de instituições que buscam a valorização do patrimônio cultural de grupos subalternizados e reconhecem o direito à memória a todos, e principalmente seu protagonismo enquanto pensadores e realizadores destes espaços. Essas iniciativas refletem a necessidade de reconhecimento e valorização por estas comunidades, da sua memória e patrimônio cultural, e demonstra uma lacuna existente no Brasil no que concerne a participação destes atores sociais em sua construção.

A negligência reiterada do Estado nestas comunidades, fez com que ao longo do tempo, a precariedade e a falta de infraestrutura fossem cotidianas, porém, nem sempre as favelas estão localizadas em áreas periféricas das cidades, muitas delas se situam em áreas nobres. O que corrobora para que ações com intuito de valorizar economicamente estes locais, provoquem sua destruição parcial ou total, pois acabam por inviabilizar a continuidade dos moradores sofrem um processo de remoção. Foi o que ocorreu na Vila Autódromo no Rio de Janeiro, onde restaram apenas 20 casas, onde anteriormente havia mais de 500 famílias, vítimas das obras para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

O interesse dos governos pela promoção de megaeventos esportivos não decorre apenas da necessidade de projeção global num contexto de “guerra dos lugares”, mas também da articulação local de interesses do setor imobiliário e das grandes empreiteiras. Desse modo, a partir de 1980, cada olimpíada tem implicado uma rodada de grandes intervenções no espaço urbano, incidindo na valorização da terra e em processos de gentrificação (Bogado, 2018, p.85).

Como forma de protesto, registro de suas lutas e das memórias dos que foram removidos, os moradores desta comunidade criaram o Museu das Remoções. A existência de um museu com intuito de preservação do patrimônio cultural da comunidade reafirma o pertencimento identitário das pessoas com seu território, o que possibilita o traçado de um caminho de lembranças que os liga ao local onde vivem, fazendo com que sua própria identidade seja revivida. Segundo Lowenthal:

Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos selves anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado. A perda da memória destrói a personalidade e priva a vida de significados. (1995, p. 83).

A presente dissertação foi organizada em três capítulos que articulam teoria e prática para explorar as transformações no campo da Museologia, seu papel em comunidades periféricas, como as favelas, e os processos excludentes enfrentados por essas comunidades. Desta maneira, a revisão bibliográfica foi conduzida para compreender as mudanças ocorridas na Museologia, que permitiram o surgimento de museus comunitários, e para abordar as dinâmicas de exclusão social e territorial. A análise fundamentou-se nos trabalhos de Varine (2005; 2006; 2012), Chagas (2005; 2011), Cândido (2020) e Moutinho (1993), que foram cruciais para

contextualizar os debates acerca da Nova Museologia e dos museus comunitários.

No primeiro capítulo, é apresentado uma breve contextualização histórica do surgimento das instituições museológicas, destacando sua fase inicial, quando a preservação de objetos de alto valor estimado era o foco principal. Posteriormente, o capítulo discorre sobre as transformações sociais que levaram a mudanças na compreensão dos museus e da Museologia, enfatizando a redescoberta da importância das questões sociais. Essa reflexão abrange a Museologia Social e a historiografia crítica, com apoio nas ideias de Spivak (2010), Henriques (1996), Freire (1996) e Moro (1986). Essas perspectivas ajudam a entender como a Museologia pode se tornar uma ferramenta de resistência e inclusão, especialmente para comunidades historicamente marginalizadas.

O segundo capítulo aborda a construção e consolidação de conceitos estereotipados sobre as favelas do Rio de Janeiro, examinando a relação dicotômica entre essas comunidades e a cidade. Discute-se como o Estado, de forma deliberada, cria mecanismos e justificativas para promover a remoção de favelas, desde os cortiços, seus precursores, até a consolidação do termo como uma designação genérica para territórios marginalizados. Pontuam-se as políticas segregadoras, discriminatórias, preconceituosas, racistas e violentas impostas por administrações públicas em parceria com a iniciativa privada, que culminaram na adoção de estratégias neoliberais de gestão urbana, como o empresariamento urbano e o planejamento estratégico. Esses processos aumentaram a pressão sobre as favelas e seus moradores. Para essa análise, fundamentou-se nos trabalhos de Chalhoub (1996), Valladares (2005), Alvito e Zaluar (1998), Cosentino (2015), Bogado (2017), Abreu (2003), Souza e Silva (2002) e Harvey (1996; 2005), que oferecem uma base teórica sólida para compreender as dinâmicas de exclusão.

O terceiro capítulo foca no estudo de caso do Museu das Remoções, analisando-o como um instrumento de resistência cultural e política frente aos processos de remoção. Este capítulo explora como o museu se tornou um espaço de preservação da memória coletiva e de articulação comunitária, utilizando-se de práticas da Museologia Social. A análise se baseia nos conceitos de território e resistência propostos por autores como Rolnik (2019), Vainer (2016) e Faulhaber e Azevedo (2016), que discutem os impactos das remoções urbanas e a luta pelo direito à cidade. Além disso, recorre-se às contribuições de Herculano (2008) sobre políticas públicas de habitação, Thompson (2015) sobre memória e história oral,

Moassab (2011) sobre resistência cultural e Mesquita (2011) sobre o papel das comunidades na construção de narrativas contra-hegemônicas. Este capítulo também apresenta uma comparação entre o Museu das Remoções e outras experiências museológicas, destacando suas similaridades e diferenças, e reflete sobre a sustentabilidade desses espaços no contexto de políticas públicas.

Essa estrutura permite articular os debates teóricos e práticos necessários para compreender as mudanças na Museologia e seu papel na luta por memória e resistência nas comunidades periféricas, culminando em uma análise crítica sobre o direito à memória e à cidade.

CAPÍTULO 1 – NUESTRA CULTURA NO CABE EN SUS MUSEOS

Fotografia 2 – A resistência cultural dos índios Mapuche do Chile e da Argentina¹¹



Fonte: Tolentino, 2016 (foto de autoria desconhecida).

Para adentrar no debate sobre o papel que o museu como um instrumento de resistência cultural e política frente ao processo de remoção, primeiro cabe apresentar alguns conceitos sobre a museologia e como os espaços museológicos foram constituídos ao longo do tempo. Devido a minha trajetória profissional, como funcionária do Ecomuseu de Itaipu, tenho o dever de trazê-lo ao contexto deste trabalho acadêmico para enriquecer a análise e o entendimento do papel dos museus.

1.1 NOVOS MUSEUS E NOVA MUSEOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi fundamental conceituar o que dentro do seu âmbito será entendido como museu, bem como qual teoria museológica norteia as ações desenvolvidas pelos museus que serão analisados.

¹¹ A imagem (Fotografia 2), amplamente difundida na internet e redes sociais, refere-se aos índios Mapuche, povo originário que habita o sul do Chile e sudoeste da Argentina. Os Mapuches têm uma história de luta pelas suas terras e cultura desde a época colonial hispânica. De acordo com Tolentino (2016), a figura serve como referência da resistência cultural e como denúncia da incapacidade ou limitação de instituições culturais como os museus, recorrentemente elitistas e sacralizadas, de serem espaços representativos da diversidade cultural e de diferentes narrativas identitárias. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/1012>. Acesso em: 18 de ago. 2024.

Se em um primeiro momento pode parecer algo dado e estabelecido, ao colocá-los em análise percebe-se que estes conceitos ainda estão em franco processo de construção. Os museus são instituições relativamente recentes, datam do final do séc. XVIII, e a Museologia, não figura como uma ciência devidamente estabelecida, tendo suas bases científicas em desenvolvimento. Sendo assim, existem dissonâncias sobre as definições dos dois termos, que permanecem em disputa, como elucida Trouillot, “[...] terminologias demarcam um terreno, política e epistemologicamente. Nomes definem um campo de poder”(2016, p. 185).

O termo museu, portanto, se configurou ao longo do tempo em resposta às transformações da sociedade e às demandas de determinados grupos. Fica claro que a medida que sua prática tomava seu contorno seu campo teórico buscava traduzi-lo, e como as mudanças são constantes, o termo segue sendo objeto de questionamentos e reavaliações. A origem etimológica da palavra museu vem do grego antigo *Mouseion*, que significa templo¹² ou morada das Musas¹³, as divindades da mitologia grega que inspiravam as artes e as ciências. Cabe destacar que, segundo Kury (1990), as musas são filhas de Mnemosine, esta que é a personificação da memória.

Na Idade Média o termo praticamente desaparece, retornando no século XV, com o ápice do colecionismo na Europa, que segundo Julião, foi um período em que “o homem vivia uma verdadeira revolução do olhar, resultado do espírito científico humanista do Renascimento e da expansão marítima, que revelou à Europa um novo mundo” (2006, p.18). Resultado, em grande parte de espoliação, essas coleções deram origem aos gabinetes de curiosidades.

De acordo com Possas (2005), os “Gabinetes de Curiosidades” eram coleções privadas de objetos raros exóticos, que iam desde fósseis e conchas até objetos de arte e etnografia. A autora destaca que essas coleções refletiam o desejo de classificar e ordenar o mundo natural e humano, que ao longo do tempo, contribuiu para a sistematização do conhecimento científico dos séculos XVII e XVIII. Possas destaca ainda que os gabinetes de curiosidades desempenharam um papel central na origem dos museus de história natural, ao estabelecer práticas de

¹²Onde as Musas residem ou onde alguém se adentra nas diversas artes (Rosário, 2002).

¹³Calíope musa da Poesia Épica, Clío musa da História, Erato musa da Poesia Romântica, Euterpe musa da Música, Melpômene musa da Tragédia, Polímnia musa dos Hinos, Terpsícore musa das Danças, Tália musa da Comédia e Urânia musa da Astronomia (Kury, 1990).

classificação e ordenação de objetos que contribuíram para o desenvolvimento da taxonomia científica e da museologia moderna.

Julião resume a influência e as implicações da Revolução Francesa no desenvolvimento dos museus, com o advento de várias instituições a serviço do Estado:

Se a conjuntura da Revolução Francesa, em fins do século XVIII, traçou os contornos da acepção moderna de museu, esta se consolidaria no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa. Em 1808, surgia o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã; em 1819, o Museu do Prado, em Madri; em 1810, o Altes Museum, em Berlim, e em 1852, o Museu Hermitage, em São Petesburgo, antecidos pelo Museu Britânico, 1753, em Londres, e o Belvedere, 1793, em Viena. Concebidos dentro do “espírito nacional”, esses museus nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica - formar o cidadão, através do conhecimento do passado – participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes (2006, p.19).

Deste contexto emergiram instituições que ainda hoje se apresentam muitas vezes como espaços neutros de aprendizado, escondendo um passado de expropriação, apagamento cultural e imposição de narrativas eurocêntricas. O saque e a pilhagem de bens culturais foram práticas sistemáticas durante os séculos de colonialismo. Exemplo emblemático é o Museu Britânico, cujas coleções incluem os Mármore de Elgin, retirados da Grécia, e os Bronzes de Benin, saqueados da Nigéria. Esses artefatos não apenas representam a espoliação material, mas também o sequestro simbólico da identidade e da memória dos povos que foram colonizados.

Além da arte e dos artefatos históricos, os museus de história natural também carregam essa marca colonial. A coleta de espécimes de flora e fauna foi um dos pilares da exploração científica promovida pelos impérios europeus. Muitas dessas coletas foram feitas sem consulta ou respeito aos povos originários, ignorando seus saberes tradicionais e suas relações com a biodiversidade. Essa prática consolidou uma visão ocidentalizada da natureza, muitas vezes relegando os conhecimentos indígenas e locais ao esquecimento ou à marginalização.

Até este momento, as instituições museológicas se configuraram como centros de armazenamento de coleções, com o intuito de preservá-las para promoção de ideologias do Estado, e ligadas a estruturas de poder, em sua maioria corroborando com a manutenção do *status quo* vigente, favorecendo determinados indivíduos e subjugando outros. Como confirma Chagas:

Durante longo tempo os museus serviram apenas para preservar os registros de memória e a visão de mundo das classes mais abastadas; de igual modo funcionaram como dispositivos ideológicos do estado e também para disciplinar e controlar o passado, o presente e o futuro das sociedades em movimento (2011, p.5).

Cabe mencionar que, o termo Museologia¹⁴, segundo Mensch apud Cerávolo (2004), apareceu em 1869, porém revestido de outros significados que não o estudo do campo museal. A definição moderna do conceito de museologia, por sua vez, segundo Desvallées e Mairesse (2013), vai muito além da simples definição etimológica de "estudo do museu". Ela se configura como um campo de conhecimento amplo e em constante desenvolvimento, dedicado a investigar a complexa relação entre o ser humano e a realidade que o cerca, principalmente através da apreensão sensível e da documentação do real. É importante ressaltar que, segundo os autores, o museu tradicional com suas coleções físicas e estrutura institucional é apenas uma das muitas formas de expressão da museologia. O conceito moderno abrange uma variedade muito maior de experiências e manifestações, incluindo museus virtuais, ecomuseus, museus comunitários, museus de favela, e até mesmo cidades-museus¹⁵.

Para Mensch (1992), o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 configurou-se como o que ele denomina de "segunda revolução dos museus", isto se dá devido ao crescente reconhecimento da sua função social e suas responsabilidades para com a sociedade e as profundas mudanças na teoria museológica. Essas três décadas foram marcadas por movimentos exigindo mudanças sociais e transformações em todos os setores: justiça social, direitos civis, liberdade individual, paz mundial, lutas contra as ditaduras da América Latina e países da Península Ibérica, dentre outras lutas.

¹⁴ "Peter van Mensch explica que o termo museologia não está bem documentado, mas o situa na segunda metade do século XIX na obra de P. L. Martin Praxis der Naturgeschichte, em 1869, empregado no sentido de 'exposição, preservação de coleções naturais'. Nos dicionários franceses não teria aparecido antes de 1931, e entre os ingleses parece ter sido evitado 'exceto por um uso acidental no David Murray's Museum, em 1904'. Segundo Waldisa Rússio, a palavra museologia teria sido usada por J. G. Th. Graesse, em Dresden, numa publicação 'entre 1878 e 1883' (Estudos de Museologia e Antigüidades e ciências afins). [...] Para Rússio havia uma ancestralidade no 'fazer museológico' e, além do trabalho de Graesse, referencia um periódico do século XIX (1871) publicado em Madri voltado para museus, arquivos e bibliotecas. Isso lhe dá indicações da preocupação com 'temas museológicos', à época dirigido para colecionadores" (Mensch e Rússio, apud Cerávolo, 2004, p. 238-239).

¹⁵ O conceito de "cidades-museus" foi criado por Quatremère de Quincy em 1796 para criticar a transferência de artefatos históricos de seus contextos originais para museus.

No início dos anos 1990, Moutinho lança o conceito de Museologia Social, ideia que de certa forma, resumia muitas das renovações ocorridas na Museologia nas décadas anteriores. De acordo com o mesmo, este conceito vem ao encontro das necessidades de “adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (Moutinho, 1993, p.7). A intenção de adequar-se a um “novo” tipo de sociedade está presente no pensamento museológico na década, que é marcada pela popularização do uso da internet, o consumismo, a militância ambientalista continua, agora somada à antiglobalização. Questões como globalização, desterritorialização e desfragmentação territorial e patrimonial começam a ser pensadas. As consequências das novas tecnologias e qual seu lugar no museu, também despontavam como temas importantes de reflexão.

Nas mais de duas décadas já decorridas do séc. XXI as instituições museológicas e suas ações continuam sendo não apenas questionadas, mas desafiadas a responder a sociedade, principalmente a parcela desta, que por um longo tempo permaneceu sendo silenciada. Outro fator importante neste contexto é a velocidade em que estas respostas estão sendo exigidas. Em 2007¹⁶, havia sido elaborada uma definição de museus, porém na 24ª Conferência do Conselho Internacional de Museus (ICOM), ocorrida em 2016, menos de dez anos depois, foi discutida a necessidade de sua reavaliação. Para tanto, foi criada uma comissão que realizou questionários a nível internacional para desenvolver uma definição que pudesse abranger uma diversidade de perspectivas e realidades. Neste sentido Bruno Brulon, presidente do Comitê Internacional para a Museologia – ICOFOM, no âmbito da publicação “Definindo o museu: desafios e compromissos do séc. XXI” afirma:

Alguma coisa transborda os museus e distende a experiência museal em sua dimensão social no presente. De certo modo, o museu conhecido e herdado da Modernidade europeia já não é o mesmo e nem representa os mesmos sujeitos. Nas últimas duas décadas, enquanto o século XXI rearticulou os regimes patrimoniais de acordo com as demandas sociais de grupos subalternizados, a experiência museal deixou de ser definida exclusivamente pelos termos de especialistas ou pelos enunciados hegemônicos dos Estados nacionais. Mostrando-se como o resultado de negociações que envolvem os usos políticos do patrimônio, o dispositivo museu tem sido apropriado por esses grupos que o disputam como uma arena potente para a representação utópica de suas identidades, em que

¹⁶ “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição”(ICOM, 2007).

são performadas as heranças de um passado que é reconfigurado no presente (Brulon, 2020, p. 18).

Em 2022 uma nova definição de museus foi elaborada pelo ICOM, resultado das consultas, onde o museu é definido como:

"uma instituição permanente, sem fins lucrativos e a serviço da sociedade que pesquisa, coleta, preserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Aberto ao público, acessível e inclusivo, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade, oferecendo experiências que incentivam a reflexão, o aprendizado e o compartilhamento de conhecimento." (ICOM, 2022).

Essa definição destaca a importância do papel dos museus como agentes de transformação social, valorizando a acessibilidade, a diversidade cultural e a preservação do patrimônio. Além disso, ressalta o museu como um espaço de diálogo e educação, com responsabilidade de promover uma visão crítica e inclusiva da cultura e da história.

Contudo há críticas a esta "politização" do conceito de museu, alegando que sua "tradicional" função de preservação e comunicação de coleções podem ser colocados em segundo plano. Um exemplo é o texto do jornalista e Historiador da Arte Didier Rykner, onde ele se referiu a Jette Sandahl (Presidente do Comitê do ICOM sobre Definição de Museu, Perspectivas e Potenciais, MDPP) como "*cette dame*" que quer nos "impor" uma nova definição que segundo ele, parece uma piada e pode ser comparada a "um discurso de Miss França". Ao final ainda conclui o texto chamando o Icom à responsabilidade de não deixar a definição de museus nas mãos de "aprendizes de bruxos" (Rykner, 2019, apud Cândido, 2020, p.95).

Tal entendimento do que é museu e por conseguinte o papel da Museologia, que nos parece "parado" no tempo, onde ainda a preocupação central é o acervo e o prédio que o abriga, ainda perdura, principalmente na Europa, como confirma Cândido, "Aquela Museologia preme de utopias, de relação com o social, militante e engajada que viu luz em experiências como o Ecomuseu do Creusot-Montceau não é praticamente falada e ensinada [...]" (2020, p.96). Apesar do início na França com o Ecomuseu do Creusot-Montceau¹⁷, a museologia, focada

¹⁷ O Ecomuseu do Creusot-Montceau foi criado em um contexto de declínio industrial na região de Creusot, que havia sido um importante centro siderúrgico e mineiro desde o século XIX. A crise industrial dos anos 1970 levou ao fechamento de fábricas e ao desemprego em massa, gerando a necessidade de preservar a memória e a identidade local. O ecomuseu foi concebido como uma ferramenta para envolver a comunidade na preservação e valorização de seu patrimônio industrial e cultural. Ele abrange uma área extensa, incluindo a cidade de Le Creusot e a região de Montceau-les-Mines, e integra diversos elementos, como antigas fábricas, minas, habitações operárias e paisagens industriais. VARINE, Hugues de. As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

na participação social e comunitária, ganhou força e expressão sobretudo na América Latina, México e Brasil por exemplo, possuem um número considerável de ecomuseus e museus comunitários. Estas expressões museais contudo, ao longo do tempo, parecem ter sido suplantadas onde foram pioneiras:

Ocorre que na Europa a realidade é bem diferente, especialmente no mundo francófono. Na França, a chamada Nova Museologia perdeu bastante de sua expressão e disseminação. Entre os jovens estudantes de Museologia as discussões são essencialmente outras, em torno das relações entre museus e o mundo digital, entre museus e economia da cultura e entre diversos campos das chamadas Ciências da Informação, onde eventualmente a Museologia é incluída. (Cândido, 2020, p.96)

A Museologia Social questiona o papel do museu na sociedade, desafiando a noção de neutralidade e reconhecendo-o como um espaço onde se manifestam conflitos sociais, culturais e econômicos. Esta mudança de paradigma teve um papel fundamental de pensadores latino-americanos. Inclusive uma série de documentos, foram produzidos na região, buscando entender e conceituar estas transformações, que não eram exclusivas das instituições museológicas, como corrobora Cordovil, “A emergência de novos paradigmas sociais, econômicos e políticos na segunda metade do nosso século vem afetar todas as estruturas e instituições” (1993, p.22).

Os documentos citados acima foram produzidos a partir dos eventos: Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1958; Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972; I Atelier Internacional da Nova Museologia na cidade de Quebec no Canadá realizado em 1984; Reunião de Oaxtepec ocorrida no México em 1984 e Seminário: “A missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, Declaração de Caracas – 1992. Tais encontros fundamentaram as mudanças principais na teoria museológica, fomentando a criação de novos tipos de museus e de novas abordagens teóricas na Museologia. Fica claro o papel preponderante que a América Latina teve na construção dessas concepções museológicas, considerando a relevância dos eventos ocorridos neste território.

Para Moutinho (1993), marcos importantes para debater o papel da museologia foram a Declaração de Santiago (1972) e a Declaração de Caracas (1992), onde foi enfatizado que o museu é uma instituição a serviço da sociedade. O autor analisa que há uma transformação do museu tradicional, distante e elitista, para uma entidade aberta, orgânica e engajada com o seu contexto social. Vale destacar o conteúdo da Declaração de Santiago, que diz:

Que o museu é uma instituição ao serviço da sociedade da qual é parte integrante e que possui em si os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que serve; que o museu pode contribuir para levar essas comunidades a agir, situando a sua actividade no quadro histórico que permite esclarecer os problemas actuais. (UNESCO/ICOM, 1972).

A partir do movimento de reflexão sobre o fazer museológico, descrito em parte acima, dando espaço para solidificar uma “Nova Museologia”¹⁸, surgiram tipologias variadas de museus como: os comunitários, de território, ecomuseus, museu de vizinhança, museus de favela dentre outros. Contudo, seus significados se confundem e se complementam tornando-se complexa uma definição contundente do que vem a ser cada um deles. Como pontua Varine, as “formas criativas de museus inflamam a chama inventiva e novas formas de produção de memória reagem, afirmando seu invento, pois o museu normal, qualquer que seja sua definição, é feito com as coisas; o museu comunitário é feito com as pessoas” (2012, p. 112), ou seja, a sua vocação é alicerçada no social e na valorização do patrimônio enquanto produto de uma comunidade.

Entretanto, é preciso ter em mente que não existem modelos prontos a serem seguidos, que garantam de forma segura o sucesso das iniciativas. O que de mais importante foi elencado ao museu, seu caráter social, traz consigo um amálgama de possibilidades, mas principalmente de desafios. A trama social é impregnada de disputas, de meandros ora convergentes ora divergentes, configurando-se de maneira variada em cada localidade, permeada por manifestações e produções culturais também distintas que devem ser entendidas e valorizadas. Portanto, possibilitar dentro deste contexto que a totalidade de indivíduos que fazem parte de uma comunidade, possa se colocar de forma ativa em qualquer atividade, configura-se como uma batalha a ser travada, mas que necessita ser enfrentada por qualquer tipologia de museu. É o que defende Pereira:

A partir da possibilidade de investir em processos de “patrimonialização das diferenças” os museus vislumbram a possibilidade de serem encarados

¹⁸ Importante diferenciar “Nova Museologia” de “Museologia Social”, apesar de conceitos parecidos há especificidades que as definem. A Nova Museologia é um movimento que emergiu nas décadas de 1960 e 1970, buscando renovar o papel dos museus ao questionar as práticas tradicionais e elitistas e aproximar os museus das comunidades. É uma abordagem que preconiza a democratização do acesso ao patrimônio cultural e incentiva a participação ativa das comunidades na definição do que é relevante para ser preservado e exposto (Varine, 1978). A Museologia Social propõe uma atuação dos museus voltada para os interesses sociais, especialmente no que diz respeito à inclusão de comunidades marginalizadas e à promoção da justiça social. Neste contexto, o museu deixa de ser apenas um espaço de preservação de artefatos e passa a ser um agente de transformação social, promovendo o desenvolvimento comunitário e dando voz às diversas narrativas sociais (Chagas, 2005).

como possíveis espaços de luta, trincheiras a defender batalhas travadas a partir de toda forma de opressão que não preveja a ampla discussão, o debate e a promoção do respeito às várias formas de pensar e agir em sociedade. Os museus rompem com uma tradição que valoriza discursos unilaterais que visam promover uma regulação social e que insistem em projetar uma razão indolente única e castradora, para encarar o desafio de fazer valer a concepção de museu que valoriza a “emancipação” do sujeito produtor de sua própria história por meio da participação e do exercício da indignação (2018, p. 52).

Foi necessário todo este processo de mudança ainda em curso nas instituições museológicas para que os moradores da Vila Autódromo pudessem considerar que a criação de um museu em sua comunidade pudesse servir como um instrumento de luta e resistência. Diante do que foi exposto, reafirmando o protagonismo dos indivíduos formadores destes museus, mais do que definir o que é museu, e qual vertente museológica eles seguem, nos interessa saber de que maneira eles se utilizam das metodologias e instrumentos do campo museológico para nortear a preservação do patrimônio cultural de seus territórios, o registro, a documentação, o reconhecimento e valorização de suas memórias e histórias, conformando assim sua própria Museologia e seu próprio museu.

1.2 A MUSEOLOGIA SOCIAL E A HISTORIOGRAFIA CRÍTICA

Tendo em vista o caminho conceitual e epistemológico que a museologia trilhou, do ponto de vista teórico é importante traçar um paralelo entre a historiografia crítica e o conceito de museologia social, aqui utilizado para a análise do objeto de pesquisa. Neste sentido, a relação entre os conceitos de museologia social e historiografia crítica é marcada por um diálogo profundo sobre como se interpreta, preserva e narra o passado, especialmente considerando as vozes e perspectivas que historicamente foram marginalizadas. Ambas as abordagens desafiam as estruturas tradicionais de poder, buscando incluir as vozes subalternizadas e reconhecer a importância das experiências e das memórias coletivas.

Segundo Mário Chagas e Inês Gouveia (2011, p. 10-12), a museologia social propõe um modelo em que os museus atuam como espaços de diálogo e de construção coletiva do conhecimento, comprometidos com a transformação social e a democratização do acesso ao patrimônio cultural. Portanto, uma crítica à museologia tradicional, caracterizada pela sacralização do objeto e pela ausência de participação da comunidade nos processos museológicos. Esse movimento busca

romper com o caráter elitista dos museus, que historicamente refletem uma visão eurocêntrica do mundo, como apontado por Hugues de Varine (1979, p. 12, apud Chagas; Gouveia, 2011), que critica o caráter colonial da museologia tradicional ao impor uma leitura europeia sobre culturas não europeias.

Essa perspectiva se alinha à historiografia crítica, que, conforme Pappe e Argudín (2001), é marcada pelo questionamento das formas de produção de conhecimento histórico e pela preocupação com a inclusão de sujeitos históricos antes negligenciados. Essa abordagem visa incluir nas narrativas históricas os sujeitos antes subalternizados, como povos indígenas e mulheres, criticando a ideia de uma história neutra e universal. Esse questionamento se aproxima da crítica de Spivak (2010) sobre a capacidade de o subalterno falar e ser verdadeiramente ouvido nas instituições.

Gayatri Chakravorty Spivak, em seu ensaio "Pode o Subalterno Falar?" (2010), aborda a complexa questão de quem possui voz e agência em sociedades pós-coloniais. Através de uma análise crítica das dinâmicas de poder, ela questiona como as estruturas coloniais e patriarcais silenciam os "subalternos" – termo que ela usa para descrever grupos marginalizados e oprimidos, como mulheres, camponeses, minorias étnicas, entre outros, o que no caso desta pesquisa, seriam representados pelos favelados e comunidades periféricas.

Uma das principais ideias de Spivak (2010) é que os discursos ocidentais e as práticas acadêmicas tradicionais frequentemente representam os subalternos de forma simplista ou distorcida, limitando sua capacidade de expressar suas próprias experiências e perspectivas. Ela critica tanto os colonizadores quanto os intelectuais de esquerda ocidentais, pois ambos tendem a falar sobre o subalterno, em vez de permitir que ele fale por si. Para ela, o conhecimento produzido sobre esses grupos muitas vezes reforça o poder das elites e perpetua a opressão, já que a própria estrutura do discurso dominante não permite que a fala dos subalternos seja reconhecida como válida.

Neste contexto podemos somar os museus tradicionais enquanto espaços de reprodução destas representações reducionistas. Museus são reconhecidamente, como já abordado, instituições elitizadas fundamentadas em estruturas coloniais, constituindo no que denominou Althusser (1980), "aparelhos ideológicos do estado",

¹⁹promovendo a naturalização das relações desiguais de poder existentes na sociedade.

Spivak (2010) sugere que a resposta à pergunta "Pode o subalterno falar?" é complexa e, em grande parte, negativa. Não porque o subalterno seja incapaz de pensar ou articular sua própria realidade, mas porque as estruturas de poder vigentes e o próprio formato dos discursos ocidentais excluem e distorcem a fala do subalterno. Portanto, ela destaca a necessidade de reconhecer essas limitações e buscar práticas que realmente possibilitem a agência e a voz dos oprimidos.

Se em um primeiro momento considerarmos que o subalterno pode falar, logo em sequência podemos nos questionar de que maneira se daria sua comunicação. No que tange esta pesquisa, interpretamos que este veículo comunicacional poderia ser o museu, contudo é preciso delinear que museu seria este, de modo que o favelado o tivesse como articulador de seu discurso.

Neste sentido, realizamos uma análise da interação entre museologia social e historiografia crítica, especialmente da prática dos museus comunitários, que priorizam narrativas locais e a memória coletiva em detrimento das grandes narrativas históricas.

Maria Mota Almeida (1996, p.102 - 103) destaca que os museus comunitários "representam uma ruptura com o modelo tradicional de museus, promovendo uma maior proximidade com as questões locais e a valorização das identidades coletivas". Assim, a museologia social e a historiografia crítica compartilham o objetivo de democratizar o conhecimento, valorizando as vozes antes silenciadas, focando no ser social, na comunidade e no fator humano que a compõe:

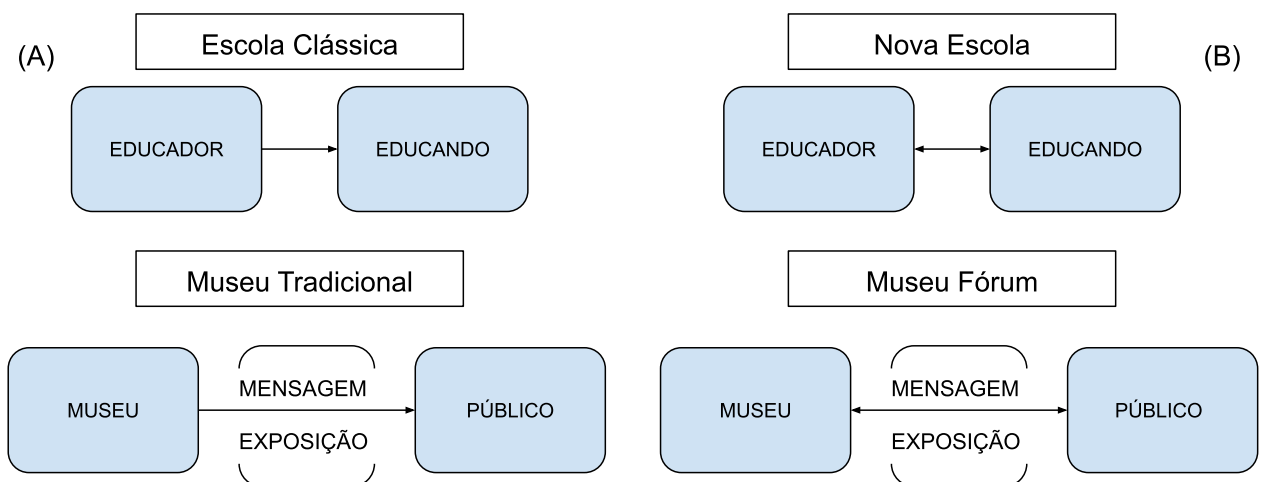
A participação da comunidade no novo museu, acaba com o discurso unívoco em termos museográficos, e esta é uma preocupação que irá acompanhar este final de século, como o comprova a Declaração de Oaxtepec (1984): " a participação comunitária evita as dificuldades de comunicação características do monólogo museográfico, empreendido pelo especialista". [...] O privilegiar do factor humano é também uma realidade em termos de nova história, pois, esta é a "ciência dos homens no tempo". Nesta frase sintetizam-se duas mudanças importantes: por um lado os protagonistas da história são os homens e não o homem, e por outro o homem é fruto do seu tempo, e só pode ser entendido enquanto tal. "O homem medida da história, sua única medida. Muito mais do que isso a sua razão de ser". O ser humano que sente, que pensa, que sofre, que age, é o

¹⁹A teoria dos aparelhos ideológicos do Estado foi desenvolvida pelo filósofo francês Louis Althusser em seu ensaio *Idéologie et appareils idéologiques d'État (Notes pour une recherche)*, publicado em 1970. Neles o autor pesquisa instituições, como escolas, igrejas e meios de comunicação, atuam como "aparelhos ideológicos do Estado" na manutenção da ordem social e reprodução das condições de produção capitalistas. Apesar de não citar museus é possível estender este entendimento a eles, considerando o que foi discutido anteriormente sobre seu papel na sociedade.

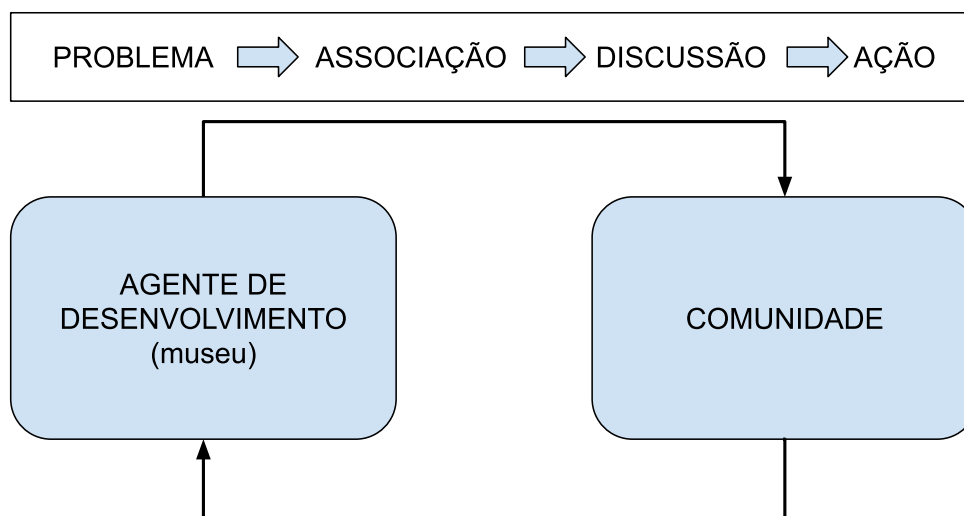
centro das preocupações do historiador. Ao colocar o homem no centro das atenções e tal como a nova museologia, ao apresentar-se como projecção dos problemas da actualidade, a história assume uma função social, organizando o estudo do passado em função do presente. Assim, a compreensão histórica ocorre sempre no diálogo passado / presente e vice-versa (Almeida, 1996, p.102 - 103).

Contudo, para democratizar o conhecimento e valorizar as vozes subalternizadas, primeiro é preciso entender como o museu participa deste processo de educação e comunicação. Neste sentido, Henriques (1996) destaca que mesmo que em um primeiro momento a escola e o museu não parecerem ter algo em comum, mas quando se vislumbra a “escola nova” e o “novo museu” e a preocupação com o fator humano, logo em comum há o desejo de alterar velhos procedimentos. Paulo Freire, destaca que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (1996, p.25) .

Figura 1 – Comunicação uni e bidirecional



Fonte: Elaboração própria com base em Henriques, 1996.

Figura 2 – Comunicação para o desenvolvimento

Fonte: Elaboração própria com base em Henriques, 1996.

Conforme Henriques (1996) destaca, a comunicação, seja em sala de aula ou no museu, quando parte do pressuposto de comunicação unidirecional, como na Figura 1 (A), reproduz uma relação de poder. Para o caso da escola, o autor destaca em sua análise, o professor como quem domina todo o conhecimento e o aluno como um receptáculo vazio, pronto para ser preenchido. Já no caso do museu tradicional, a exposição, como meio de comunicação, se aproxima mais de uma relação autoritária, segundo ele. Cabe mencionar que Luiz Oliveira Henriques utiliza as ideias de Paulo Freire, em especial a sua obra “Pedagogia do Oprimido”, publicado em 1970, na qual o modelo tradicional de ensino, chamado de “educação bancária” é criticada por pressupor que o professor deposita informações nos alunos, tratados como recipientes passivos. Para Freire, esse modelo reforça a opressão, pois não permite que os estudantes reflitam e questionem a realidade em que vivem.

Na Figura 1 (B), há uma relação que busca romper com uma visão tradicional da educação como um processo de depósito de informações e sugere que o educando deve ser visto como um sujeito ativo, capaz de contribuir para a construção de sua própria aprendizagem, conforme as ideias freirianas. Contudo, conforme Henriques destaca, a comunicação bidirecional, Figura 1-B:

Trata-se, no fundo, de introduzir novos canais de comunicação e de codificar o museu em linguagens mais acessíveis que permitam a transformação do museu num lugar de discussão: o “museu fórum”, por oposição ao “museu templo”. No “museu fórum”, haverá enriquecimento, tanto da instituição como dos seus públicos, apenas porque se privilegia a participação (1996, p.416).

Para ir além do processo de adaptação da comunicação do museu tradicional e transformá-lo em um “fórum” é preciso dialogar com a pedagogia da libertação. Esse princípio conversa diretamente com a museologia social, que busca transformar os museus em espaços de produção coletiva de conhecimento, onde as comunidades participam ativamente da construção das narrativas museológicas, não apenas como receptores, mas como coautores das histórias apresentadas (Moutinho, 2012, p. 39). Varine, em entrevista concedida a Mário Chagas em 1995, nos diz que:

Paulo Freire é o maior pedagogo político de nossa época, porque ele colocou em prática suas ideias, antes de exprimi-las. Os outros pedagogos, mais teóricos do que práticos, procuram, sobretudo, melhorar a eficácia da educação, seu rendimento, talvez a sua democratização, num espírito generoso. Paulo Freire propõe *inverter o processo educativo*. Considera antes que o objeto da educação, *o educando*, tem também alguma coisa importante a oferecer, da qual o educador e todos nós temos necessidade. No domínio da *cultura*, é importante inverter igualmente a relação da oferta e da procura. Todo cidadão, *toda comunidade oferece alguma coisa em troca do que o agente cultural pode lhe oferecer*. Não deveria então ser mais possível fazer uma política cultural, conceber uma estratégia, utilizar métodos como se fazia antes de Paulo Freire. (Chagas; Gouveia, 2014, p. 243)

Para Henriques (1996), do ponto de vista da museologia social, a comunicação entre o museu e a comunidade deixa de ser um problema, pois estaria implícita no próprio processo. O autor, parte do pressuposto de que o museu dentro de uma comunidade é um agente de desenvolvimento local, conforme preconiza Varine (2012). A ideia é resumida no esquema da Figura 2.

Esse movimento de inclusão e diálogo é também essencial na prática da museologia social que busca construir um espaço onde as vozes comunitárias possam se expressar e serem ouvidas, promovendo uma “decolonização” dos discursos apresentados nos museus. Para Freire (1996, p.46), “ensinar exige disponibilidade para o diálogo”, destacando a importância de uma prática pedagógica que esteja aberta à construção conjunta do conhecimento, o que também é fundamental para os objetivos de uma museologia comprometida com a transformação social e a valorização das identidades locais.

A historiografia crítica, por sua vez, questiona as narrativas oficiais e busca incluir sujeitos e eventos que foram historicamente marginalizados, promovendo uma leitura mais abrangente e inclusiva da história. Essa perspectiva está em consonância com a crítica de Freire (1996, p.30) à educação bancária, que ele considera uma forma de "domesticação" dos educandos. Assim como a pedagogia freireana visa libertar os sujeitos por meio de uma prática educativa dialógica, a historiografia crítica busca libertar a história do domínio das versões oficiais e eurocêntricas (Pappe e Argudín, 2001, p. 14).

Segundo Henriques (1996), cabe ao museólogo, nos novos museus, ser um agente de desenvolvimento, fazendo o uso do seu conhecimento profissional e científico em prol da comunidade. Na perspectiva da historiografia crítica, a valorização das múltiplas vozes, como o relato das domésticas nas paredes do quartinho e a crítica às narrativas hegemônicas se aproxima da ideia freireana de respeito aos saberes dos educandos. Freire (1996, p.31) enfatiza que "ensinar exige respeito aos saberes dos educandos", o que implica reconhecer as vivências e os contextos de cada um como parte fundamental do processo educativo. De maneira semelhante, a historiografia crítica questiona as versões oficiais da história e busca incluir os sujeitos históricos que foram marginalizados, como os povos indígenas, as mulheres e as classes populares, ou seja, "como a temporalidade das culturas distintas da nossa é integrada, ocultada ou negada em maior ou menor grau: desde as imposições ou reestruturações em função do poder político" (Pappe e Argudín, 2001, p. 29).

Percebe-se que no campo teórico houve respostas aos questionamentos acima debatidos, dando origem a novas tipologias de museus e até mesmo a uma "Nova Museologia", além de novas abordagens históricas, como a História Social e a História Cultural, dentre outras. Na prática, ainda há muito o que avançar em busca de possibilitar uma efetiva inclusão e participação das comunidades nas experiências museológicas e construção de sua própria história.

Como museóloga atuante há 10 anos no Ecomuseu de Itaipu, venho acompanhando de perto os desafios e as potencialidades da museologia social no contexto brasileiro, particularmente em territórios periféricos e em situação de vulnerabilidade social.

1.2.1 Entre a Prática e a Pesquisa acadêmica: O Ecomuseu de Itaipu

A experiência em um ecomuseu — que, por definição, adota uma abordagem territorial e comunitária — (Varine, 2012) têm demonstrado que, apesar dos avanços teóricos, a prática museológica no Brasil ainda enfrenta barreiras significativas. Essas dificuldades vão desde falta de financiamento adequado, que limita a implementação de projetos contínuos, até a resistência institucional à participação ativa das comunidades nas decisões museológicas (Pereira, 2018). Embora muitos museus comunitários e sociais estejam sendo criados, o reconhecimento pleno de seu valor cultural e social ainda esbarra na lógica centralizadora de museus tradicionais e na burocracia que permeia o campo museal (Brulon, 2003).

Como observa Rodríguez (2018, p. 101), ecomuseus têm a capacidade de funcionar como ferramentas de empoderamento comunitário, o que ressoa com a ideia de museologia social praticada em museus citados neste trabalho²⁰. Nesse contexto, a criação do Ecomuseu de Itaipu, o primeiro museu dessa tipologia na América Latina, destacou-se como um marco pioneiro, considerando o período e as circunstâncias de sua implementação. A sua proposta surgiu como uma medida mitigadora do impacto social causado pela construção da Usina de Itaipu, devido à formação do lago²¹ para o seu funcionamento.

Anteriormente à construção da Hidrelétrica foram realizadas pesquisas para que fossem delimitados os impactos que seriam gerados por sua implementação. Como resultado desses estudos, em 1975, foi elaborado um “*Plan Básico de Conservacion del Medio Ambiente*”. Neste Plano foi estipulado quais medidas seriam desenvolvidas para mitigação dos impactos ambientais: físicos, biológicos e sociais decorrentes da construção da Usina. Quanto ao meio ambiente social foi feita a recomendação da criação de dois museus, um de história natural e outro de história, considerando o acervo que seria conformado por meio das pesquisas que seriam realizadas para reconhecimento da área do reservatório: geologia, botânica, zoologia, limnologia e arqueologia.

²⁰ O Museu dos Desplazados, o Museu da Boa Esperança, o Museu da Beira da Linha do Coque, o MUQUIFU e o Museu das Remoções.

²¹ Foram 16 municípios afetados diretamente pela construção do Lago de Itaipu: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Diamante do Oeste, Santa Helena, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa e Guaíra, localizados no oeste do Paraná e Mundo Novo no Mato Grosso do Sul.

A ideia inicial, do Plano Básico, considerava a criação de dois museus nos moldes clássicos. Segundo Fernanda Camargo-Moro, responsável pela execução do museu, em sua fala na Rio-92²²:

[...] ao sermos convidados para a Itaipu Binacional para a criação de dois museus, um de arqueologia e um de história natural, museus estes que tentavam preservar a memória da região que tinha sofrido os impactos da construção da hidroelétrica, nós dissemos a Fernando Walcacer que está aqui presente, que não era possível dentro da problemática inteira da Itaipu, fazermos dois museus à moda antiga, um de arqueologia, um de história natural [...] (Moro, 1992, p. 34).

Desta maneira, foi proposto a criação de um museu capaz de assumir, sistemicamente, um grande projeto de desenvolvimento local associado à preservação do meio ambiente e integrado ao desenvolvimento cultural, social, econômico e tecnológico. Para tanto, na visão de Fernanda, somente o conceito e a prática de um ecomuseu seria capaz de integrar e mobilizar tantos elementos em um único projeto. Conforme se lê no Plano Diretor:

Aconselhamos então um projeto de maior porte, mais avançado em termos de museologia. Não seria cabível que uma obra como Itaipu tivesse no seu desenvolvimento cultural um museu que não acompanhasse as novas propostas de interpretação do patrimônio. Nossa ideia foi de estabelecer ali um ecomuseu, não um museu de ecologia, ou um museu ecológico apenas agregado a uma coleção de arqueologia e história, interpretada de modo clássico. Mas um ecomuseu que propusesse toda uma estrutura de preservação da região onde se instalou Itaipu. (1986, p.3)

Um detalhe importante que é assinalado por Moro, é que apesar da ideia ser inovadora para época, ainda temos um resquício de colonialismo na execução da proposta. A conformação do Ecomuseu se deu por escolha da Itaipu, ou seja, foi um museu feito para a comunidade e não pela comunidade²³:

Não se tratava de um museu comunitário que havia sido idealizado e criado a partir da comunidade, mas, antes disso, se tratava de um modelo museológico escolhido por Itaipu para servir de instrumento de mitigação de

²² A II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra, foi realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 e reuniu 108 chefes de Estado dos países-membros da ONU. Os participantes buscavam meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

²³ Este contexto exemplifica uma questão que permeia as discussões museológicas frequentemente, apesar da Declaração de Santiago do Chile, resultado da “Mesa-Redonda de Santiago no Chile sobre o Papel do Museu na América Latina – 1972” ser reconhecidamente um marco para uma mudança na prática museológica, nela foi idealizado um conceito de museu integral, colocando o museu ainda em primazia em relação às comunidades (um museu para as comunidades). Após vinte anos, no Seminário: “A missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, que deu origem a Declaração de Caracas – 1992, este conceito foi ampliado para museu integrado, denotando que o museu está inserido em um território e que faz parte dele em iguais condições, um (museu com a comunidade).

impacto socioambiental, no sentido de garantir “um processo de preservação de um meio ambiente integrando-o ao desenvolvimento cultural, social, econômico e tecnológico – um ecomuseu.” (Moro, Plano Diretor Ecomuseu de Itaipu, 1986, p. 3)

Varine corrobora com o pensamento de Fernanda, e a sua percepção sobre a ótica da Itaipu sobre a criação do museu:

Para a empresa Itaipu Binacional, promotora e financiadora do Ecomuseu, tratava-se, claramente, de lançar um processo de acompanhamento social, educativo e cultural das mudanças trazidos pela barragem ao território, à paisagem, ao padrão de vida, às atividades econômicas das populações urbanas e rurais impactadas por tais mudanças, entre Foz de Iguaçu e Guaíra. O Ecomuseu é, aqui, um instrumento de aplicação concreta da “responsabilidade social da empresa”, não apenas para com seus próprios funcionários, mas também, e sobretudo, para com todas as pessoas que estavam, direta e indiretamente, envolvidas pela barragem no presente e que estariam, ainda, no futuro (2018, p.16).

Desde sua criação em 1987, o Ecomuseu ainda é interpretado como um museu tradicional pela maioria das pessoas. Apesar de existir há mais de trinta anos, sua proposta de interação e participação ativa no território continua desconhecida. Contudo, segundo Varine (2009), antes de questionar se o Ecomuseu de Itaipu é ou não um museu comunitário, deve-se considerar as condições nas quais ele foi criado e o que significava o conceito de “Ecomuseus” na década de 1970, quando ele foi proposto como uma forma de mitigar o impacto da construção da barragem. Segundo Varine²⁴:

A Fernanda vivia dentro do campo operacional, viveu o início do movimento da ecomuseologia na década de 1970, e foi participante em nível internacional, na decisão de que o museu tradicional não era suficiente. No período surgia, não só o conceito da nova museologia, existia a criação da palavra ecomuseu. A Fernanda estava olhando todo o Brasil, para experimentar, não o ecomuseu da definição que nós temos aqui (2009), mas a definição do ecomuseu de 1972, a definição de um museu ecológico, a transformação do velho museu de ciências naturais para o museu novo e belo, ativo, com a participação da comunidade, o que chamamos na França de comunidade, da população. E acho que ela encontrou a ideia de utilizar o projeto da barragem de Itaipu para incentivar, do lado profissional o primeiro ecomuseu, um museu que será hipoteticamente ecológico (2009, p.15).

Embora existam questionamentos sobre o alinhamento do Ecomuseu de Itaipu com o conceito atual de ecomuseologia, como destaca Varine, esse aspecto não deve ser o foco principal. É importante considerar como esse conceito era compreendido no período de sua criação e, além disso, reconhecer o objetivo do Ecomuseu de romper com o modelo tradicional de museu, ainda que com uma

²⁴ Transcrição feita a partir do vídeo no youtube da I Jornada MC ABREMC - Ecomuseu de Itaipu 2009 - Intervenção Hugues De Varine. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Tvu6vPMu1Y&ab_channel=Assoc.BrasileiraEcomuseuseMuseusComunit%C3%A1rios>. Acesso em : 12 jan. 2024.

abordagem voltada para a ecologia. Como aponta Varine, trata-se de um movimento que marcou uma transição significativa rumo à nova museologia:

Para Fernanda Camargo Moro e os membros da equipe do museu, havia um outro desafio a considerar: fazer com que as comunidades e, em geral, as populações envolvidas participassem da ação do Ecomuseu: conhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural e natural, resgate da memória, cuidado com o meio ambiente, educação das novas gerações, acolhida a um novo turismo, pesquisa de novas atividades sociais, culturais, econômicas. Não se estava mais numa ação “de cima para baixo”, iniciada por uma empresa toda poderosa, mas, sim, por uma vontade de trabalhar “a partir da base” para dar, às pessoas, uma parte do poder sobre seu futuro. Foi uma primeira aplicação, no Brasil, do conceito de Ecomuseu que, aliás, não havia sido utilizado jamais, em lugar algum, em semelhante situação (Varine, 2009).

Um fato que corrobora a percepção de que o Ecomuseu conforma-se como um museu tradicional, é que boa parte das pessoas tem apenas contato a exposição de longa duração, sem ter conhecimento das ações que são realizadas no território²⁵, ou até mesmo em outras áreas da própria Itaipu, como no Refúgio Biológico Bela Vista. O museu desenvolve ações que visam a preservar, pesquisar e comunicar, bem como fomentar o desenvolvimento cultural de forma sustentável. Além do prédio, ele possui “antenas”, compostas por outros museus, escolas, universidades, refúgios biológicos, entre outros, que atuam como estações de observação e apoio às atividades desenvolvidas. A estrutura conecta municípios, pessoas, comunidades e participa de forma ativa do desenvolvimento educativo e cultural da região.

Desde sua criação, foram desenvolvidas atividades como: Feiras de Ciências; ações e atividades culturais e educacionais no território; atividades em datas comemorativas; feiras de cultura e criatividade; formação de professores; encontros e simpósios; formações continuadas; ações de difusão cultural (Natal no Ecomuseu, Carnaval Ecológico, Férias no Ecomuseu, Museu em Ação, Correnteza Cultural); e pesquisas e mapeamentos culturais, como o projeto “Olho da Terra”, que traçou um panorama da produção artística da região.

Nesse sentido, o Ecomuseu de Itaipu se propõe a apoiar, acompanhar e estimular os processos culturais regionais, de modo a dinamizar a cultura em todas suas dimensões: simbólica, cidadã e econômica. As políticas públicas municipais ainda demandam grande trabalho de fortalecimento, já que as Secretarias

²⁵ Ao longo dos anos a Itaipu foi ampliando sua área de atuação, hoje em 2024, as ações que o Ecomuseu realiza abrangem 55 municípios que compõem o oeste paranaense.

Municipais de Cultura, e outros órgãos, ainda são inexistentes ou em número insuficiente no seu território de influência. Identificando o papel estratégico da efetivação de políticas públicas de cultura, o Ecomuseu de Itaipu também destaca a ação de qualificação da gestão pública de cultura nos municípios como ação complementar no sentido de lançar bases e fortalecer as vivências culturais comunitárias.

Contribuir para a criação de condições sólidas, em termos de políticas e ações coletivas municipais e regionais, para que se estabeleça a apropriação e valorização do patrimônio coletivo, por meio da vivência comunitária das manifestações culturais, das produções simbólicas e artísticas, da valorização do patrimônio e dos processos de resgate e preservação da memória. Essas condições, no entanto, necessitam de bases conceituais e práticas que passam pelas políticas públicas tanto municipais, estaduais, quanto federais, o que torna o processo complexo e desafiador.

A museologia social, conceito que nasceu em meio a uma busca por transformar o papel dos museus, exige uma relação horizontal com as comunidades (Desvallées; Mairesse, 2010). No entanto, para que essa realidade se concretize no Brasil, o caminho ainda é longo. A resistência de comunidades marginalizadas, que muitas vezes não se veem representadas nas narrativas dos museus tradicionais, é uma prova de que há uma demanda por espaços museológicos mais democráticos e participativos. Esse cenário é especialmente presente em regiões como as favelas e áreas rurais do país, onde a história e a cultura local são frequentemente ignoradas pelos grandes centros de poder cultural (Chagas, 2005).

Diante do exposto, a minha trajetória como museóloga do Ecomuseu de Itaipu evidencia que, embora avanços tenham sido alcançados, a efetivação da museologia social ainda enfrenta barreiras significativas. Para que essa prática se torne concreta, é fundamental superar tanto os obstáculos estruturais quanto os culturais que limitam a participação real das comunidades. Um museu verdadeiramente social não pode restringir-se a expor histórias, saberes e lutas das populações marginalizadas como meros objetos de estudo ou elementos decorativos; é preciso incorporá-los genuinamente às narrativas museológicas. Pois a forma como os fatos e conceitos são narrados podem mudar a gravidade dos acontecimentos, segundo Trouillot:

Por isso, prefiro dizer que Colombo “tropeçou nas Bahamas” ou “descobriu as Antilhas”, prefiro “conquista” a “descoberta” para descrever o que aconteceu após o desembarque. Esses termos são desagradáveis e podem causar algum desconforto. Podem mesmo irritar alguns leitores. Mas tanto o desagrado quanto a possibilidade de que toda a discussão possa ser desconsiderada como uma trivialidade irrisória indicam que não é fácil subverter a própria linguagem que descreve os fatos relacionados a um tema. Pois o poder para decidir o que é trivial – e irritante – é também parte do poder de decidir como “o que aconteceu” se torna “aquilo que se diz ter acontecido” (2016, p. 185-186).

Fica evidente que para que a comunidade participe ativamente dos processos museológicos, suas histórias devem ser re-conhecidas para que possam ser re-significadas, somente desta maneira haverá museus capazes de ser ferramentas que corroborem com as lutas e demandas desses territórios. Dito isto, se faz necessário buscarmos entender os processos que engendraram os espaços denominados favelas no Brasil, para elucidar dentro de que contexto sociocultural a comunidade da Vila Autódromo foi conformada, e de que maneira patrimônios e memórias subalternizadas são incorporadas dentro do urbanismo capitalista.

A luta e a resistência dos moradores da Vila Autódromo se deu em resposta a uma cidade comercializada, em que suas vivências, demandas e histórias não são consideradas como válidas perante o anseio público-privado de lucrar. Desde os primórdios, a conformação da cidade do Rio de Janeiro, se deu colocando à margem as populações mais pobres e criando estratégias institucionalizadas, para que quando fosse de seu interesse as remoções de comunidades periféricas fossem validadas, e por isto, este cenário será delineado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – AQUI NÓS SOMOS O NOSSO ENDEREÇO²⁶: A CONSTRUÇÃO DA (DES)IGUAL CIDADE

Fotografia 3 – Vista de parte da favela de Paraisópolis ao lado de um prédio de luxo do bairro Morumbi em São Paulo



Fonte: Vieira, 2019.

No segundo capítulo, é analisada a construção e consolidação de conceitos estereotipados sobre as favelas do Rio de Janeiro e seus moradores, enfatizando a relação dicotômica estabelecida entre essas comunidades e a cidade. O estudo destacou como são criados mecanismos e justificativas para promover a remoção das favelas. Foram investigadas as origens dessas comunidades, desde seus antecedentes nos cortiços até sua configuração como um termo genérico para designar territórios urbanos marginalizados.

O capítulo aborda as ações segregacionistas, remocionistas, discriminatórias, preconceituosas, racistas e, sobretudo, violentas impostas às favelas pelas administrações públicas, muitas vezes em parceria com a iniciativa privada. Essas ações, ao longo do tempo, culminaram na adoção de políticas de gestão urbana baseadas em ideais neoliberais, concretizadas por meio do empresariamento urbano e do planejamento estratégico. Tais práticas intensificaram a pressão sobre as

²⁶Frase dita por um dos moradores da Vila Esperança, presente na exposição “Esperança a Vila que nunca existiu” exposta no Muquifu. A Vila compunha o Aglomerado Santa Lúcia em Belo Horizonte, mas foi removida e seus moradores realocados para outra área. Muquifu 2012.

favelas e seus moradores, aprofundando a marginalização e o conflito em torno desses territórios.

2.1 MURO, O LADO DE CÁ²⁷: FAVELA UM PRÉ-CONCEITO FABRICADO

“Muro: o lado de cá”, é o nome dado a uma das primeiras exposições do Muquifu que faz alusão a separação literal (criação de um muro), pelo município de Belo Horizonte, entre a favela, onde o museu está instalado, e uma das principais avenidas da cidade. Tal situação, ilustra a relação que se estabelece historicamente entre as favelas e o “restante” das cidades, como dois espaços urbanos antagônicos. Sendo a favela e seus moradores reconhecidos e representados como um pólo de violência e precarização, enquanto o outro lado é exemplo de organização e civilidade.

A moradora da Vila Autódromo, historiadora, e co-fundadora do Museus das Remoções, Sandra Maria de Souza Teixeira, explicita a importância de se detalhar os meandros da conformação urbana no Brasil e seus reflexos na vivência remocionista de comunidades periféricas:

No processo histórico de resistência e luta das populações removidas ou ameaçadas de remoção é fundamental compreender a história de formação urbana da cidade, perceber as desigualdades sociais e os discursos distorcidos da realidade que sustentam e onde são realizadas as reformas urbanas. A compreensão dessa população, que ao longo do processo de construção e transformação da cidade, tem seus direitos básicos negados, violados, omitidos e deturpados. (Teixeira, 2023, p. 3).

Uma das principais pesquisadoras sobre a conformação das favelas no Brasil, a socióloga, Lícia do Prado Valladares (1946 - 2021), já denunciava no título de seu livro “A invenção da favela: do Mito de Origem a Favela.com” de 2005, onde, segundo ela, o conceito de favela foi fabricado, sobretudo por meio de pré-conceitos sobre estes territórios. Para a autora:

[...] a categoria de favela utilizada hoje, tanto nas produções eruditas quanto nas representações da mídia, é o resultado mais ou menos cumulativo, mais ou menos contraditório, de representações sociais sucessivas, originárias das construções dos atores sociais que se mobilizaram em relação a esse objeto social e urbano. Em aparência, essa favela tão evidente é, de certo modo, uma favela “inventada” (Valladares, 2005, p.8).

²⁷Na exposição do Muquifu (2012), “Muro, o lado de cá” é colocado em questão o fato de existir um muro que separa parte do Aglomerado Santa Lúcia, onde o museu está localizado, de uma área “nobre” da cidade: Um muro pré-fabricado demarca o ponto exato que separa cidadãos e não cidadãos. Entre a Vila São Bento – favela que ocupa uma “área de risco”, assim definida pelos administradores públicos – lugar de gente preta e pobre, da área de ricos, ocupada legalmente por um grande supermercado construído para atender gente branca que sobe a Av. Nossa Senhora do Carmo em direção aos grandes condomínios de Nova Lima.

A partir dessa concepção reducionista, a favela e, por conseguinte, seus moradores sofrem com uma série de preconceitos. Neles são imputados geralmente estereótipos de preguiçosos, sujos, marginais, dentre outros, todos os definindo de maneira a colocá-los à margem da sociedade, constituindo como diagnosticou Janice Perlman (1977) um “mito da marginalidade”²⁸. Não são reconhecidos como cidadãos, mas como escória, peso a ser eliminado, sendo-lhes associada uma infinidade de constatações, que por causa do local onde residem lhes definem até mesmo sua personalidade, fazendo sempre referência a características negativas:

As favelas são concebidas como um problema (...) por que, presume-se, suas populações se constituem, num dos extremos do mal, de assassinos, ladrões, assaltantes, maconheiros e viciados em drogas; em outro extremo do mal, de comunistas e outros tipos de ameaças em termos políticos sociais; num terceiro e mais brando extremo, de pobres ignorantes, não-educados, mal-adaptados, imigrantes rurais, caipiras; ou, no melhor dos extremos, de seres humanos razoáveis, mas tristes e pobres, morando em cabanas, criando promiscuidade, um câncer social e urbanístico na cidade (Leeds apud Bittencourt, 2012, p.56).

As origens das favelas no Rio de Janeiro situam-se no contexto de diversos fatores que contribuíram para o adensamento populacional da cidade, embora a precariedade habitacional já estivesse presente em outras regiões do Brasil desde o início da colonização portuguesa. O conceito de favela, tal como compreendido posteriormente, resulta da convergência de elementos específicos que se concentraram na capital.

O primeiro desses fatores foi a transformação do Rio de Janeiro em capital²⁹ do Estado do Brasil a partir de 1763, o que consolidou a centralidade do município e atraiu fluxos migratórios significativos. Entre eles, destacou-se o aumento da imigração portuguesa, intensificada com a chegada da família real e sua corte em 1808. Esse evento trouxe milhares de pessoas para a cidade, contribuindo de forma decisiva para o crescimento populacional e os desafios habitacionais, como aponta Chalhoub (1996).

²⁸ Em seu livro *O Mito da Marginalidade* (1977), a antropóloga americana Janice Perlman analisa os principais estereótipos - delineados por teóricos, elaboradores de políticas ou pelo senso comum - relacionados a moradores de favelas. Tais estereótipos são por ela chamados mitos da marginalidade, os quais ela busca rechaçar ou confirmar a partir dos resultados da pesquisa que realizou em favelas do Rio de Janeiro, no final da década de 1960.

²⁹ A cidade do Rio de Janeiro foi capital da colônia portuguesa do Estado do Brasil (1763–1815), depois do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815–1822), do Império do Brasil (1822–1889) e da República dos Estados Unidos do Brasil (1889–1968) até 1960, quando a sede do governo foi transferida definitivamente para a recém-construída Brasília. Naquele ano, o Rio foi transformado em uma cidade-estado com o nome de Guanabara e, somente em 1975, tornou-se a capital do estado do Rio de Janeiro.

Outros fatores que contribuíram para o surgimento das favelas foram analisados por Queiroz (2011) em seu artigo “Sobre as origens da favela”, com base nos estudos de Abreu (1994), que aborda as implicações político-militares, e Medina (1964), que discute o impacto da crise da agricultura e da abolição da escravatura nesse contexto.

De acordo com Abreu (1994), citado por Queiroz (2011), o final da Guerra do Paraguai (1864-1870) marcou o início de uma relação intrincada entre os soldados dispensados do combate e a ocupação desordenada da cidade. Um fator relevante nesse processo foi a criação da Lei dos Voluntários da Pátria, em 1865³⁰, que oferecia benefícios como a concessão de terras para atrair novos combatentes. Posteriormente, o Decreto nº 3.725-A, promulgado em novembro de 1886, concedeu liberdade aos escravizados que se alistassem no exército, aumentando o número de potenciais moradores sem recursos para se estabelecerem de maneira adequada na cidade.

Além disso, outros eventos também contribuíram para esse processo. A Revolta da Armada (1891-1894) resultou em um contingente de soldados que precisavam de alocação. Inicialmente, o governo cedeu espaço no Convento de Santo Antônio, mas, como isso não foi suficiente, os soldados receberam autorização para ocupar a encosta do morro de mesmo nome. Já na Guerra de Canudos (1896-1897), os combatentes retornaram e se instalaram próximos ao Ministério da Guerra, no Morro da Providência, consolidando mais um núcleo de ocupação urbana marginalizada.

³⁰ O Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, Crêa Corpos para o serviço de guerra em circunstancias extraordinarias com a denominação de - Voluntarios da Patria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficão competindo. Em seu segundo artigo é descrito quais benefícios teria direito o soldado que se alistasse, Art. 2º- Os voluntários que não forem Guardas Nacionais terão, além do soldo que recebem os voluntários do exército, mais 300 réis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixa e prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas. Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I (Publicação Original) Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-norma-pe.html>>. Acesso em: 01 out. 2022.

Já Medina (1964), citado por Queiroz (2011), destaca a crise da agricultura³¹ e a abolição da escravidão como fatores que agravaram a crise populacional e urbana no Rio de Janeiro. Segundo o autor, a abolição da escravidão, na prática, permitiu apenas que os escravizados “libertos” deixassem os locais onde trabalhavam sem serem perseguidos. Contudo, sem alternativas estruturadas de integração, muitos desses trabalhadores, predominantemente rurais, migraram para a capital, pressionados pela instabilidade na agricultura e em busca de oportunidades de trabalho.

Com o fim da escravidão, a Corte passou a se preocupar com a organização do trabalho, temendo o descontrole causado pelo excedente de mão de obra que agora precisava ser absorvido. Nesse contexto, uma discussão foi iniciada na Câmara dos Deputados do Império, influenciada por ideais europeus, principalmente franceses. A proposta resultou em um projeto de lei voltado para a criação de mecanismos destinados à repressão da ociosidade (Chalhoub, 1996).

A partir desse momento, consolidou-se uma relação causal entre pobreza e criminalidade, criando um terreno fértil para o estabelecimento de um estado de suspeição generalizada sobre os pobres e os negros, frequentemente classificados como “classes perigosas”³². Chalhoub ao citar Frégier, alto funcionário da polícia de Paris que inspirou os parlamentares brasileiros, explica como essa concepção foi articulada e naturalizada no discurso oficial:

As classes pobre e viciosas, citando um criminalista notável, sempre foram, e não de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfetores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de - classes perigosas - ; pois quando o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais

³¹ A partir de 1850, o desenvolvimento, impulsionado pela expansão da cultura cafeeira, esbarrava na escassez de crédito para o financiamento da atividade agrícola. No entanto, a partir de 1857, os preços do produto despencaram no mercado internacional, com graves consequências internas. Os números são dramáticos. As vendas de café caem de 2.099.780 de sacas em 1857, para 1.830.438 sacas em 1858. As exportações brasileiras perderam 20% em valor no mesmo ano. História - Império de crises, 2011 . Ano 8 . Edição 67 - 20/09/2011 Disponível em : <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2572:catid=28&Itemid=23#:~:text=A%20rela%C3%A7%C3%A3o%20social%20fundamental%20era.in%C3%ADcio%20a%20atividade%20banc%C3%A1ria%20privada>. Acesso em: 01 out. 2022.

³² O termo “classes perigosas” surge na metade do séc XIX, era usado como o exemplo citado por Chalhoub (1996), pela escritora inglesa Mary Carpenter, para designar um grupo social formado à margem da sociedade civil, seria portanto, uma expressão que define uma condição específica de parte da sociedade. Entretanto, ao analisar a utilização do termo pelos parlamentares brasileiros da época, Chalhoub conclui que os mesmos, passaram a interpretar como sinônimo de pobreza e criminalidade, tendo os estrangeiros e negros principalmente, como alvo do entendimento reducionista. (Chalhoub, 1996).

ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade (1996, p. 21).

Esse conjunto de fatores, entre outros, evidencia as transformações que foram fundamentais para o aumento significativo da população na cidade do Rio de Janeiro, resultando em uma crise urbana. Nesse cenário, muitos desses indivíduos, sem condições financeiras para arcar com os altos custos de moradia, passaram a ocupar conjuntos habitacionais precários conhecidos como cortiços.

Assim, para compreender plenamente a "fabricação" da favela, é essencial analisar o contexto habitacional anterior à sua conformação, representado pelos cortiços. Foi dessa tipologia de habitação urbana que as favelas emergiram, trazendo consigo não apenas problemas sociais, mas também uma série de discriminações que continuam a marcá-las ao longo do tempo.

2.1.1 Os cortiços no Rio de Janeiro

Os cortiços surgiram no Rio de Janeiro no século XIX, eram de acordo com Vaz (1994b) apud Queiroz uma alternativa de moradia na capital, para aqueles que nela chegavam:

[...] essas moradias coletivas foram uma resposta à crise urbana, causada, sobretudo, pelo crescimento demográfico intenso e o déficit habitacional. No Rio de Janeiro, a população mais do que dobrou de tamanho entre 1870 e 1890 (de 235.381 para 518.292 habitantes). Com a elevada procura de moradia nas freguesias centrais, os quintais e terrenos livres deram lugar a pequenas casas e as antigas casas foram subdivididas em cômodos (2011, p.34).

De fato, os primeiros cortiços passam a ser motivos de atenção, a partir do começo da década de 1850 por um fator que também seria preponderante na relação estabelecida entre os administradores da cidade e estes espaços, o que Chalhoub (1996) caracterizou como "ideologia da higiene".

A ocorrência de duas epidemias quase que seguidas, uma de febre amarela em 1850 e outra de cólera em 1855, foram responsáveis por um aumento considerável do número de mortos na cidade, fazendo com que a salubridade pública e as condições de higiene emergissem como temas a serem gerenciados. Os cortiços, desse momento em diante, se transformaram em razão primeira dos problemas da cidade, sendo definidos como comunhão perfeita entre pobreza e anti-higiene, ensejando inclusive, a criação da Junta de Higiene Pública (1850), responsável por normatizar e fiscalizar a salubridade da cidade.

Nesta primeira década a solução incidiu sobre a melhoria das condições de habitação, com o governo cobrando dos donos dos cortiços atitudes que colaborassem neste sentido, propondo inclusive isenção fiscal para isto, ainda que a Câmara Municipal não tenha encaminhado o projeto.

Mesmo com o avanço da ideologia higienista reforçando o entendimento que as condições de higiene pública estabeleciam o grau de civilização de um povo, até a proclamação da República em 1889, onde houve uma queda de braços entre higienistas e a monarquia, que ainda garantia mecanismos institucionais capazes de limitar suas ações baseadas na “defesa científica”. A política liberal dos monarcas continuava resguardando a propriedade privada, e recorrentemente as remoções dos cortiços eram impedidas por medidas judiciais, pois seus donos, em grande parte, eram membros da elite que apoiavam o governo.

Já no Brasil República, a abominação pelos cortiços resultando numa busca constante pela sua erradicação, somada a perseguição aos seus moradores, passa a ser o *modus operandi* do poder público, ainda mais centrado em replicar no país a civilização europeia, e dominado pela “ideologia da higiene”. Chalhoub (1996, p.34), citando José Pereira Rego, autor do projeto de posturas da época, resume o que seria o senso comum norteador das ações dos administradores da cidade, “O aperfeiçoamento e o progresso da higiene pública, em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem alcançado no caminho da civilização” (Pereira Rego, 1866, apud Chalhoub, 1996, p. 34).

Além de aversão aos pobres, o cientificismo da época reproduzia o racismo evolucionista em suas concepções, e por isto, a preocupação com a doença, dependia de quem ela mais afetava. A tuberculose, por exemplo, que fazia vítimas “sem distinção”, até mesmo em Paris, muito mais mortal do que qualquer outra epidemia ocorrida no Rio, chamava menos atenção do que a febre amarela que vitimava sobretudo os brancos imigrantes europeus:

É um mal, que só a raça negra logra imunidade, raro desmentida apenas no curso das mais violentas epidemias, e em cujo obituário, nos centros onde avultava a imigração europeia, a contribuição das colônias estrangeiras, subia a 92 por cento sobre o total de mortos. Conservadora do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue africano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca (Barbosa, apud Chalhoub, 1996, p. 57).

As tentativas de embranquecimento da população somava-se às estratégias necessárias à conformação de uma sucursal europeia, e acumulava mais motivos para a empreitada contra os cortiços, que desde antes da abolição da escravatura, já registravam presença negra, depois dela, esta população só fez aumentar, já que o estado de maneira alguma pensou na integração dos negros na sociedade.

Entretanto, para terem seus planos efetivamente colocados em prática, não bastou aos higienistas converterem-se em administradores públicos³³, era preciso capital, que apenas os empresários detinham, para que fosse possível substituir os cortiços, que aglutinavam todo o mal em sua concepção, por “casas em boas condições de higiene”.

Num outro ponto, o crescimento da cidade prenunciava a necessidade de infraestrutura, expansão da malha urbana e construção de edifícios, oportunidade profícua para a especulação imobiliária e para os negócios, que vinham se adensando a partir de 1870 com a ampliação das linhas de bonde, unindo interesse político na figura dos higienistas, ao interesse do empresariado, que juntos iriam destruir vários cortiços ao longo do tempo, afinal, [...] muitos cortiços ocupavam terrenos bem localizados, há muito integrados à malha urbana, e portanto verdadeiras minas potenciais de investimento” (Chalhoub, 1996, p. 54). Neste sentido, o centro da cidade era o foco destas ações excludentes, que a partir do século XX se intensificaram exponencialmente, com as reformas urbanas que seriam empreendidas na cidade:

Controlar o espaço central da cidade tornara-se imperativo. Daí, enquanto a forma urbana não pudesse facilitar esse controle, a solução era evitar o aparecimento/desenvolvimento de focos potenciais de explosão urbana, razão pela qual várias habitações coletivas continuavam a ser demolidas em nome da higiene, apesar dos protestos da Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, que acusava a Inspetoria Geral de Higiene de fechar e demolir prédios que poderiam ser recuperados através de reformas (Abreu, 2003, p. 217).

A primeira grande reforma urbana foi realizada durante o governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906), ele intencionava transformar a cidade numa “Paris Tropical” da América do Sul, sinônimo dos ideais de modernidade daquele período:

³³ Alguns exemplos de higienistas que participaram da administração pública: o médico José Pereira Rego (1816-1892) que enquanto vereador e presidente da Junta Central de Higiene (1866), apresentou a Câmara Municipal da Corte, projeto que pretendia proibir a construção de cortiços. Cândido Barata Ribeiro (1843-1910), médico baiano, que foi presidente da Intendência Municipal (1882), logo em seguida, no mesmo ano, foi nomeado prefeito do Distrito Federal, foi responsável por uma “operação de limpeza”, ordenando a demolição de cortiços e estalagens anti-higiênicas, dentre eles, o Cabeça de Porco, o maior da cidade à época. (Chalhoub, 1996).

O Rio de Janeiro tinha que se tornar uma nova capital, espaço do moderno, da civilização, que simbolizasse realmente a importância do Brasil, e fosse expressão dos valores e modos de vida cosmopolita e moderna da elite do país. Dentro desse quadro havia uma tensão entre a civilização e o atraso. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas; transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil”. A cidade tinha a função de servir de exemplo para todo país. Tinha que estabelecer a sua vocação moderna, conforme as grandes capitais europeias (Abreu, 2003, p. 220).

De acordo com Abreu (2003, p. 222) “a intervenção teve dois eixos básicos de sustentação: o controle da circulação e o controle urbanístico”. Quanto à circulação era necessário criar meios de agilizar o tráfego interno e externo da cidade, o que foi resolvido com a criação de um novo porto, e a abertura e o alargamento de vias. Somente para a construção da Avenida Brasil, que ligaria o centro comercial e o porto à zona sul da cidade, foram demolidos cerca de 600 prédios, o que ficou conhecido como “bota-abaixo”, devido à quantidade de locais destruídos naquele espaço da cidade.

Já no que tange o controle urbanístico, um aparato legal foi criado visando controlar toda forma de habitação na cidade: decretos, leis, regulamentos, regimentos, editais e portarias baixados pelo Prefeito. Proibiram a realização de reformas nos cortiços que ainda resistiam, e regulamentou toda a construção civil, conseguindo assim criar um modelo para a cidade, dificultando sobremaneira qualquer alternativa de moradia e ocupação que estivesse fora do estabelecido (Abreu, 2003).

O plano social também foi completamente afetado pela “transformação”, Pereira Passos proibiu a comercialização de vários produtos nas vias públicas; combateu o comércio ambulante; os quiosques, que eram pontos de encontro da população operária e proibiu o exercício público da mendicância. Fez com profissões como remadores e carroceiros não fossem mais necessárias, dentre outras atividades, e que práticas econômicas, formas de lazer, costumes e hábitos comuns à população não pudessem mais ser realizados. Pois não bastava uma transformação estrutural, era preciso abarcar todo amálgama que se inserem neste espaço de maneira que o “embelezamento” alcançasse todas as instâncias.

Paralelamente, em outro ponto da cidade, longe do centro acontecia um movimento de ocupação do subúrbio por parte dos trabalhadores, impulsionado principalmente pelo início do funcionamento nas décadas de 1880 e de 1890, de três ferrovias (Leopoldina, Rio D’Ouro e Melhoramentos do Brasil), o que fomentou a

aquisição e o loteamento de terras nesta parte da cidade, por bancos e companhias nacionais e estrangeiras, criando vários bairros neste território, e de certa forma facilitando o acesso à eles, realizando suas vendas à prazo. Até a Reforma Passos, era possível construir de forma livre, de uma maneira que fosse financeiramente viável, porém com a regulamentação da moradia urbana implementada pelo Prefeito, foram estabelecidas uma série de normas que encarecem sobremaneira a construção (Abreu, 1991).

Por outro lado, houve um aumento da demanda de trabalhadores para prestarem serviços domésticos e pessoais, para atender a burguesia que se instalava no centro (Abreu, 1991). . Contudo, diante da dificuldade encontrada para conseguir moradia, aqueles que não tinham mais condições financeiras para continuar viver no subúrbio, o que envolvia o pagamento de transporte até a região central, bem como para aqueles que de maneira nenhuma conseguiriam morar nestes bairros afastados, mas careciam de estar próximos às ofertas de trabalho, a solução encontrada foi ocupar os morros, que já eram parcialmente habitados, mas que a partir deste momento, se tornaram estratégia comum:

Atraindo grande quantidade de força de trabalho e não oferecendo espaços para a sua reprodução, a Reforma Passos viabilizou então o desenvolvimento de sua própria negação – ou seja, a proliferação de um hábitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este habitat foi a favela. (Abreu, 2003, p. 231).

Desta maneira foi engendrada a receita para conformação das favelas, a remoção de comunidades pobres para “melhorias urbanísticas”, a necessidade de viver próximo ao “centro” da cidade para o trabalho, o que com o crescimento das cidades fará com que novamente sejam expulsos de seus territórios, e a ausência do estado.

2.1.2 O surgimento das primeiras favelas

Os soldados ao retornarem das batalhas contra Antônio Conselheiro e seus seguidores em 1897, instalaram-se perto do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, aguardando pagamento, não obtendo resposta foram ocupando o Morro da Providência que ficava próximo ao Ministério, e construindo moradias precárias, como as que já existiam no espaço. O morro não era o primeiro local que poderia ser reconhecido como favela no Rio de Janeiro, entretanto, ganhou destaque por

estar ligado a origem da nomenclatura, já que após a chegada dos soldados, o espaço passou a ser conhecido como Morro da Favella.

O uso do termo favela, que originalmente é o nome de uma planta³⁴, ainda que não se tenha um consenso sobre a causa, as teorias mais aceitas, fazem todas referência a sua relação com a Campanha de Canudos, para justificar a troca do nome do Morro da Providência. Em Canudos, havia um morro denominado Alto da Favella, devido à extensa presença da planta no local. Este cenário, teve papel relevante na Guerra, e por isto, a partir daí, são levantadas hipóteses por diferentes autores de como este nome teria sido utilizado para referir-se ao local no Rio de Janeiro, Queiroz (2011) às resumindo cita que:

Cruz (1941) refere-se às mulheres baianas que acompanharam os soldados no retorno ao Rio de Janeiro. O desejo de conhecer a corte e as lembranças das origens teria ocasionado a mudança. Sagmacs (1960) menciona a instalação de uma cruz, em devoção a Antônio Conselheiro. Medina (1964) faz referência à semelhança topográfica estratégica da elevação na campanha e na capital federal. Associa também ao calvário dos ex-combatentes com relação aos pagamentos atrasados. O próprio Euclides da Cunha (Cunha, 1985) faz referência ao Morro da Favela como uma “armadilha” que surpreendeu os soldados em um dos combates da quarta expedição militar. Valladares (2000) destaca a ocorrência da planta e a associação da resistência dos insurgentes de Canudos aos habitantes do morro. Pasternak (2006) relaciona a distribuição física da planta e dos barracos. (Queiroz, 2011, p.15).

Antes da chegada destes soldados, o morro já era ocupado pelos antigos moradores do maior cortiço carioca da época, o Cabeça de Porco, que em 1893, motivou para sua demolição, um aparato de “guerra”, com a presença de policiais, bombeiros, médicos e políticos para acompanhar a empreitada. De acordo com (Vaz, 1994, p.591) citada por Chalhoub (1996) e Valladares (2005), com a perda das casas onde habitavam, os moradores do local se instalaram no morro logo atrás da estalagem, inclusive muitos utilizaram o que sobrou dos cortiços para construir seus barracos.

³⁴ Favela, faveleira, ou favela-de-cachorro é o nome popular de uma planta, da família Euphorbiaceae, cuja sinonímia é, *Cnidocolus lobatus* Pohl e *Cnidocolus phyllacanthus* (Müll.Arg.) Fern. Casas (Flora do Brasil 2020 em construção). Considerada endêmica do Brasil, a espécie ocorre nas regiões Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe) e Sudeste (Minas Gerais) (Flora do Brasil 2020 em construção). A espécie floresce ao final da estação seca e na estação chuvosa, com flores femininas e masculinas agrupadas na mesma inflorescência, e frutifica na estação chuvosa, conforme informações do Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental (NEMA) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Disponível em: https://nema.univasf.edu.br/site/index.php?page=newspaper&record_id=31. Acesso em: 10 de jul.2022.

Ao tentar reconstruir o percurso histórico de conformação das favelas, podemos num primeiro momento inferir que para cada barraco erguido o Estado planejava, logo em seguida, sua destruição. Porém, existe uma relação mais perversa, onde o Estado inicialmente permissivo, não apenas é condescendente, como incentiva a ocupação de espaços que depois se conformaram em favelas, como a ocupação do Morro de Santo Antônio pelos soldados que voltaram da Revolta da Armada, entre outros, como cita Valladares:

O povoamento de tais zonas começou em 1881, nada provando que tenha resultado de uma ocupação ilegal. Tanto na Quinta do Caju quanto na Mangueira, os primeiros habitantes não parecem originários do mundo rural brasileiro, pois eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, permitindo supor que o seu estabelecimento nessas áreas tenha sido autorizado. (Valladares, 2005, p. 28).

Aos que tinham seus cortiços destruídos, somavam-se: os soldados ex-combatentes, os imigrantes, os operários que vinham trabalhar nas obras de remodelamento da capital, os ex-escravizados, pessoas pobres que buscavam uma chance na cidade, a maioria, passou a solucionar seus problemas habitacionais ocupando os morros do entorno do centro, locais onde o acesso era difícil, o que os tornava desinteressantes para as classes financeiramente mais abastadas, “[...] nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio, já entrava no século das favelas” (Chalhoub, p.17, 1996).

Ainda nas primeiras décadas do século XX, o termo "favela" ainda não havia se consolidado como um conceito generalizado para designar conjuntos habitacionais precários, ocupados por pessoas de baixa renda nas cidades, especialmente em morros e encostas. Inicialmente, seu uso restringia-se ao Morro da Favella. Esse entendimento mais amplo levou tempo para se estabelecer. Valladares (2005) menciona que, segundo pesquisa realizada por Abreu (1994b, p. 35) no jornal Correio da Manhã, entre 1901 e 1930, foi apenas na segunda década do século XX que a palavra "favela" começou a ser empregada como um substantivo genérico para definir esses espaços.

O uso do termo foi gradualmente construído por meio da criação de um ideário sobre esses territórios urbanos, que era propagado e reproduzido, sobretudo, por figuras consideradas letradas na sociedade da época. Com o tempo, esse discurso foi incorporado tanto no âmbito institucional quanto no senso comum, tornando-se parte da narrativa predominante sobre esses locais:

A gênese do processo de construção das representações sociais da favela remonta às descrições e imagens que nos foram legadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX. Amplamente divulgados naquela época, seus escritos permitiram o desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre o microcosmo da favela e seus moradores, ao mesmo tempo em que opunham favela e cidade. (Valladares, 2005, p.32).

A formalização do uso do termo tem um relevante marco no Código de Obras do Distrito Federal³⁵ (Decreto 6000 de 1 de julho de 1937), onde pela primeira vez aparece de forma expressa. Na Figura 3, trago parte do Código de Obras que descreve as regiões dos cortiços e das favelas como habitações anti higiênicas, impondo regramentos para a extinção destes territórios.

Em 1953, foi registrado no documento organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*, demonstrando a permanência das favelas no cenário urbano do Rio de Janeiro.

Afirma-se que essa marcha do centro para a periferia obedece ao curso espontâneo do desenvolvimento das cidades, que se dilatariam em círculos concêntricos a partir de um eixo determinado. O Distrito Federal não teria fugido à regra, apesar de sua "conformação angular", como já houve quem notasse, por ter se desenvolvido apenas dentro do quadrante de um círculo imaginário. É na sua área suburbana, continuamente ampliada, onde se refugia a maior parte das populações pobres, até há relativamente pouco tempo distribuídas em grande número pelas ruas do centro, abrigadas em habitações coletivas, nas "cabeças de porco"³⁶ e nos cortiços. [...] As favelas haviam-se multiplicado, de preferência, entre o Centro e a parte Norte, em função, sem dúvida, dos mercados de trabalho ali desenvolvidos, limitando-se, segundo se observa, exclusivamente aos morros. A fase de crescimento intenso dos núcleos de favelados, no entanto, ocorre, devido à sua natureza, tanto nos morros quanto em imóveis vagos em diferentes situações, a partir de 1933 e, mais particularmente, depois de 1941. Esse período é marcado pelas dificuldades de vida do povo, que se tornaram mais graves. Foi nessa época que se iniciaram fortes elevações de preços, revelando-se indícios mais acentuados da inflação, da valorização imobiliária e da crise habitacional atual. [...] A denominação popular de favela não teria, portanto, surgido da diferenciação entre o tipo arquitetônico das vivendas nos morros, mas do conjunto de condições que as caracterizavam. Entre essas condições, destacava-se notadamente o aspecto típico de seu agrupamento desordenado e denso (Brasil, 1950).

Somente no Censo de 1991, o IBGE passou a utilizar a tipologia de aglomerado subnormal, que depois foi mantido no Manual de Delimitação dos Setores para o Censo Demográfico de 2010, conformando-se como termo oficial a partir daí.

³⁵ Até 1960 o Distrito Federal correspondia à área do atual município do Rio de Janeiro. O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 3.273, em 1º de outubro de 1957, agendando a transferência da capital para Brasília para 21 de abril de 1960.

³⁶ Cabeça de porco é usado como sinônimo de moradia coletiva e insalubre, característica atribuída aos cortiços.

Figura 3 – Formalização do termo Favela

<p style="text-align: center;">CAPITULO XV</p> <p style="text-align: center;"><i>TITULO UNICO</i></p> <p style="text-align: center;">EXTINÇÃO DAS HABITAÇÕES ANTI-HIGIENICAS</p> <p style="text-align: center;">SECÇÃO I</p> <p style="text-align: center;">CORTIÇOS</p> <p>Art. 348.º — A construção ou a formação de cortiços ou estalagens é absolutamente proibida, qualquer que seja a zona.</p> <p>§ 1.º — Não será permitida a construção de acréscimos ou de dependências que se destinem a construção de novos cortiços ou à ampliação de cortiços existentes.</p> <p>§ 2.º — Não será permitida a realização de qualquer obra que possa concorrer para aumentar a duração dos cortiços existentes, sendo apenas tolerada a execução de pequenos consertos, pintura e calção, tornando-se entretanto necessária a apresentação prévia de requerimento e não podendo ser iniciados os serviços antes de expedida a indispensável licença.</p> <p>§ 3.º — Para a execução das obras toleráveis nos cortiços existentes não poderá ter lugar a expedição de "<i>memorandum de início</i>", devendo a Directoria de Engenharia proceder a exame local antes de conceder a licença.</p> <p>§ 4.º — Pelas infrações aos paragrafos 1.º e 2.º deste artigo, as multas serão applicadas no dobro das importancias estabelecidas pelo presente Decreto, salvo no caso da importancia da multa elevada ao dobro ultrapassar de dois mil cruzados (Cr\$ 2.000,00), quando será esta última a importancia da multa a ser applicada.</p> <p>§ 5.º — Além do que estabelece o paragrafo precedente, quando se verificar a realização de obras de conserto, reforma, acréscimo, reconstrução ou construção em um cortiço ou de obras que se destinem à constituição de novo cortiço ou à ampliação de cortiço existente, a Directoria de Engenharia fará realisar uma vistoria, para que sejam constatadas no respectivo laudo a legalidade das obras e a impossibilidade da sua legalização e indicadas as providências a serem postas em prática para regularizar a situação e o prazo dentro do qual as meemas providências devam ser tomadas.</p> <p>§ 6.º — No caso da falta de cumprimento à intimação expedida de acôrdo com as indicações do laudo de vistoria, o Secretário Geral de Viação e Obras Públicas, independentemente de nova intimação, ordenará por escrito a demolição das obras ou da parte das obras que tiverem sido feitas, legalmente, ordenando, se necessário, o despejo prévio ou a interdição do cortiço, quando julgar conveniente.</p> <p>§ 7.º — As despesas que forem realizadas pela Prefeitura com as providências estabelecidas pelo paragrafo precedente se não forem pagas diretamente à Prefeitura mediante intimação ou chamada por edital, serão cobradas com acréscimo de 20%, executivamente.</p> <p>§ 8.º — As casas de cômodos e outras habitações coletivas que se encontrarem em desacôrdo com as prescrições deste Decreto, tendo compartimentos dotados de ventilação e iluminação insufficientes, e subdivididas em desacôrdo com as prescrições deste Decreto, com instalações sanitárias, ou cozinhas, ou tanques de lavagem comuns, estabelecendo a vida em promiscuidade, ou em más condições de hygiene, são para todos os effeitos comparadas aos cortiços, sendo-lhes applicaveis as disposições deste artigo.</p> <p style="text-align: center;">SECÇÃO II</p> <p style="text-align: center;">FAVELAS</p> <p>Art. 349.º — A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construidos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste Decreto, não será absolutamente permitida.</p> <p>§ 1.º — Nas favelas existentes é absolutamente prohibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.</p> <p>§ 2.º — A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscaes, da Directoria de Engenharia e por todos os</p>	<p>meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e a execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daquelles em que fôr realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas.</p> <p>§ 3.º — Verificada pelas Delegacias Fiscaes ou pela Directoria de Engenharia, a infração ao presente artigo, deverá o fâto ser levado com urgência ao conhecimento da Directoria de Engenharia que, depois de obtida a necessária autorização do Secretário Geral de Viação e Obras Públicas, mandará proceder à demolição sumária, independentemente de intimação e apenas mediante aviso dado com 24 horas de antecedência.</p> <p>§ 4.º — A demolição será precedida de despejo, quando necessário, feito também sumariamente, requisitando-se, se conveniente, o auxilio da força pública.</p> <p>§ 5.º — Tratando-se de favela formada ou construida em terreno de propriedade particular, será o respectivo proprietário passivel, pela infração das disposições do presente artigo e seu § 1.º, da applicação da multa correspondente à execução de obra sem licença e com desrespeito ao zoneamento.</p> <p>§ 6.º — A multa estabelecida pelo § 5.º será applicada em relação a cada casebre construido ou a cada casebre em que fôr executada qualquer obra, independentemente da demolição sumária, cujas despesas serão cobradas do proprietário do terreno, administrativa ou executivamente, sendo neste último caso acrescidas de 20%.</p> <p>§ 7.º — Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do sólo, as multas serão applicadas em dobro, observado o que prescreve o § 4.º do artigo 348.º, no caso de ultrapassar, o montante da multa a ser applicada, da importancia de dois mil cruzados (Cr\$ 2.000,00).</p> <p>§ 8.º — A construção ou armação de casebres destinados a habitação, nos terrenos, patios ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste artigo.</p> <p>§ 9.º — A Prefeitura providenciará como estabelece o Titulo IV do Capitulo deste Decreto para a extinção das favelas e a formação, para substitui-las, de nucleos de habitação de tipo mínimo.</p>
--	---

P. D. F. — CODIGO DE OBRAS

Fonte: Código de Obras do Distrito Federal de 1937 (Prefeitura do Rio de Janeiro).

A favela tornou-se antinomia da cidade, e suas representações, como aborda Valladares, "[...] aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas

relativas à consolidação da jovem República, saúde da sociedade e entrada na modernidade. A favela pertence ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização” (2005, p.33). E foi este pensamento, que guiou as contínuas campanhas de destruição das favelas, que acompanhou cada governo que chegava ao poder, somadas, é claro, aos interesses econômicos pelos espaços por elas ocupados.

2.1.3 Cidade e favela uma dicotomia capitalista

A relação da favela com um imaginário de cidade ideal foi conformada de forma inerentemente conflitante, ao considerá-la em uma perspectiva histórica, percebemos como paulatinamente foi sendo enraizada e institucionalizada uma ruptura lógica entre os dois espaços, que travam ao longo do tempo uma batalha. A ideia de modernidade que dominava o pensamento da época em que a favela surgiu, foi preponderante como justificativa e fomento a busca pela conformação de uma “cidade modelo” na qual não caberia determinadas tipologias de moradias e pessoas, que são interpretadas como um “Outro” que deveria ser apartado de sua conformação.

Ainda que haja diferentes formas de interpretação sobre o conceito de favela, como afirma Brito e Rennó (2016, p.6), “no território brasileiro a reprodução ideológica do significado das favelas está historicamente construída por discursos que (re) criam a função social destes espaços dentro de determinados contextos históricos e socioeconômicos”. Ou seja, há uma interferência direta nas mensagens e imagens que são veiculadas destes espaços, que os transfiguram de acordo com seus interesses.

E assim, um conceito-estigma foi conformado, passando a resumir basicamente todo espaço, principalmente, mas não só no Rio de Janeiro, como em boa parte do país, conformado por moradias precárias, onde vivem a população pobre. Marcadamente identificada, como assinala Souza e Silva (2002), por um discurso baseado na ausência, “onde a favela é definida pelo que ela não é, ou pelo que não tem”, como infraestrutura urbana - água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; sem ordem; sem lei, sem regras; sem moral, sem educação, sem saúde, sem cultura, sem organização, dentre outros.

Somada a ausência, temos a homogeneização, que corrobora no reducionismo da interpretação, fazendo com que, independente de sua conformação, toda favela seja vista como uma réplica idêntica das outras. A diversidade, seja ela espacial, social, cultural, e até mesmo, econômica, que esses espaços possuem, acaba por ser escamoteada em suas pretensas similaridades.

A favela sendo elemento simbólico da falta, confronta com a idealização da cidade provedora, organizada, sinônimo de progresso. Constituindo-se como um problema, uma desordem urbana, que deve a todo custo ser extirpada. Importante ressaltar que não se romantiza a existência de problemas nas favelas, a grande questão, é que as ações que são empreendidas pelo Estado nestes espaços situam-se no âmbito de negá-las ou suprimi-las, quando deveriam ser realizados projetos de urbanização e acesso a políticas públicas que promovessem qualidade de vida a sua população.

A moradia precária não é um fenômeno exclusivo do Brasil, a favelização tornou-se comum no mundo todo, reflexo do desequilíbrio econômico e social, proliferando-se nas grandes cidades, as caracterizando e principalmente sendo uma lembrança incômoda de suas desigualdades. Davis (2005), no seu livro “Planeta Favela”, demonstra sua amplitude e multiplicidade:

Pode haver mais de 250 mil favelas na Terra. Sozinhas, as cinco maiores metrópoles do sul da Ásia (Karachi, Mumbai, Délhi, Kolkata e Daca) somam cerca de 15 mil comunidades faveladas diferentes com um total de mais de 20 milhões de habitantes. Uma população favelada ainda maior cobre o litoral em urbanização da África ocidental, enquanto outras conurbações imensas de pobreza espalham-se pela Anatólia e pelas terras altas da Etiópia; abraçam a base dos Andes e do Himalaia; explodem para longe dos núcleos de arranha-céus da Cidade do México, de Jo-burg, Manila e São Paulo; e, claro, ladeiam as margens dos rios Amazonas, Níger, Congo, Nilo, Tigre, Ganges, Irrawaddy e Mekong. É paradoxal que os tijolos desse planeta-favela sejam ao mesmo tempo totalmente intercambiáveis e espontaneamente únicos, como os *bustees* de Kolkata, os *chawls* e *zopadpattis* de Mumbai, os *katchi abadis* de Karachi, os *kampung*s de Jacarta, os *iskwaters* de Manila, as *shammasas* de Cartum, os *umjondolos* de Durban, os *intra-murios* de Rabat, as *bidonvilles* de Abidjan, os *baladis* do Cairo, os *gecekondus* de Ancara, os *conventillos* de Quito, as favelas do Brasil, as *villas miseria* de Buenos Aires e as *colônias populares* da Cidade do México (2005, p.199-200).

A imanência entre cidade e favela é constantemente confrontada, ainda que fique claro pela descrição anterior de Davis (2005) a presença destes territórios em todo o globo, ilustrando que nos diferentes espaços urbanos a população pobre encontrou seu lugar e constituiu sua moradia, denotando uma relação causal entre o crescimento da cidade e a conformação de favelas. Canedo (2017), defende que a

conformação de favelas e ocupações se configuram como táticas de resistência diante da necessidade imposta de deslocamento em busca de oportunidades de trabalho, lazer e serviços:

Configuram-se de certa forma como uma resistência desta população aos diversos processos de valorização imobiliária que cada vez os expulsa para regiões mais inóspitas e com menos infraestrutura urbana, ou seja, menos cidade, entendida aqui como o espaço da troca, dos encontros, das oportunidades, dos conflitos do exercício da cidadania (Lefebvre, 2001 [1968]). E esta resistência se dá não apenas com a luta e reivindicação pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001 [1968]), mas também com a construção de outras dinâmicas, outra relação entre os espaços de moradia e espaços de convívio, e com a reconstrução de sua própria noção de cidadania, uma cidadania alternativa [...] (2017, p.13).

E da mesma maneira que se conformou um conceito sobre o espaço favela, o preconceito com seus moradores o acompanhou, a palavra favelado tornou-se adjetivo para designar não apenas aqueles que moram na favela, bem como a definir suas personalidades e comportamentos, justificando inclusive a violência policial perpetrada sobre estes, dificultando a possibilidade de acesso a certos espaços e funções, ou seja, lhes determinando a vida, a partir única exclusivamente do lugar onde moram:

Assim, a despeito de diferentes roupagens, sempre de acordo com um contexto histórico específico, o favelado foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recente, pelas relações auto-reguláveis do mercado pela globalização (Alvito e Zaluar, 2005, p.15).

Dessa forma, consolidou-se uma relação tensa entre o Estado e as favelas. O Estado, empenhado em alinhar-se a um ideal de cidade homogênea que atenda às exigências do mercado global capitalista, mantém uma postura de constante confronto com a população favelada. Por outro lado, os moradores das favelas são frequentemente empurrados para o conflito, enfrentando tanto a violência das políticas de remoção quanto o completo descaso. Nesse contexto, suas necessidades — que deveriam ser reconhecidas como direitos fundamentais de cidadãos — são sistematicamente ignoradas.

No final dos anos 1920, o Morro do Castelo foi aterrado e seus 4.200 moradores foram desalojados, como parte do Plano Agache³⁷. Entre 1941-1943 o

³⁷ Entre 1926-1930 é elaborado o plano diretor da capital, pelo urbanista Albert Donat Agache. Priorizava a remodelação e embelezamento da cidade, respondendo aos anseios da burguesia. Consistiu em ser um plano físico-territorial. A preocupação com o planejamento das cidades, bem como a afirmação do Urbanismo enquanto Ciência, difundem-se por todo o país e Alfred Agache realiza remodelações urbanísticas em São Paulo, Porto Alegre, Curitiba etc. Disponível em:

prefeito Henrique Dodsworth (1895-1975) aproveitou as obras para a abertura da Avenida Presidente Vargas, e quatro favelas foram destruídas e 8 mil pessoas foram transferidas para três parques proletários³⁸. Durante o governo de Carlos Lacerda (1960-1965) foram removidos 41.958 moradores de 27 áreas. Seu sucessor, Negrão de Lima, removeu ainda mais, 70.595 pessoas (1965 a 1971).

No período entre 1960/70, as remoções aconteceram de maneira tão contundente que o historiador Mário Sérgio Brum³⁹ (2011) o classificou como “era das remoções”, que merece destaque não apenas pelo expressivo número de pessoas removidas, mais de 100 mil, sendo demolidas cerca de 60 favelas, somente entre o anos (1968-1975)⁴⁰, mas também, pela extrema violência destas ações, contra as tentativas de resistência dos moradores das favelas, possibilitadas principalmente pela ditadura empresarial-militar, instaurada em 1964. Um caso emblemático foi o que ocorreu com a favela da Praia do Pinto, onde inicialmente, cerca de sete mil moradores foram remanejados para um conjunto habitacional localizado no bairro Cordovil, o restante, cinco mil moradores, não aceitando a mudança obrigatória, acabaram por serem “forçados”, após a ocorrência de um incêndio de origem desconhecida, em 11 de maio de 1969, que acabou com o restante dos barracos que ainda não haviam sido demolidos:

Um dos momentos de triste memória foi o processo de remoção dos moradores da favela da Praia do Pinto. Diante da resistência dos moradores, a favela foi incendiada, sem que bombeiros, insistentemente chamados, acessem ao local. As famílias perderam seus haveres, e os líderes da resistência passiva desapareceram. No lugar da favela construiu-se um conjunto de prédios - hoje conhecido como Selva de Pedra - financiados para militares (Perlman, 1977, p. 247).

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurban_a/02.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

³⁸ Os Parques Proletários foram um programa habitacional que fazia parte do Plano de Erradicação de Favelas, pensado pelo médico Victor Tavares de Moura (1882-1960), com viés fortemente higienista e civilizatório. Colocados em prática no início da década de 1940, como uma proposta de moradia provisória, que serviria como “preparatório” para os moradores das favelas, que durante o tempo que ali passassem seriam “educados” sob fiscalização do Estado.

³⁹ Em sua tese de Doutorado denominada “Cidade Alta: Histórias, memórias e estigma da favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro”, o historiador dedica seu segundo capítulo, “A Era das Remoções: O estigma de ‘favelado’ como política de Estado e as remoções de favelas no Rio de Janeiro nas décadas de 1960/70”, para analisar o período.

⁴⁰ Em 1968 foi criada a CHISAM, Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana, órgão encarregado de estruturar o Plano Habitacional Integrado da Guanabara, cujo objetivo era erradicar todas as favelas até 1976, contudo, suas atividades só duraram até 1973. Neste período, a remodelação urbana e reorganização espacial era definida por zoneamentos tendo como aspecto definidor dos espaços a classe social de seus moradores, ocasionando por exemplo, a concentração de pessoas de classe média e alta na Zona Sul da cidade, área que foi alvo de 60% das ações do órgão, permitindo que esta parcela da população permanecesse longe da indesejada paisagem das favelas.

As situações de violência perpetradas pelo poder público contra os moradores das favelas foram frequentemente acompanhadas por ações de resistência. No entanto, essas iniciativas eram invariavelmente respondidas com extrema violência e flagrante desrespeito aos direitos humanos. Ao longo dos anos, os moradores das favelas criaram diferentes organizações sociais para dar voz às suas demandas e contestar os projetos estatais. Entre esses movimentos destacam-se a Comissão de Moradores das Favelas Pavão, Pavãozinho, seguida por Cantagalo e Babilônia (1945); a União dos Trabalhadores Favelados (UTF, 1954); a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal (1957); e a Federação de Favelados do Estado da Guanabara (FAFEG, 1963), que, em 1975, se transformou na FAFERJ, Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro, ainda atuante nos dias de hoje. Apesar desses esforços, a repressão era tão intensa que frequentemente inviabilizavam qualquer ação efetiva contra as remoções, mesmo aquelas organizadas de forma estruturada

Um exemplo significativo do controle nestes espaços, era que até suas organizações sociais sofreram intervenções em suas atividades. As associações de moradores criadas, tinham que obrigatoriamente assinar um acordo com o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA), criado em 1956, e que a partir da década de 1960, passou a estimular a conformação dessas associações, com a proposta de organizar as relações com as autoridades estatais. Porém, na prática, funcionavam muito mais como interlocutoras dos planos e projetos do Estado, do que representante dos anseios e lutas dos moradores, tendo que financiar novas moradias que porventura fossem criadas, ou pedir autorização para realizar melhorias ou outras construções (Burgos, 2006).

As políticas implementadas até o momento, como demonstrou Burgos (2006), não se mostraram eficientes em seus objetivos. Não apenas falharam em eliminar as favelas, como inicialmente planejado, mas também contribuíram para seu crescimento na cidade. Esse aumento foi impulsionado pela migração rural decorrente da consolidação de uma economia industrial, que trouxe um número maior de pessoas do que as políticas e programas habitacionais estavam preparados para atender.

No período de redemocratização do Brasil, entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, houve uma mudança parcial na abordagem estatal em relação

às favelas. O foco passou a ser a urbanização⁴¹ desses territórios, em vez das remoções que marcaram períodos anteriores. Contudo, as remoções nunca foram completamente eliminadas. Para as demais áreas da cidade, segundo Rolnik (1997), a partir da década de 1970⁴² houve um aumento significativo na construção de moradias voltadas para as classes média e alta, com políticas habitacionais direcionadas ao mercado imobiliário e privilegiando o capital privado.

A promulgação da Constituição de 1988 representou um marco legal importante, permitindo avanços significativos na democratização da produção socioespacial urbana e na consolidação das favelas. A nova Constituição proibiu políticas habitacionais baseadas em remoções e determinou a integração das favelas ao tecido urbano por meio de projetos que buscavam transformá-las em bairros. A partir de 1990, ficou a cargo das prefeituras centralizar as políticas de urbanização desses espaços (Bogado, 2017).

Apesar desses avanços, o movimento de remoção de favelas voltou a ganhar força nos últimos anos, impulsionado pela globalização e, no caso do Rio de Janeiro, de megaeventos. Nesse contexto, as favelas se tornaram estratégicas para atrair capital nacional e estrangeiro, gerando novas pressões sobre esses territórios.

2.2 PROCESSOS MODERNOS DE EXCLUSÃO: A CIDADE COMO MERCADORIA

A partir da década de 1990 há uma intensificação do entendimento da cidade como mercadoria. Este processo, iniciado na década de 1960, devido a uma mudança na forma de planejamento das cidades, que deveriam ser capazes de integrarem-se a um circuito globalizado, balizado por “cidades-modelo”, como Barcelona e Paris, culminou na administração das cidades a partir da adoção de um

⁴¹ Durante o governo de Lionel Brizola (1983-1987), foi implementado o primeiro projeto de regularização fundiária da cidade, o “Cada Família um Lote”, cuja intenção era fornecer 400.000 títulos de propriedade aos moradores de favelas, buscando promover a urbanização desses espaços. Ao final do projeto entretanto, apenas 16.000 títulos provisórios foram concedidos (Gonçalves (2010), apud Bogado, 2017, p. 202).

⁴² Um exemplo que ilustra bem esta questão foi o Plano Lúcio Costa (Plano Piloto para Urbanização da Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e de Jacarepaguá). O arquiteto que dá nome ao projeto, e que havia sido responsável pelo Plano Piloto de Brasília (1960), foi convidado em 1969, para preparar um plano para a Barra da Tijuca e a Baixada de Jacarepaguá, uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro. A execução do Plano se estendeu até 1980, e boa parte do que foi planejado não saiu do papel, principalmente aspectos relacionados à preservação do meio ambiente da região, que era uma temática central do projeto. A expansão urbana desejada pelo poder público se concretizou, principalmente pela atuação de agentes privados, que conseguiram aprovar a implementação de empreendimentos que estavam fora dos padrões do plano.

modelo urbanista regido pelo “planejamento estratégico”⁴³. Como complementa Bogado (2017):

A competitividade não restringe-se à esfera das relações individuais, passa a ser a lógica hegemônica predominante que se justifica por ela mesma (Santos, 2011) dentro da qual enquadram-se as cidades, cujas gestões passam a se concentrar na produção de espaços mundializados para competir com as demais cidades do globo. Este jogo torna-se o objetivo da gestão urbana: transformar a cidade em atrativa, visível aos investidores privados, e padronizada para usufruto de um público internacional diferenciado. A cidade mercadoria passa a ser o modelo de gestão urbana a ser seguido (p.70, 2017).

A transfiguração das cidades em produtos de mercado representa uma mudança significativa nas políticas urbanas contemporâneas, influenciada principalmente pelo empresariamento urbano Harvey (1996) e pelo neoliberalismo. Essas duas ideologias se interconectam para promover a valorização do espaço urbano a partir do investimento privado, da especulação imobiliária e da criação de uma imagem de cidade alinhada a interesses comerciais e de consumo. Como coloca Consentino (2015), esses princípios foram fundamentais para a mercantilização das cidades, especialmente em um contexto de grandes eventos esportivos e culturais.

As ideias neoliberais começaram aparecer nas décadas de 70 e 80, depois dos governos conservadores de Margaret Thatcher, no Reino Unido (1979), e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1981-89). David Harvey, defende que o conceito de neoliberalismo:

[...] é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2005, p. 12).

Tendo o contexto acima como referência, o empresariamento urbano, segundo Harvey (1996, p. 50), surgiu como uma resposta à crise econômica global dos anos 1970, marcando uma transição das administrações locais de uma postura de "gestão" para uma de "empresariamento". Essa mudança caracteriza-se pela ampliação da participação privada na gestão urbana, com foco no crescimento

⁴³ O planejamento estratégico representou uma transposição dos conceitos do planejamento de empresas para o planejamento urbano (Kaufman; Jacobs, 1987, apud Saboya, 2008). Algumas de suas características abrangem: ênfase na competitividade entre cidades; foco nos pontos fortes e nos pontos fracos; orientação à ação e aos resultados, dentre outros, que denotam a interpretação da cidade como produto a ser vendido. (Saboya, 2008) Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2008/05/29/planejamento-estrategico-de-cidades-parte-1/>. Acesso em: 22 dez. 22.

econômico por meio de empreendimentos imobiliários específicos, frequentemente em detrimento de políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo. Como sintetiza Soja (2000), o empresariamento urbano não busca apenas transformar o espaço urbano, mas direcioná-lo para maximizar lucros, privilegiando elites e investidores globais.

Os ideais neoliberais, combinados ao empresariamento urbano e ao planejamento estratégico, tornaram-se práticas dominantes em cidades ao redor do mundo, estabelecendo modelos globais que passaram a ser replicados em diferentes contextos. Um exemplo emblemático é o chamado “modelo Barcelona”, implementado na preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 1992. Esse modelo não apenas transformou a infraestrutura urbana e estimulou a economia local, mas também se consolidou como referência para outras cidades que buscavam atrair investimentos e requalificar áreas centrais. Assim, configurou-se como um paradigma de revitalização urbana (Harvey, 1989; Borja & Castells, 1997).

No Brasil, essa abordagem foi intensificada a partir dos megaeventos⁴⁴ esportivos, como os Jogos Pan-Americanos (2007), a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Esses eventos catalisaram a implementação de políticas de empresariamento urbano nas cidades-sede⁴⁵, especialmente no Rio de Janeiro. Como analisa Santos Júnior (2013), a cidade passou por profundas transformações urbanas durante esse período, com foco na construção de infraestrutura turística e novos empreendimentos imobiliários, financiados principalmente por grandes empreiteiras. Essas mudanças foram, muitas vezes, implementadas sem consulta popular, priorizando interesses comerciais e a criação de uma imagem internacional atrativa e “positiva” da cidade, em detrimento das demandas sociais locais.

Os megaeventos esportivos, ensejaram inclusive a criação de normativas que permitiram alterar o ordenamento legal, como o “Ato Olímpico”, Lei nº 12.035/2009, que estabelece uma série de vantagens a instituições e seus parceiros envolvidos nos Jogos, de acordo com o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos

⁴⁴ Entre os anos de 2006 e 2016 o Rio de Janeiro sediou um número excepcional de megaeventos internacionais: Jogos Pan-Americanos (2007); Jogos Mundiais Militares (2011), Festival Rock in Rio (2011,2013,2015), Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 (2012); Copa das Confederações de Futebol (2013), Jornada Mundial da Juventude Católica (2013), Copa do Mundo FIFA - 2014; Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016). Tal histórico é reflexo das ações empreendidas na cidade pela gestão pública visando torná-la atraente para projetos como esses.

⁴⁵ As 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 no Brasil foram: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

no Brasil, elaborado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas (ANCOP):

Nesta lei, entre outras coisas, são asseguradas condições excepcionais e privilégios para a obtenção de vistos, exercício profissional de pessoal credenciado pelo COI e empresas que o patrocinam, cessão de patrimônio público imobiliário, proteção de marcas e símbolos relacionados aos jogos, concessão de exclusividade para o uso (e venda) de espaços publicitários e prestação de serviços vários sem qualquer custo para o Comitê Organizador. Ademais, num capitalismo do qual o risco teria sido totalmente banido, a lei autoriza genericamente “Destinação de recursos para cobrir eventuais déficit operacionais do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016”(2014, p.5).

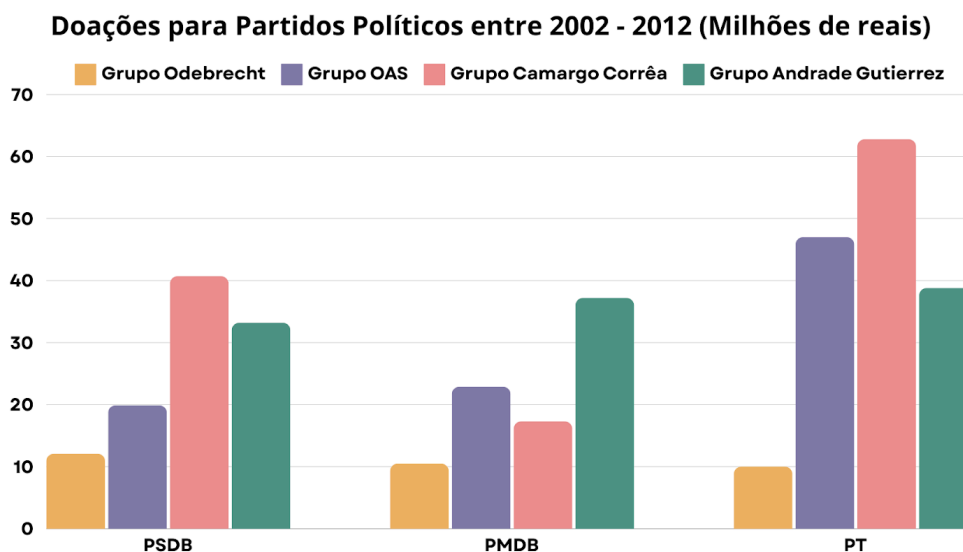
A mudança nas políticas habitacionais nas cidades que receberam megaeventos no Brasil não se limitou à construção de empreendimentos privados, mas incluiu também a remoção de comunidades populares de áreas valorizadas. Em diversos casos, áreas próximas aos locais dos eventos e em áreas com alto potencial de valorização foram alvo de despejos e de desapropriações, como ilustram Fernandes e Silva (2015) em seus estudos sobre remoções urbanas. Esses autores discutem como a atuação das grandes empreiteiras brasileiras, financiadoras de campanhas políticas, foi essencial para viabilizar essas transformações urbanas. Entre os principais partidos políticos que se beneficiaram de doações de empreiteiras como Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa entre 2002 e 2012, estão o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ver Gráfico 1, (Fernandes, 2015).

O empresariamento urbano e a influência das grandes empreiteiras⁴⁶ nas políticas de habitação urbana brasileira, notadamente nos períodos que antecederam os megaeventos, ilustram uma transformação do espaço urbano em favor de uma elite financeira. A atuação das administrações públicas, aliada ao financiamento de campanhas por grandes construtoras, permitiu a ampliação de investimentos em infraestrutura voltada para o mercado e a expulsão de populações marginalizadas de áreas valorizadas⁴⁷.

⁴⁶ No Anexo B - Mapa 10 - “O Ciclo Olímpico: Os Donos do Legado” evidencia a concentração do lucro das obras “Olímpicas” nas mãos das empreiteiras.

⁴⁷ No Anexo B - Mapa 11 - “O Ciclo Olímpico: Um Projeto Injusto para uma Cidade Desigual”, evidencia os gastos por m² das intervenções olímpicas no Rio de Janeiro, mostrando como a concentração de gastos em áreas já privilegiadas foi muito maior, beneficiando os empreendimentos privados das grandes empreiteiras.

Gráfico 1: Doações das empreiteiras para partidos políticos



Fonte: Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil 2014.

As relações entre megaempreendimentos urbanos, financiamento de campanhas políticas e a remoção e realocação de comunidades urbanas refletem o entrelaçamento entre o empresariamento urbano e os interesses políticos no Brasil. De acordo com Maricato (2011), às grandes empreiteiras e o setor imobiliário formaram uma coalizão poderosa junto aos governos locais e federais, influenciando a definição de políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano⁴⁸. Este ciclo de financiamento político moldou as políticas habitacionais das cidades brasileiras, priorizando a especulação imobiliária em detrimento da habitação popular:

Investimentos na (re)construção de estádios com custos bilionários, enquanto faltam escolas e equipamentos básicos de saúde; obras públicas em áreas da cidade escolhidas para remover o maior número de pobres e garantir os maiores ganhos imobiliários privados; crimes ambientais cometidos sob o discurso da urgência; gastos imensos em obras de mobilidade urbana, direcionadas para áreas já privilegiadas das cidades; foram alguns dos maiores “legados” dos megaeventos para as cidades brasileiras (Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil, 2014, p.8).

No Rio de Janeiro, a adoção dessas ideologias ganhou força no governo de César Maia (1993-1996), que, ao estabelecer as diretrizes da administração municipal, priorizou a projeção internacional da cidade. Suas políticas foram

⁴⁸ No Anexo B - Mapa 9 - “Privatização dos lucros e a socialização dos lucros”, denuncia a distribuição desigual dos recursos, com a absorção da maior parte dos custos pelo setor público, ou seja, pagos pela população, enquanto os lucros ficarão concentrados no setor privado.

direcionadas para valorizar aspectos da cidade que atraíssem o mercado e investidores estrangeiros, ao mesmo tempo em que tentava esconder características que poderiam ser vistas de forma negativa, como a presença de favelas em áreas de grande visibilidade (Consentino, 2015). Nesse sentido, a prefeitura promoveu a exclusão de favelas dos mapas oficiais, incluindo ferramentas de localização como o Google, buscando construir uma imagem idealizada de cidade evoluída e cosmopolita, associada a museus, equipamentos culturais e a valorização de patrimônios culturalmente aceitos.

Essas intervenções, voltadas principalmente para a especulação imobiliária e a atração de capital externo, tiveram impactos profundos nas dinâmicas territoriais do Rio de Janeiro. De fato, as obras e empreendimentos não apenas modificaram o espaço urbano, mas também promoveram uma ideia de cidade “perfeita” ou “corrigida” – uma cidade sem falhas, projetada para atender aos interesses de investidores e consumidores, em detrimento da inclusão das necessidades das classes populares.

2.3 MUSEUS E PATRIMÔNIO NO CONTEXTO DA MERCANTILIZAÇÃO DA CIDADE

O tema da mercantilização das cidades está diretamente ligado à forma como os espaços urbanos são apropriados, reconfigurados e utilizados para atender interesses econômicos, muitas vezes em detrimento de seu valor cultural e social. No caso do Rio de Janeiro, esse fenômeno se reflete na forma como o patrimônio cultural e os museus da cidade são integrados na lógica de mercado, moldando-se para atrair turismo e investimentos, mas gerando debates sobre o equilíbrio entre preservação e mercantilização. De acordo com Harvey:

As formas de planejamento contemporâneas são usadas “como instrumentos para segregar a cidade, anulando territórios e pessoas que não interessam à lógica do capital” cujos projetos espetaculares “servem aos investimentos privados” e pervertem a soberania ao convertê-la “na cidadania do aplauso”. Para o professor “às pessoas não cabe participar, mas aplaudir.” (Harvey, 2016,p.56)

Neste sentido, temos o emblemático caso do Museu a Céu Aberto Morro da Providência. Idealizado por Maria Lúcia Petersen⁴⁹, cujo projeto foi desenvolvido no

⁴⁹ Maria Lúcia Petersen é Arquiteta e Urbanista, de 1994 a 2000 foi gerente de projetos da Secretaria Municipal de Habitação e coordenou a implantação do Programa Favela-Bairro.

âmbito do Programa Favela-Bairro⁵⁰, realizado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e que dentre outras ações previa a revitalização da área portuária, que além do Museu, incluía a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa.

O Morro da Providência não foi escolhido ao acaso, além de situar-se numa área que passava por revitalizações (Zona Portuária), é conhecido como a primeira favela brasileira. Diversos historiadores, cientistas políticos, jornalistas e o próprio poder público a categorizam desta maneira, como foi abordado no início deste capítulo. Segundo o então Prefeito César Maia: “Esta é a primeira grande favela do Rio de Janeiro, berço da organização popular, que abrigou as tropas de Canudos. É o antigo Morro da Favela, nome que passou a designar todas as ocupações em áreas de encostas na Cidade. É um local que guarda a memória da Cidade” (apud Menezes, 2009, p. 09).

Diante deste potencial histórico a Prefeitura do Rio de Janeiro deu início em 2000 ao projeto de transformar o Morro da Providência em museu e conseqüentemente atração turística da cidade. Intentava-se com a construção do museu, poder coadunar em um único espaço, um local que fosse capaz de representar todas as favelas cariocas, e que ao mesmo tempo contrastasse com outros espaços da cidade. “A ideia não era fazer um prédio convencional e rotulá-lo como ‘museu da favela’, mas transformar a própria favela – ou, pelo menos, parte dela – em um museu” (idem, p.10).

Para tanto a Prefeitura definiu quais construções tinham um “valor histórico” para a favela, como cita Menezes: “Alguns desses pontos são uma escadaria - que teria valor histórico por ser construída por escravos -, uma Igreja construída antes de 1860 e uma Capelinha que seria prova que os primeiros habitantes foram soldados, na época, chegados de Canudos” (2009, p.16). Estas três edificações juntamente com um reservatório de água em formato octogonal, construído em 1913, que teria

⁵⁰ O Programa Favela-Bairro é um programa implantado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro teve início em 1993, coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Propunha a implantação de infra-estrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais em comunidades. O programa além das obras de urbanização e infraestrutura, previa a melhoria das moradias e um conjunto de ações sociais integradas à urbanização, como educação de jovens e adultos, programas de qualificação profissional e geração de renda, instalação de postos do Programa de Saúde da Família (PSF) e o Projeto Segurança Cidadã de combate à violência.

sido um importante ponto de encontro e referência da favela, foram restaurados pela Prefeitura.

O reservatório tinha um projeto específico, a Prefeitura pretendia transformá-lo em um “Reservatório de Lembranças”, onde haveria uma instalação acústico-visual, onde o visitante poderia ouvir depoimentos de antigos moradores, que contariam experiências vividas e lembrariam fatos. Mas devido ao perigo de roubo os aparelhos não foram instalados. Segundo Menezes, com a obra a Prefeitura tinha como objetivo:

[...] recompor verbalmente a imagem social e espacial do passado dos morros das favelas cariocas. Assim na visão do Poder Público, estaria buscando preservar não só o “bem material” que é o prédio do reservatório, mas também um valioso bem “imaterial” ou “intangível” que são as memórias dos moradores mais antigos que não se perderiam mais no tempo depois que tivessem sido registradas (2009, p. 18-19).

Além destas, fazia parte das modificações a serem feitas no Morro da Providência, o congelamento de algumas casas, vielas e becos. Em seu projeto Petersen propunha que o interior das propriedades “congeladas” pudesse reproduzir “na íntegra, o mobiliário, a decoração e os objetos pertencentes à família”. Todos receberiam uma indenização pelo imóvel, e pelo direito de utilização de sua imagem em obras de arte, fotografia e vídeo. Intentava-se também a reconstrução com base em arquivos fotográficos e filmes de época “os barracos de madeira, erguidos na encosta da pedreira pelos escravos libertos, os soldados e mulheres que vieram da Guerra de Canudos”. (Petersen apud Menezes, 2009, p.20). Contudo esta proposta não saiu do papel.

Outras obras foram realizadas, como a construção de pontos turísticos, o embelezamento de determinadas áreas e a aplicação do roteiro turístico do Morro da Providência. Nestas obras de “construção” da favela como patrimônio estavam inclusos três mirantes, que garantiriam vista privilegiada da cidade “suas imagens de cartão-postal – Pão de Açúcar, Corcovado, Baía de Guanabara – somadas a outras menos convencionais como a Central do Brasil, o Sambódromo, a Zona Portuária, a Ponte Rio-Niterói e o Maracanã” (idem, p.20). No terceiro mirante houve a reforma de um bar, o Bar do Beto, também com intuito de criar atrativos aos turistas, no que afirma Petersen “alimentos e bebidas em condições higiênicas, e de contrapeso uma magnífico pôr-do-sol da Baía de Guanabara” (idem, p.21).

Para que as obras pudessem ser concluídas houve a remoção de várias casas. O que, de acordo com os idealizadores do projeto era justificado, pois não

apenas garantia a vista da cidade aos turistas como também aumentaria a circulação de ar e conseqüentemente arejaria o ambiente. Segundo Petersen:

Aquilo ali teve um monte de casa retirada, ali hoje você respira, tiramos as casas que estavam na ladeira da quadra que fechavam a vista da Baía de Guanabara, agora entra uma brisa. Pode ver que se você medir a temperatura, lá hoje a temperatura é muito mais baixa do que era. Porque foi “desadensando”, hoje as pessoas podem andar, você pode andar lá (Freire-Medeiros, 2007, p.67).

Foram colocadas placas de identificação nos pontos de visitação, e um piso foi aplicado, para que os visitantes pudessem ser guiados pelo roteiro de visitação. A elaboração do roteiro de visitas ao Museu também foi elaborado por Petersen, que definiu todos os pontos que mereciam atenção:

[...] continuam existindo estratégias de visibilidade que organizam a exposição das edificações e artefatos que serão alvo do olhar do turista. Placas estreitas de metal intercaladas por pedacinhos de mármore preto, compõem, junto com os blocos de cimento no chão, uma espécie de trilho que, marca todo trajeto. Emoldura-se a pluralidade empírica que constitui a favela e se direciona o olhar do turista: edificações “relevantes” são “etiquetadas” com placas da prefeitura; as casas mais antigas não recebem placas, mas são “apresentadas” aos turistas pelos guias; as construções destituídas de “potencial turístico” seguem convivendo com o lixo e o esgoto não tratado (idem, p.68).

Para Petersen tratava-se “de uma área de alta deteriora o urbana, que já teve seus dias de glória, dias em que o Morro da Providência era visitado por figuras ilustres, como Tarsila do Amaral e Portinari” (idem, p.68). O que se percebe pela fala de Petersen, desde o início, uma desvaloriza o da identidade do morro, e de todos que nele vivem. Não havendo uma intervenção não há nada que mereça ser visto ou valorizado no Morro, a glória são   obtida quando alguém de fora o visita e valoriza, a comunidade do Morro é deixada em segundo plano.

Fica nítido a lógica deste processo de exclusão da comunidade que ganha o papel de mera “distração” para turistas. Os problemas que comumente a favela enfrenta foram apenas escamoteados. Sendo-lhes oferecidas apenas algumas medidas profiláticas, não com intuito de melhoria da favela, mas com a intenção de se criar atrativos para os turistas. Até mesmo os souvenirs criados pelos moradores da favela não eram expressão de sua criatividade, mas feito sob medida para agradar os visitantes:

Em janeiro de 2007, o prefeito César Maia incluiu a promo o de visitas sistemáticas ao Museu na lista de prioridades do ano. Com isto, a Providência passou a receber recursos para que sejam realizadas, sob coordena o da ONG Novo Horizonte, oficinas de danç a, capoeira e artesanato. O investimento da prefeitura nestas oficinas está diretamente vinculado ao projeto do turismo: espera-se que venham apresentar-se para

os turistas os que estiverem frequentando as oficinas de capoeira e dança, assim como os que participam das oficinas de artesanatos já vem produzindo souvenirs adequados ao “gosto do estrangeiro” (idem, p.69).

A conformação do “Museu a Céu aberto Morro da Providência” ilustra como os lugares transformados e equipamentos culturais instalados forjam aos usuários a sensação de serem capazes de apropriarem-se da cidade, na encenação de um elo fictício de comunidade, na idealização de um território de exibição cultural que apresenta-se cada vez mais desprovido de consistência. Desta forma as iniciativas de reabilitação parecem reduzir-se à produção de referências simbólicas ligadas à conservação de uma parte exclusiva da cultura do passado que não se relaciona com o uso presente do local (Jeudy, 2005).

Apesar da teoria do museu a céu aberto ser consonante com os ideais da Museologia Social, na prática o que Petersen promoveu foi a construção de um museu com suas práticas tradicionais de escolha arbitrária. Temos neste caso, mais um museu desenvolvido para a comunidade e não com a comunidade

Toda a estrutura e desenvolvimento do Museu foram pensados por Petersen, em nenhum momento a comunidade foi ouvida, ou participou de qualquer uma das ações. A escolha dos patrimônios a serem preservados, a fala nos meios de comunicação que veicularam o projeto, em todo o processo a população ficou à margem, o que justifica a falta de identificação com o museu e a sua não efetivação. A valorização do patrimônio só tem sentido quando este encontra ressonância na comunidade.

Têm-se neste contexto a cristalização do patrimônio e da cultura, que devem apenas servir como um “portal” ao passado fragmentado da realidade presente, reconstruído como um simulacro da história vivida por esta comunidade, reforçando a ideia que favelas são espaços homogêneos, o que desta maneira possibilitaria que o Morro da Providência representasse todas as favelas do Rio.

O Museu jamais conseguiu se concretizar, tanto pelo fato da comunidade que o abrigava não se reconhecer e portanto não dinamizá-lo, com muitos nem tendo conhecimento de sua existência, tanto pelos turistas que não o acessavam, em decorrência sobretudo pela violência que de acordo com os donos de agências de turismo os impedia de realizar *city tours* no local (Menezes, 2009).

Esta foi a primeira iniciativa neste sentido, mas o que se seguiu foi um processo de “turistificação” da região portuária do Rio, que visava construir um

“Porto Maravilha”, condizente com a propagandeada “Cidade Maravilhosa” e onde museus teriam um papel central nesta construção.

2.3.1 Com quais museus se faz uma “Cidade Maravilhosa”? O Porto Maravilha e a gentrificação da Pequena África

Em novembro de 2009 foi instituída a Operação Urbana Consorciada (OUC)⁵¹ Porto Maravilha, que seria responsável por uma série de obras e intervenções na região portuária do Rio de Janeiro, em um projeto de “renovação” urbana que buscava transformar a antiga área portuária da cidade. Várias ações foram planejadas, para dar conta do proposto, neste sentido o projeto previa equipamentos culturais, visando, dentre outros aspectos, promover um efeito de atração turística e de investimentos para a referida região.

A Operação tem o prazo de 30 anos para sua conclusão e custo total estimado em R\$ 8 bilhões, o projeto consiste na revitalização da chamada Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região do Porto do Rio, que abrange 5 milhões de metros quadrados. De acordo com a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar)⁵², que atualmente gerencia o Projeto:

O Porto Maravilha foi concebido para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da Região Portuária. No centro da reurbanização está a melhoria das condições habitacionais e a atração de novos moradores para a área de 5 milhões de metros quadrados (m²). A chegada de grandes empresas, os novos incentivos fiscais e a prestação de serviços públicos de qualidade estimulam o crescimento da população e da economia. Projeções de adensamento demográfico indicam salto dos atuais 32 mil para 100 mil habitantes em 10 anos na região que engloba na íntegra os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão. (Disponível em: <<https://www.ccpa.rio/projeto/porto-maravilha/>>. Acesso em: 22 de abr. 2024).

A história do antigo porto do Rio de Janeiro está profundamente ligada ao desenvolvimento econômico, social e urbano da cidade e do Brasil como um todo. Fundado no século XVI, logo após a colonização portuguesa, o porto passou por

⁵¹ As OUCs são intervenções pontuais realizadas pelo Poder Público Municipal envolvendo a iniciativa privada (empresas prestadoras de serviços públicos, moradores e usuários locais) que buscam transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

⁵² A Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar) é uma empresa do Município do Rio de Janeiro, responsável pelas concessões e Parcerias Público-Privadas da Cidade. Criada em junho de 2022 com a aprovação da Lei 251/22, a empresa assumiu todas as atribuições da antiga Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), que coordenou o processo de implementação da Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha. Além das novas atribuições a CCPar também incorporou a RioSec – empresa municipal de securitização.

várias fases de expansão e modernização, refletindo as necessidades econômicas do país em diferentes períodos (Teixeira, 2010).

Inicialmente, o porto operava de maneira rudimentar, servindo principalmente para o embarque de produtos primários, como açúcar, ouro e, posteriormente, café. A partir do século XVIII, o Rio de Janeiro se consolidou como um importante centro econômico, com o porto desempenhando um papel essencial no escoamento de mercadorias e na conexão com outros mercados, especialmente europeus (Teixeira, 2010).

No final do século XIX e início do século XX, com a intensificação do comércio internacional e o aumento da imigração, o porto passou por uma ampla reforma, conhecida como projeto de revitalização da zona portuária, iniciado em 1904. Esse projeto modernizou o porto, implementando novas tecnologias e criando uma infraestrutura mais adequada ao crescimento urbano (Teixeira, 2010).

Como abordado no início deste capítulo, o prefeito Pereira Passos (1902-1906) promoveu uma grande reforma urbana em toda a região do Centro da cidade. Parte dela, foi responsável pelo aterramento de grande área da Baía de Guanabara, distanciando os ancoradouros das encostas dos morros da região, a abertura de novas avenidas, bem como a criação da Companhia das Docas e da Praça Mauá. O aterro da região foi possível pela derrubada de morros e remoção dos moradores no emblemático “bota-abaixo”. Boa parte dos desabrigados pela operação de remodelação encontrou abrigo nos velhos casarões coloniais da Zona Portuária, que se transformaram em cortiços. Outros ex-moradores se alojaram na encosta do Morro da Providência e acabaram por fundar a primeira favela da cidade, já citada.

A presença negra na região é um aspecto central da história do local, especialmente devido ao papel do porto no tráfico transatlântico de escravizados. A partir do século XVII, o Rio de Janeiro tornou-se um dos principais portos de entrada de africanos escravizados no Brasil, com muitos desembarcando na área que mais tarde seria conhecida como Cais do Valongo. Estima-se que entre 500 mil e um milhão de africanos tenham passado por essa região, tornando-a o maior porto de desembarque de escravizados nas Américas. O Cais do Valongo, hoje considerado Patrimônio Mundial pela UNESCO, “simboliza a brutalidade da escravidão e a resiliência do povo negro” (Guimarães, 2012).

Com o fim do tráfico de escravizados, no início do século XIX, e a posterior abolição da escravidão em 1888, muitos negros libertos permaneceram na área portuária, criando comunidades e influenciando fortemente a cultura local. Essas populações negras desenvolveram práticas culturais e religiosas de matriz africana que moldaram a identidade cultural da região e da cidade. Nos arredores do porto, surgiram comunidades que preservaram tradições africanas, como o samba e o candomblé, que posteriormente seriam disseminadas para o restante do país (Guimarães, 2012).

Esta região é de extrema importância para a cultura nacional, já que foi nesse ambiente da Zona Portuária que teriam se organizado os primeiros ranchos carnavalescos e teria surgido o samba carioca, com João da Baiana, Donga e Pinxinguinha, reunidos na Pedra do Sal, no Morro da Conceição, e nas festas da Tia Ciata, na região do canal do Mangue, que também recebeu parte do fluxo da população expulsa (Pio, 2017).

A área portuária do Rio de Janeiro enfrentava problemas significativos de infraestrutura e abandono e viu seu papel econômico declinar com o tempo. Com o fechamento de indústrias e a migração de atividades portuárias para outras áreas, como o Porto de Sepetiba, o local entrou em decadência. Era caracterizado por um ambiente degradado, altos índices de criminalidade e falta de investimentos, com armazéns abandonados, moradias precárias e pouca atratividade econômica e turística (Pio, 2017).

Este cenário foi profícuo para que o poder público vislumbrasse uma oportunidade de transformar a região à sua maneira, tendo ainda os megaeventos como aporte argumentativo para as obras e ações que demandariam o projeto, e principalmente deixando a população pobre moradora da região fora das discussões e conseqüentemente “sem espaço” nesta “nova” área. Como confirma a arquiteta, urbanista e especialista em patrimônio cultural, Tainá de Paula, “O Porto não era um projeto que queria inserir habitação de interesse social. Ele tinha, muito objetivamente, interesse de proporcionar habitação para uma outra faixa de renda acima de dois, três salários mínimos” (Rioonwatch, 2019).

As transformações implementadas foram responsáveis pela gentrificação da região, resultando na expulsão dos antigos moradores que não suportaram arcar com o aumento do custo de vida no local, o que claramente era um dos reais objetivos do projeto:

O desenvolvimento da Região Portuária tem causado gentrificação. Um fluxo de negócios foi atraído para a área pelo preço barato dos imóveis e pelas construções históricas espaçosas, ideais para serem reformadas e transformadas em espaços de trabalho modernos—o YouTube abriu até um escritório em um armazém no cais da Gamboa. Em outubro, Crivella lançou o programa de inovação labGov.Rio em Santo Cristo. Com um custo de R\$2,5 milhões para a prefeitura do Rio, o espaço terá capacidade para até 144 start-ups. Enquanto tais incentivos são bem-vindos para a economia do Rio, eles também sinalizam um golpe contra a população de baixa renda da região, que compõe a maioria, por levarem a um aumento no valor da terra e das propriedades.(Nelson, Tara. 'Porto Maravilha', O Maior Projeto de Revitalização Urbana do Rio, 10 Anos Depois. Rioonwatch, Rio de Janeiro, 23 dez.2019. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=44800>>. Acesso em: 12 fev, 2024).

Em "SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico", organizado por Lucas Faulhaber, a gentrificação é abordada como uma política urbana que, sob o pretexto de revitalização e modernização, desencadeou o deslocamento de comunidades inteiras. Esse processo ocorreu principalmente nas áreas próximas aos locais das Olimpíadas de 2016, onde a construção de novas infraestruturas e equipamentos urbanos impulsionou a valorização imobiliária e desencadeou uma onda de remoções.

David Harvey, entende a gentrificação como uma manifestação do que ele chama de "acumulação por despossessão". Em "*Spaces of Global Capitalism: A Theory of Uneven Geographical Development*" (2006), Harvey argumenta que a gentrificação representa uma forma de acumulação de capital em que populações marginalizadas são removidas para abrir espaço para o lucro. Esse processo pode ser visto como uma "neocolonização" do espaço urbano, onde a desigualdade social é exacerbada pela criação de enclaves de riqueza em meio a populações de baixa renda.

Portanto, a gentrificação não é apenas um processo de transformação física dos bairros, mas também um reflexo de dinâmicas econômicas e políticas. Ela levanta importantes questões sobre o direito à cidade e sobre quem pode se beneficiar do desenvolvimento urbano.

Neste contexto a cultura apresenta-se como uma estratégia para preencher a imagem da cidade de conteúdo condizente com os valores sociais contemporâneos e inseri-la no contexto internacional, os símbolos criados para as cidades-mercadorias têm apelo à diversidade cultural e às diferenças étnicas, entretanto repaginam estas características estrategicamente apresentando-as

reduzidas ao elemento capaz de agregar valor mercadológico à mercadoria-cidade (Sánchez, 2007).

No projeto “Porto Maravilha” a cultura e o patrimônio tiveram um papel preponderante em suas estratégias. No âmbito cultural foram desenvolvidos os seguintes projetos: revitalização da Praça Mauá, AquaRio,⁵³ Boulevard Olímpico⁵⁴, Distrito de Arte do Porto⁵⁵, Mural “Etnias”⁵⁶, dentre outros. Neste escopo de obras nos ateremos a problematizar as questões que envolvem o patrimônio cultural e a criação de museus: o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã, que foram cooptados para colaborarem de maneira significativa com a gentrificação da região portuária, e o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, conhecido como Pequena África.

O MAR foi concebido pela Prefeitura do Rio por meio da Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a Fundação Roberto Marinho⁵⁷, inaugurado em 1º de março de 2013, de acordo com seu site institucional, tem como função:

o Museu de Arte do Rio, MAR, promove uma leitura transversal da história da cidade, seu tecido social, sua vida simbólica, conflitos, contradições, desafios e expectativas sociais. Suas exposições unem dimensões históricas e contemporâneas da arte por meio de mostras de longa e curta duração, de âmbito local e nacional. O museu surge também com a missão de inscrever a arte no ensino público, por meio de sua Escola do Olhar. (Museu de Arte do Rio, 2024).

⁵³O Aquário Marinho do Rio de Janeiro, conhecido como AquaRio, é o maior aquário marinho da América do Sul. Inaugurado em 2016, proporciona uma experiência educativa e de lazer, com diversas espécies marinhas em exposição. RioTur, Rio de Janeiro. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/porto-maravilha/. Acesso em: 05 abr. 2024.

⁵⁴Este espaço público revitalizado durante os Jogos Olímpicos de 2016 tornou-se um ponto de encontro cultural, abrigando eventos, feiras e apresentações artísticas ao ar livre. RioTur, Rio de Janeiro. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/porto-maravilha/. Acesso em: 05 abr. 2024.

⁵⁵Iniciado em 2021, este projeto transformou a área do Passeio Ernesto Nazareth em uma galeria de arte urbana a céu aberto. Na primeira fase, foram inaugurados 18 murais de grafite, totalizando 3.500 metros quadrados, assinados por artistas como Nadi, Juliana Fervo, ACME, Airá OCrespo, Ananda Nahu e Marcelo Ment. As obras abordam temas como samba, equidade de gênero e desigualdade social. RioTur, Rio de Janeiro. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/porto-maravilha/. Acesso em: 05 abr. 2024.

⁵⁶“Etnias” de Eduardo Kobra: Localizado no Boulevard Olímpico, este mural, também conhecido como “Todos Somos Um”, foi criado para os Jogos Olímpicos de 2016. Com aproximadamente 3.000 metros quadrados, retrata cinco rostos indígenas representando os continentes habitados, simbolizando a união dos povos. RioTur, Rio de Janeiro. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/porto-maravilha/. Acesso em: 05 abr. 2024.

⁵⁷O Museu de Arte do Rio tem o Instituto Cultural Vale como mantenedor, a Equinor, o Itaú Unibanco e a Globo como patrocinadores master, e a Nadir Figueiredo como patrocinadora. Conta com o apoio do Machado Meyer Advogados e Icatu, todos via Lei Federal de Incentivo à Cultura. A Globo e o Canal Curta são os parceiros de mídia do MAR. Conta ainda com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro e do Governo do Estado do Rio de Janeiro com realização do Ministério da Cultura e do Governo Federal do Brasil por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Museu de Arte do Rio. Disponível em: <https://museudeartedorio.org.br/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

Concebido pelo escritório Bernardes + Jacobsen Arquitetura, o museu ocupa dois edifícios distintos: o Palacete Dom João VI, uma construção de estilo eclético, tombado a nível municipal e restaurado para receber o museu e o antigo terminal rodoviário Mariano Procópio, um edifício de arquitetura no estilo modernista. Esses dois edifícios foram conectados por uma estrutura de cobertura fluida e ondulada, criando a sensação de movimento e simbolizando a ligação entre o passado e o presente da cidade (Bernardes + Jacobsen Arquitetura, 2013).

A criação do Museu de Arte do Rio (MAR) exemplifica o uso da patrimonialização e da refuncionalização de edificações com "valor histórico" como uma estratégia de ressignificação de uma área degradada. Em outras palavras, a revitalização dos edifícios, transformados em equipamentos culturais, visa não apenas oferecer uma nova perspectiva sobre o entorno, mas também estabelecer uma forma específica de intervenção na região e na história local.

O Museu do Amanhã, inaugurado em dezembro de 2015, da mesma maneira que o MAR, é resultado de uma parceria público privada (PPP)⁵⁸, entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho. Eduardo Paes, prefeito da cidade no momento, resumiu a expectativa sobre a instituição, "Essa aqui é a cereja do bolo. Isso aqui é o ícone maior da revitalização da Zona Portuária. Isso aqui vai ser uma marca nova para essa cidade, como são os Arcos da Lapa, como é o Maracanã, como é o Cristo Redentor. Isso aqui vai ser certamente uma nova marca da nossa cidade" (PIO, 2013, p.8).

Seu projeto arquitetônico foi de responsabilidade de Santiago Calatrava⁵⁹, arquiteto espanhol, responsável por obras em âmbito internacional, inicialmente era para ser alocado em armazéns inutilizados na região, mas o Prefeito ensejava a criação de "um equipamento público desenhado por um arquiteto de renome

⁵⁸ O Museu conta com o Banco Santander Brasil como patrocinador master, a Shell Brasil, Grupo CCR e Instituto Cultural Vale como mantenedores e uma ampla rede de patrocinadores que inclui ArcelorMittal, Engie, IBM e Volvo. Tendo a Globo como parceiro estratégico e Copatrocínio da B3, conta ainda com apoio de Bloomberg, Colgate, EGTC, EY, Granado, Rede D'Or, TechnipFMC e White Martins. Além da DataPrev apoiando em projetos especiais, contamos com os parceiros de mídia Amil Paradiso, Rádio Mix e Revista Piauí e Assessoria Jurídica feita pela Luz e Ferreira Advogados. (Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/sobre-o-museu>. Acesso em: 22 mar. 2024).

⁵⁹ De acordo a página virtual do Museu do Amanhã, considerado um dos mais importantes arquitetos da atualidade, Calatrava foi um dos responsáveis pela revitalização do porto de Buenos Aires – é de sua autoria a Puente de la Mujer – e da cidade de Valência, com a Cidade das Artes e das Ciências, –, entre outros projetos de importância internacional. Em 2015, ele foi o vencedor do Prêmio Europeu de Arquitetura, concedido pelo Museu de Arquitetura e Design Chicago Athenaeum e pelo Centro Europeu de Arquitetura, Arte, Design e Estudos Urbanos. (Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/sobre-o-museu>. Acesso em: 22 mar. 2024).

internacional”. Tal opinião corrobora com o que aconteceu em áreas portuárias revitalizadas em outros lugares do mundo, “o uso de grandes projetos arquitetônicos monumentais como dinamizadores de desenvolvimento urbano” (Pio, 2013, p.16).

O museu é dedicado a explorar as possibilidades futuras para a humanidade, considerando as interações entre o meio ambiente, a sociedade e as inovações tecnológicas. As exposições são organizadas em torno de temas como cosmologia, antropologia e sustentabilidade, buscando questionar o impacto das ações humanas no planeta e incentivar os visitantes a refletirem sobre o tipo de futuro que desejam construir. A experiência do museu combina ciência, arte e cultura para abordar questões como mudanças climáticas, biodiversidade, convivência e inovação tecnológica (Museu do Amanhã, 2024).

Em seu artigo “Sobre Museus e Monstros” Bárbara Szaniecki (2013) problematiza a construção dessas novas instituições museológicas no Rio de Janeiro em detrimento da valorização e reconhecimento dos museus que já existiam, promovendo uma “museificação da cultura”, discute também, o papel que exercem dentro dos processos de gentrificação da cidade:

Para erguer museus gentrifica-se (a Aldeia Maracanã⁶⁰, por exemplo, é removida para abrigar um Museu Olímpico⁶¹. Para quê? Para quem?) e, para remover ou legitimar a remoção, também erguem-se museus. O

⁶⁰ A Aldeia Maracanã é uma ocupação indígena urbana localizada no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro, adjacente ao Estádio do Maracanã. Desde 2006, indígenas de diversas etnias têm reivindicado este espaço como território sagrado, buscando preservar e promover suas culturas em meio ao ambiente urbano. O prédio ocupado pela Aldeia Maracanã foi construído em 1862 e, entre 1953 e 1977, abrigou o Museu do Índio, fundado pelo antropólogo Darcy Ribeiro. Após a transferência do museu para outro local, o edifício permaneceu abandonado até a ocupação indígena, em 2006. A ocupação tem enfrentado diversos desafios, incluindo sua remoção em 2013, continuando apenas a ocupação do prédio, que continua sofrendo ameaças de demolição. Apesar disso, a Aldeia Maracanã continua a resistir, promovendo atividades culturais, educativas e políticas que visam fortalecer a identidade indígena e conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação das culturas originárias. Disponível em: <https://www.aldeiamarakana.com/>. Acesso em: 21 out. 2024).

⁶¹ Em 2013, data da publicação do artigo estava previsto o restauro do prédio que abrigou o Museu do Índio e a construção do Museu Olímpico do COB, contudo devido às ações de resistência do grupo de indígenas que ocupa o espaço ele não se concretizou na área (<https://rioonwatch.org.br/?p=21403>). Entretanto, um Museu da Cidade Olímpica foi construído na antiga oficina de trens do Engenho de Dentro, ao lado do Estádio Olímpico do Engenhão, inaugurado em julho de 2016 (https://riotur.rio/que_fazer/nave-do-conhecimento-e-museu-cidade-olimpica/). A ideia de um museu temático das olimpíadas não morreu, no dia 20 de agosto de 2024, o atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, formalizou a criação do Museu Olímpico por meio de um decreto. O museu será instalado no Velódromo, situado na Barra da Tijuca, zona Oeste do Rio de Janeiro, mesma área onde está localizado o Museu das Remoções. Com a chancela do Comitê Olímpico Internacional (COI), o espaço abordará a história das Olimpíadas, com ênfase nos Jogos de 2016 realizados na cidade. Disponível em: (<https://diariodorio.com/eduardo-paes-aprova-criacao-do-museu-olimpico-na-barra-da-tijuca-saiba-como-sera/>). Acesso em 14 set. 2024.

processo se revela gentrificação da sociedade e espetacularização da cidade". (Szaniecki, 2013, p. 3).

Essa é uma importante questão a ser analisada considerando a existência de uma série de instituições museológicas, que não recebem “atenção” do poder público do Rio, na mesma medida que estes novos empreendimentos museais. A autora comenta sobre como há um negligenciamento e desvalorização de certos museus:

Certa vez, em visita ao Museu da Maré⁶², encontrei esse mapa pintado no muro e indicando a existência de museus parceiros como o Museu de Favela⁶³, o Museu Sankofa⁶⁴, o Museu Vivo de São Bento⁶⁵ em Duque de Caxias, o EcoMuseu Nega Vilma⁶⁶, o Museu do Horto⁶⁷. Que variedade de

⁶² O Museu da Maré, fundado no dia oito de maio de 2006, surgiu a partir do desejo dos moradores de terem o seu lugar de memória, um lugar de imersão no passado e de olhar para o futuro, na reflexão sobre as referências dessa comunidade, das suas condições e identidades, de sua diversidade cultural e territorial. A proposta do Museu da Maré é romper com a tradição de que as experiências a serem comemoradas e os lugares de memória a serem lembrados são aqueles eleitos pela versão oficial, “vencedora”, da história e por isso, uma versão que limita e exclui as representações da história e da memória de grandes parcelas da população. Por isso, o Museu da Maré, como uma iniciativa pioneira no cenário da cidade, se propõe a ampliar o conceito de museu, para que este não fique restrito aos grupos sociais mais intelectualizados e a espaços culturais ainda pouco acessíveis à população em geral.

⁶³ O Museu de Favela – MUF – é uma organização não governamental privada, de caráter comunitário, fundada em 2008 por lideranças culturais moradoras das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, situadas na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro. É o primeiro museu territorial e vivo sobre memórias e patrimônio cultural de favela no mundo e seu principal acervo são seus moradores, seus modos de vida, suas narrativas e expressões culturais.

⁶⁴ O Museu Sankofa é uma iniciativa comunitária localizada na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Seu nome, "Sankofa", deriva de uma palavra da língua Akan, de Gana, que significa "voltar e pegar", simbolizando a importância de aprender com o passado para construir o futuro. Fundado em 2008, após o Fórum Cultural da Rocinha em 2007, o museu tem como missão defender o direito à memória e promover os direitos humanos dos moradores da Rocinha e de outras favelas e periferias. Suas atividades incluem a coleta e digitalização de materiais relacionados à história local, como fotos, documentos e depoimentos de moradores. Além disso, realiza eventos periódicos, como os "Chás de Museu", rodas de conversa e intervenções artísticas que abordam temas relevantes para a comunidade, como saneamento básico, saúde e educação.

⁶⁵ O Museu Vivo do São Bento é um Ecomuseu de Percurso. O primeiro instituído na Baixada Fluminense. Foi criado, oficialmente, pelo Executivo Municipal em 03 de novembro de 2008 (Lei de Criação do Museu Vivo do São Bento – Nº 2224 de 2008), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, a partir da reivindicação dos Profissionais da Educação e dos militantes culturais caxienses. Concebido a partir dos princípios da Nova Museologia, articula a defesa do patrimônio, a intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e o envolvimento das comunidades locais nessas questões, afirmando e confirmando, portanto, o sentimento de pertencimento e as ações dos sujeitos construtores do seu tempo.

⁶⁶ O Ecomuseu Nega Vilma configura-se como um espaço de intercâmbio cultural através do patrimônio imaterial formado pelo conhecimento da mata, da cultura artística, da culinária, da história social, religiosa e urbanística do alto da comunidade Santa Marta. O Ecomuseu visa preservar a memória e disseminar as manifestações sócio-culturais locais, assim como estimular o registro de muitas outras existentes. Está a serviço do desenvolvimento da comunidade a partir da valorização da história local e do patrimônio nela existente a fim de viabilizar um espaço de troca de experiências através da sensibilização, formação e pesquisa.

⁶⁷ O Museu do Horto é uma organização sem finalidade lucrativa criada em 2010 para reafirmar a identidade do Horto Florestal, a partir da memória de seus moradores e a história da comunidade. Trata-se de um Museu de Percurso, conforme a conceituação museológica em que um território, as

museus na cidade e em seus arredores! Mas... quem os conhece? São museus com diferentes visões e práticas, são museus com forte vínculo com as comunidades nas quais inserem atividades em parte relacionadas à identidade sociocultural e à memória, mas que vêm sendo ampliadas e renovadas: são memórias vivas. Contudo, eles têm pouca ou nenhuma visibilidade e essa invisibilidade me instiga a pesquisar o que os torna tão pouco “criativos” aos olhos do poder público (Szaniecki, 2013, p. 5).

Os museus citados são todos exemplos de museus comunitários, formados tendo como principal objetivo a valorização de memórias e histórias destas comunidades que fazem referência, sobretudo são experiências protagonizadas pelos moradores de territórios periféricos. São exemplos de projetos de museologia social, utilizados como ferramenta por estes grupos para preservarem e contarem suas próprias histórias e vivências, estes museus não reproduzem o discurso oficial que a Prefeitura objetiva para a sua “Cidade Maravilhosa”, e portanto não recebem recursos nem para sua criação, muito menos manutenção. Como confirma a denúncia baixo:

Recursos originalmente destinados para obras em favelas do local durante a administração de Eduardo Paes (2010-2016), tais como os R\$112,3 milhões inicialmente reservados para o Morro do Pinto, foram redirecionados para a construção do Museu do Amanhã. Sob o governo do atual prefeito, Marcello Crivella, 75% dos recursos totais investidos em cultura na região foi destinado somente a duas iniciativas focadas no turismo, o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio que, combinados, custaram R\$686 milhões aos cofres públicos. (Rioonwatch, 2019).

Outro ponto que a autora questiona são as PPP, muito comuns nesses tipos de projeto. Ela problematiza três aspectos que se articulam: a sustentabilidade, a visibilidade e a espetacularização da cultura da cidade. A sustentabilidade é um grande problema para a maioria dos museus, entretanto estes novos museus são beneficiados por leis de incentivo fiscal, que os possibilita uma segurança financeira. Já os Pontos de Cultura, que geralmente são efetivados via editais públicos, sendo o modo mais acessado para o desenvolvimento de atividades em comunidades periféricas, são vistos como insustentáveis. No âmbito da visibilidade, se por um lado temos a grande mídia e os veículos comunicacionais do poder público divulgando massivamente “seus” museus (MAR, e Museu do Amanhã), por outro, as iniciativas populares ficam resumidas as suas próprias formas de comunicação, que claramente são limitadas dentro deste contexto. E por último, temos a cultura que se

peças arqueológicas, mapas e fotografias, por exemplo) e imateriais (memórias orais, músicas, receitas culinárias, etc).

enquadra na cidade-espetáculo, com arquitetura grandiosa, acervos renomados, em contrapartida a cultura representativa justamente da população que é expulsa e subalternizada, mantida na margem da cidade-modelo. Como denuncia Szaniecki:

"[...] parte da acusação de insustentabilidade e da consequente invisibilidade se encontra no fato que as práticas artísticas e culturais desenvolvidas pela economia criativa e seus museus, se enquadram docilmente no contexto de espetacularização da cidade via megaeventos que o Rio de Janeiro está vivendo e ao atual contexto neo-desenvolvimentista brasileiro enquanto as iniciativas culturais desenvolvidas por Pontos de Cultura, favelas ocupações, quilombos e aldeias urbanas são ligadas a contextos de resistência na cidade. Resistência a se enquadrar numa economia criativa das quais não somente eles não foram chamados a compartilhar os frutos como ainda são expulsos da cidade em processo de ressignificação e revitalização". (Szaniecki, 2013, p. 3).

Thompson (2015) ao debater sobre arte e ativismo visualiza este processo de gentrificação reforçado por uma classe criativa, onde existe e coabitam uma dinâmica urbana onde a produção cultural e a produção espacial conversam criando um discurso uníssono de (re)desenvolvimento urbano, voltado para a indústria turismo. Como ocorreu no Rio de Janeiro antes do megaeventos e pós megaeventos, e como ocorre em diversas partes do globo.

O que é cada vez mais óbvio sobre a gentrificação é que é uma história maior do que a clássica, sobre artistas se mudando para um bairro de baixa renda e tornando o lugar mais confortável para uma classe mais rica habitar. A gentrificação é claramente o resultado de tendências maiores em moradias desregulamentadas, onde as forças do capital se movem pelo espaço em conluio com a cultura — muitas das formas contemporâneas de gentrificação estão conectadas aos grandes investimentos especulativos feitos por propriedades imobiliárias. O truque, é claro, é que essas forças frequentemente promovem uma condição na qual artistas e ativistas chamam uns aos outros de gentrificadores, embora combater esses processos exija um vasto movimento social. O que a gentrificação torna evidente é que a especulação financeira efetua uma redistribuição radical do espaço (Thompson, 2015, p. 128-129).

A memória da Diáspora Africana, que possui na região um significativo patrimônio, como foi abordado anteriormente, foi incluída no contexto turístico, por meio do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, “Pequena África”, apelido dado pelo sambista Heitor dos Prazeres (1898-1966), que se tornou nome popular da área abrangida pelos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, na zona portuária. Nesta região estão presentes o que o setor de turismo da cidade entende como “um ativo turístico pela herança ancestral”. O roteiro do “afroturismo” engloba seis espaços “principais atrações”: Centro Cultural José

‘Bonifácio (CCJB)⁶⁸, Cemitério dos Pretos Novos⁶⁹, Cais do Valongo⁷⁰, Jardim Suspenso do Valongo⁷¹, Praça dos Estivadores⁷², Pedra do Sal⁷³. O trecho abaixo, retirado da página da RioTur dá uma ideia de como a Prefeitura divulga este território:

Afroturismo: a Pequena África é um território vibrante, onde o visitante tem íntima relação com música, história, cultura e gastronomia afro-brasileira. A Pedra do Sal, que serviu de embarque e desembarque do sal, é o CEP das rodas de sambas mais descoladas, caipirinhas que merecem prêmios e outros inúmeros eventos T O D O dia da semana. Por ali, o Largo da Prainha – apontada pela revista TimeOut como uma das regiões mais “descoladas” do mundo – oferece uma boa oferta de bares e restaurantes, que fazem qualquer turista querer voltar. (Rio Tur, 2024)

Esses seis espaços foram escolhidos pelo Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, coordenado pelo Subsecretário do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do Gabinete do Prefeito, instituído pelo Decreto Municipal Nº 34.803, por meio do qual o Circuito foi criado. Percebe-se que para a Prefeitura a “revitalização” da área teve papel importante para a “descoberta” da presença negra na história da região:

“Nas últimas décadas, em particular, após o início das obras do Porto Maravilha, estudos e escavações arqueológicas trouxeram à tona a importância histórica e cultural da Região Portuária do Rio de Janeiro para a compreensão do processo da Diáspora Africana e da formação da sociedade brasileira”. (Projeto Porto Maravilha, 2024)

A escolha dos espaços foi justificada da seguinte maneira:

⁶⁸É um centro cultural instalado em um palacete fundado em 1877. Funcionando ininterruptamente desde 20 de novembro de 2013, o local sedia atividades tanto acadêmicas quanto pedagógicas e artístico-culturais referentes à influência africana na formação social brasileira. O CCJB abriga uma exposição permanente de objetos encontrados durante as escavações e obras no âmbito da Operação Urbana Porto Maravilha. Apesar de nos veículos

⁶⁹ É um sítio arqueológico, que também funciona como centro cultural, descoberto em 1996 após uma reforma em um casarão. Durante a reforma, foram encontradas ossadas humanas que indicavam que ali funcionou, entre 1769 e 1830, um antigo cemitério de escravos.

⁷⁰É um antigo cais situado na Praça Jornal do Comércio. Construído em 1811, o cais foi local de desembarque e de comércio de escravos africanos até 1831, ano em que foi proibido no Brasil o tráfico transatlântico de escravos. Foi reformado em 1843 em virtude do desembarque da Teresa Cristina das Duas Sicílias, que viria a se casar com o imperador Dom Pedro II. O Cais do Valongo recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO em 9 de julho de 2017 por ser o único vestígio material da chegada dos africanos escravizados nas Américas.

⁷¹É uma construção paisagística situada na encosta oeste do Morro da Conceição. Projetado pelo arquiteto-paisagista Luis Rey, o jardim foi construído em 1906 como parte de um muro de contenção durante as obras promovidas pelo prefeito Pereira Passos.

⁷²É uma praça situada onde, no passado, era uma área de venda de escravos. Antigo Largo do Depósito, o nome atual do logradouro homenageia o Sindicato dos Estivadores, o primeiro sindicato do Brasil, fundado em 1903.

⁷³É uma grande pedra com uma escadaria talhada, aos pés do Morro da Conceição. Tombado em 1984 como patrimônio histórico, o local recebeu esse nome porque lá era descarregado o sal dos navios que atracavam no porto. Atualmente, a Pedra do Sal é palco de rodas de samba e de choro.

Cada um dos pontos indicados pelo decreto remete a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. O Cais do Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era área de venda de escravos. O Jardim do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Ao seu redor, havia casas de engorda e um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. A Pedra do Sal era ponto de resistência, celebração e encontro. E, finalmente, a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, grande centro de referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias. (Projeto Porto Maravilha, 2024)

Apesar do Grupo de Trabalho ter sido composto por representantes da comunidade negra que possuíam experiência em pesquisas na temática da diáspora africana ou eram atuantes em causas em defesa da igualdade racial, o que possibilitou um significativo reconhecimento de espaços relevantes à história afrodescendente, pela ótica da propaganda do poder público estes patrimônios extremamente importantes são assimilados dentro de um contexto esvaziado de boemia turística, onde estes espaços históricos se tornam cenografia de um passado distante, ao invés de problematizar inclusive o contexto racista e violento que os trouxeram à tona.

O fato é que este processo além de forçar as pessoas em sua maioria pretas e pobres a irem cada vez mais para longe das regiões que habitavam, cria imagens distorcidas das comunidades e regiões gentrificadas. Vale destacar que o impacto das remoções pelo processo de gentrificação, possui um nível muito pessoal, já que o espaço é um dos mecanismo que molda o indivíduo e a maneira como ele vê o mundo (Thompson, 2015).

Diante do exposto temos uma configuração complexa, se por um lado é importante que entendamos que tanto os museus, MAR e Museu do Amanhã, cumprem uma função social, e trazem não apenas discussões como também promovem ações que são positivas e questionadoras dos processo sociais que estão envolvidos, quanto o circuito “Pequena África” que denuncia os meios violentos que os escravizados eram submetidos e as formas, principalmente culturais que utilizavam como resistência, ao estarem inseridos nos projetos do poder público acabam por fomentar a expulsão dos mais pobres de seus territórios tornando-se estratégias do capitalismo contemporâneo. É o que corrobora, as pesquisas do Dossiê Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro:

A coalização de forças políticas somada aos interesses de grandes empreiteiras acelerou a “limpeza social” de áreas valorizadas da cidade, e de áreas periféricas, convertidas em novas frentes lucrativas para empreendimentos de classe média e alta renda. A atualização dos dados reforça o que já vinha se demonstrando nos Dossiês anteriores. Trata-se de uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios, acompanhado de ações violentas e ilegais. (2015, p. 27).

Como podemos perceber nas discussões apresentadas até aqui, os museus e o patrimônio cultural têm em potência a possibilidade de serem engendrados para cooperar com discursos e ações neoliberais impulsionando as desigualdades e refletindo o caráter colonial da sociedade capitalista. Por outro lado, como abordaremos analisando o caso do Museu das Remoções, podem se estruturar de maneira a servirem de método de luta e resistência de comunidades afetadas pelos projetos desta mesma sociedade, tomando papel de protagonistas nos discursos e no fazer sobre suas histórias e memórias, e na escolha de seus patrimônios.

CAPÍTULO 3 – MUSEU DAS REMOÇÕES: MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA

Fotografia 4 – Nem todos tem um preço⁷⁴



Fonte: Luiza Freire Nasciutti (2021).

O Museu das Remoções quer ser mais um instrumento de resistência e luta, com alcance nacional, em comunidades que sofrem ou já sofreram com processos de remoções e práticas especulatórias. Nosso objetivo é lutar contra as políticas de remoções, suas ações arbitrárias e consequentes apagamentos de memória (Museu das Remoções).

3.1 VILA AUTÓDROMO: ÁREA DE RISCO, OU ÁREA DE RICO?

A Vila Autódromo está localizada entre a Lagoa de Jacarepaguá e as Avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno, uma região limítrofe à Barra da Tijuca e Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro. É uma comunidade emblemática na luta contra as remoções urbanas no contexto dos megaeventos esportivos. Segundo relatos dos moradores⁷⁵, a comunidade teve sua origem na

⁷⁴ Fotografia das casas demolidas na Vila Autódromo, com a frase grafitada em uma parede dizendo que “Nem todos tem um preço!”, fazendo menção às verbas pagas para alguns moradores deixarem suas casas na Vila e serem removidas. Na foto foi adicionado a frase símbolo do Museu das Remoções, que diz “ Memória não se Remove”, ressaltando que o patrimônio da Vila Autódromo não pode ser removido e que existem moradores e pessoas dispostas a manter a memória deste território viva.

⁷⁵ Segundo o Museu das Remoções (<https://museudasremocoes.com/sobre/a-vila-autodromo/>).

década de 1960, quando pescadores artesanais começaram a ocupar uma área próxima à Lagoa de Jacarepaguá. Até então, essa região era conhecida como "Sertão Carioca", devido ao seu caráter rural e à falta de infraestrutura urbana. A área era habitada principalmente por pequenos agricultores, sitiantes e extrativistas que dependiam da pesca nas lagoas da Tijuca, Jacarepaguá, Marapendi e Camorim para sua subsistência (Multirio, 2023, p. 12).

Essa situação começou a mudar com os desdobramentos da execução do Plano Piloto da Barra da Tijuca, desenvolvido em 1969 por Lúcio Costa. A partir desse momento, houve transformações significativas na área. Durante a década de 1970, observaram-se lagoas e brejos sendo parcial ou totalmente aterrados, para viabilizar a construção do Autódromo Nelson Piquet (também conhecido como Autódromo de Jacarepaguá) e do Riocentro, ambos em 1977, bem como de um conjunto residencial da Aeronáutica na Avenida do Autódromo (Vainer, 2016, p. 45; Rolnik, 2019, p. 112).

Essas grandes construções serviram como um chamariz para trabalhadores que passaram a habitar a região, que até então era uma vila de pescadores. Como frequentemente ocorre, a população de baixa renda migra para áreas próximas aos seus locais de trabalho, uma vez que as condições e o alto custo de locomoção praticamente inviabilizam morar longe dos centros de emprego (Vainer, 2016, p. 48; Rolnik, 2019, p. 115). Esse movimento de ocupação se tornou típico nas áreas em processo de urbanização e expansão imobiliária, especialmente quando grandes obras de infraestrutura são executadas.

Nos anos 1980, a Vila Autódromo continuou a crescer, apesar de ser desprovida de infraestrutura básica. As poucas melhorias realizadas foram fruto da organização popular, já que o poder público, mesmo sendo constantemente demandado, não promoveu melhorias urbanas no local. Como discutido no segundo capítulo desta dissertação, o final dos anos 1980 foi um período crucial para o fortalecimento dos movimentos sociais, que formaram organizações populares e exigiram maior participação social nos processos urbanos, especialmente em favelas e bairros periféricos. Esse cenário estava alinhado ao processo de redemocratização do país. Na Vila Autódromo, em 1987, os moradores fundaram a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), que desempenhou um papel central na luta por direitos e na resistência contra as remoções (Vainer, 2016, p. 50; Rolnik, 2019, p. 117).

Segundo os moradores, através da AMPVA, eles pleitearam: acesso à energia elétrica e à água; documentações junto à Marinha e ao IBAMA para regularização dos pescadores remanescentes da comunidade e apoio do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) para a elaboração de planta com vistas à regularização do loteamento por eles ocupado. Apesar de seus esforços e das promessas do poder público na prática, pouca coisa mudou:

A luz era legalizada, todas as casas tinham seu relógio. A coleta de lixo era regular e os correios entregava as correspondências diretamente nas próprias casas. Em conversa com moradores, eles relataram que os serviços de saneamento básico eram precários. A água era clandestina, pois diversas vezes foi solicitada à Cedae a instalação de água na localidade, mas o pedido nunca fora atendido. Em relação ao esgoto, os próprios moradores fizeram obras para poder escoá-lo. Assim como a internet, os cabos e canos passavam pela avenida, mas não chegavam até a Vila Autódromo. Se quebrasse um cano, os moradores tinham que se reunir e consertar. Existiam ruas melhores que outras, de acordo com a situação financeira e união dos moradores. Foi feito um projeto de urbanização que seria bancado pelos próprios moradores, mas que não foi adiante. (Vale, 2017, p.75).

O governo estadual desempenhou papel crucial na expansão da Vila em dois momentos distintos. Inicialmente, em 1989, a Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários reassentou no local famílias removidas da favela Cardoso Fontes. Posteriormente, em 1994, outras sessenta famílias da favela Cidade de Deus foram transferidas para a área, ampliando ainda mais a ocupação da comunidade (Vale, 2017, p. 75; Vainer, 2016, p. 52; Rolnik, 2019, p. 120). Essa ocupação, entretanto, ocorreu em paralelo a um contexto de resistência e conquista por parte dos moradores. Um marco significativo foi alcançado em 1994, quando, através do Programa “Meu Pé de Chão”, o Estado do Rio de Janeiro concedeu 85 títulos de Concessão Real de Uso da Terra por 30 anos, posteriormente estendidos para 99 anos e que poderiam ser renováveis por mais 99. Entre 1997 e 1998, durante o governo de Marcello Alencar, outros 162 termos de concessão foram entregues, proporcionando maior segurança jurídica para os moradores, embora insuficiente para impedir as remoções que ocorreriam nos anos seguintes (Museu das Remoções; Faulhaber e Azevedo, 2016).

Nos anos 1990, durante a gestão de César Maia, foi lançado o Programa Rio Cidade, com o objetivo de modernizar as áreas centrais do município, especialmente aquelas de maior interesse turístico e econômico (Vainer, 2016, p. 55). Complementando essa política de reurbanização, o Programa Favela-Bairro foi

implementado com a finalidade de integrar favelas ao tecido urbano formal, trazendo infraestrutura para áreas consideradas subnormais, (Figura 4), mas sem enfrentar diretamente as questões fundiárias que garantiriam a permanência dessas populações (Rolnik, 2019, p. 123).

Com a aproximação dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e, posteriormente, com a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a pressão pela remoção da comunidade aumentou significativamente. As justificativas para a remoção eram baseadas na alegação de que a área era de risco, e que as obras para os eventos, argumento usado como subterfúgio para retirada dos moradores, demandava a reurbanização da região (Rolnik, 2019, p. 112).

A partir da gestão de Eduardo Paes, inicialmente como subprefeito da Barra da Tijuca (1993) e, posteriormente, como prefeito do Rio de Janeiro (2009-2016), as políticas de remoção ganharam intensidade. Eduardo Paes, em seu papel como subprefeito, foi um dos articuladores da reurbanização da Barra, o que incluiu os projetos que impactaram diretamente a Vila Autódromo, criando as condições para sua remoção ao classificar a comunidade como uma área insalubre e de risco (Magalhães, 2019, p. 57).

Essa tática, de classificar as comunidades como áreas de risco e insalubres foram, não por coincidência, usadas em diversas outras comunidades do Rio de Janeiro, num ato claro de racismo ambiental, pois exclusivamente direcionado às populações de ocupações, favelas e comunidades periféricas. Herculano (2008) conceitua racismo ambiental como:

[...] diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida. Se tais populações não-urbanas enfrentam tal chegada do estranho, outras, nas cidades, habitam as zonas de sacrifício, próximas às indústrias poluentes e aos sítios de despejos químicos que, por serem sintéticos, não são metabolizados pela natureza e portanto se acumulam (Herculano, 2008, p).

Este contexto, descrito acima, de uma aliança política entre César Maia e Eduardo Paes, desenhou as remoções no município de Rio de Janeiro e, em especial, na Vila Autódromo. A alegação de área de risco foi utilizada em diferentes momentos, como pode ser observado na Figura 4, com a cronologia da Vila Autódromo. Sendo a primeira em 1996 e a segunda em 2012. Contudo, cabe destacar que outros grupos sociais que ocupam a mesma região de interesse imobiliário, como a Vila Militar da Aeronáutica, na mesma margem da lagoa de Jacarepaguá, o condomínio Alphaville entre outros empreendimentos não sofreram a mesma pressão política e de remoções. Fato, que segundo Herculano (2008), demonstra como a comunidade da Vila Autódromo sofreu racismo ambiental, sendo vítima de injustiça ambiental:

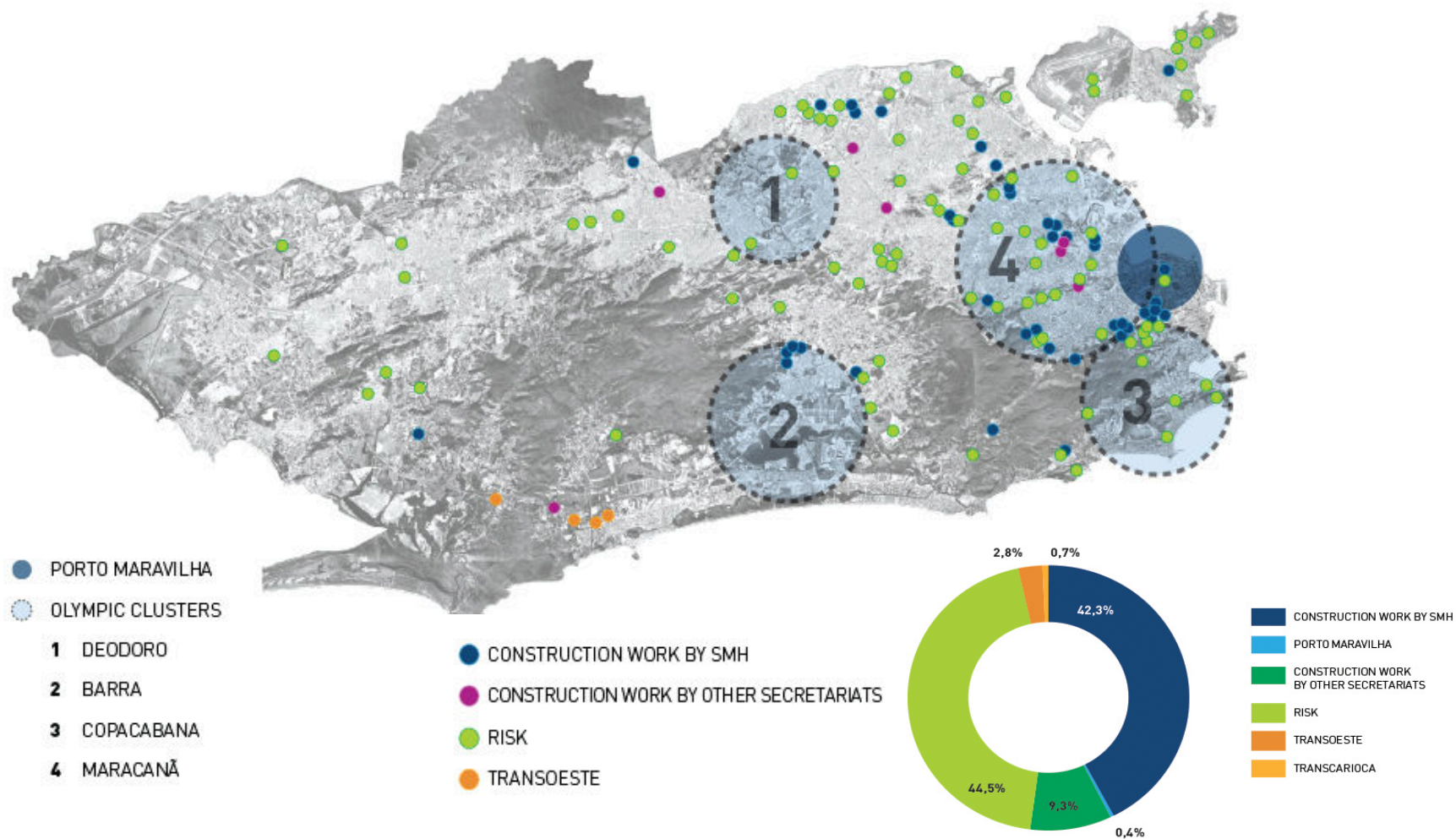
Estamos convencidos de que a injustiça ambiental resulta da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento. Uma lógica que mantém grandes parcelas da população às margens das cidades e da cidadania, sem água potável, coleta adequada de lixo e tratamento de esgoto. Uma lógica que permite que grandes empresas lucrem com a imposição de riscos ambientais e sanitários aos grupos que, embora majoritários, por serem pobres, têm menos poder de se fazer ouvir na sociedade e, sobretudo, nas esferas do poder (Herculano, 2008).

No Mapa 1, é possível identificar que as remoções quase que em 50% (cinquenta por cento) dos casos, foi justificada pela Secretaria Municipal de Habitação por estarem em áreas de risco. Mas como destacam Faulhaber e Azevedo (2016), essas ações da prefeitura foram de encontro com os interesses do setor da construção civil, sendo as regiões de maior risco geotécnico, as áreas onde as obras de infra estruturas dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo foram previstas, como na Vila Autódromo.

Com a sua eleição como prefeito, Paes intensificou as ações de remoção forçada, sob o argumento de que as obras para os Jogos Olímpicos requeriam a desapropriação da área ocupada pela comunidade. Os moradores da Vila Autódromo enfrentaram pressões psicológicas, cortes de serviços básicos e, em alguns casos, violência física por parte das forças de segurança, como forma de obrigar a saída das famílias. Apesar das tentativas de resistência, que incluíram a criação da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA) e a mobilização jurídica por meio de ações civis públicas, a maioria das 500 famílias foram removidas até 2016 (Museu das Remoções, 2020).

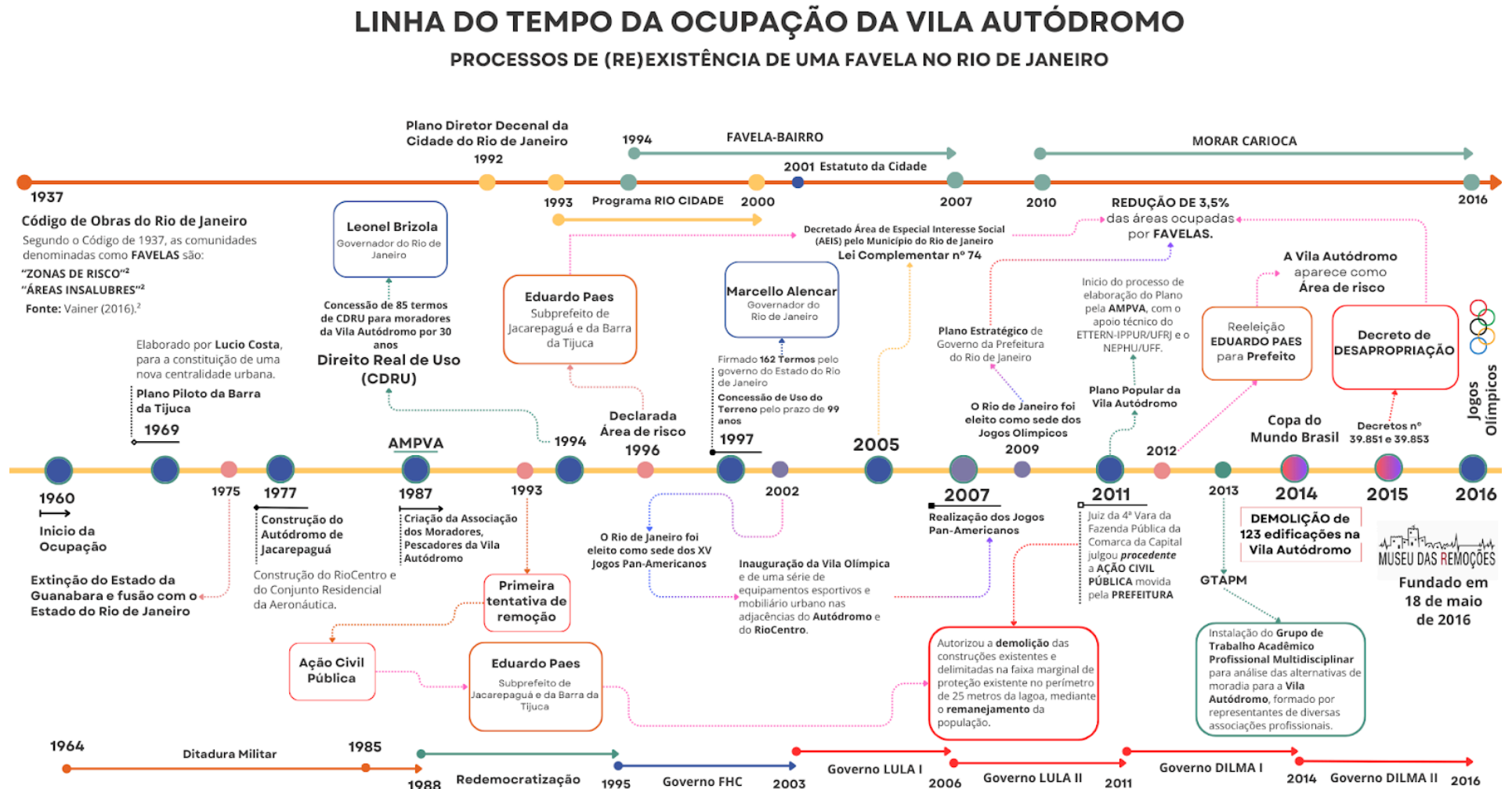
Contudo, a análise do processo de remoção da Vila Autódromo, objeto desta pesquisa, envolve uma conexão entre diversos programas de habitação e urbanização executados ao longo dos anos, (Figura 4), tanto em âmbito municipal quanto federal, e que impactam diretamente as comunidades mais vulneráveis em diversas partes do Rio de Janeiro.

Mapa 1 – Motivo das remoções segundo a Secretaria Municipal de Habitação



Fonte: Faulhaber e Azevedo (2016).

Figura 4 – Ocupação da Vila Autódromo até a criação do Museu das Remoções



Fonte: Elaboração própria com base no Relatório do GTAPM (2013) e Museu das Remoções (2024).

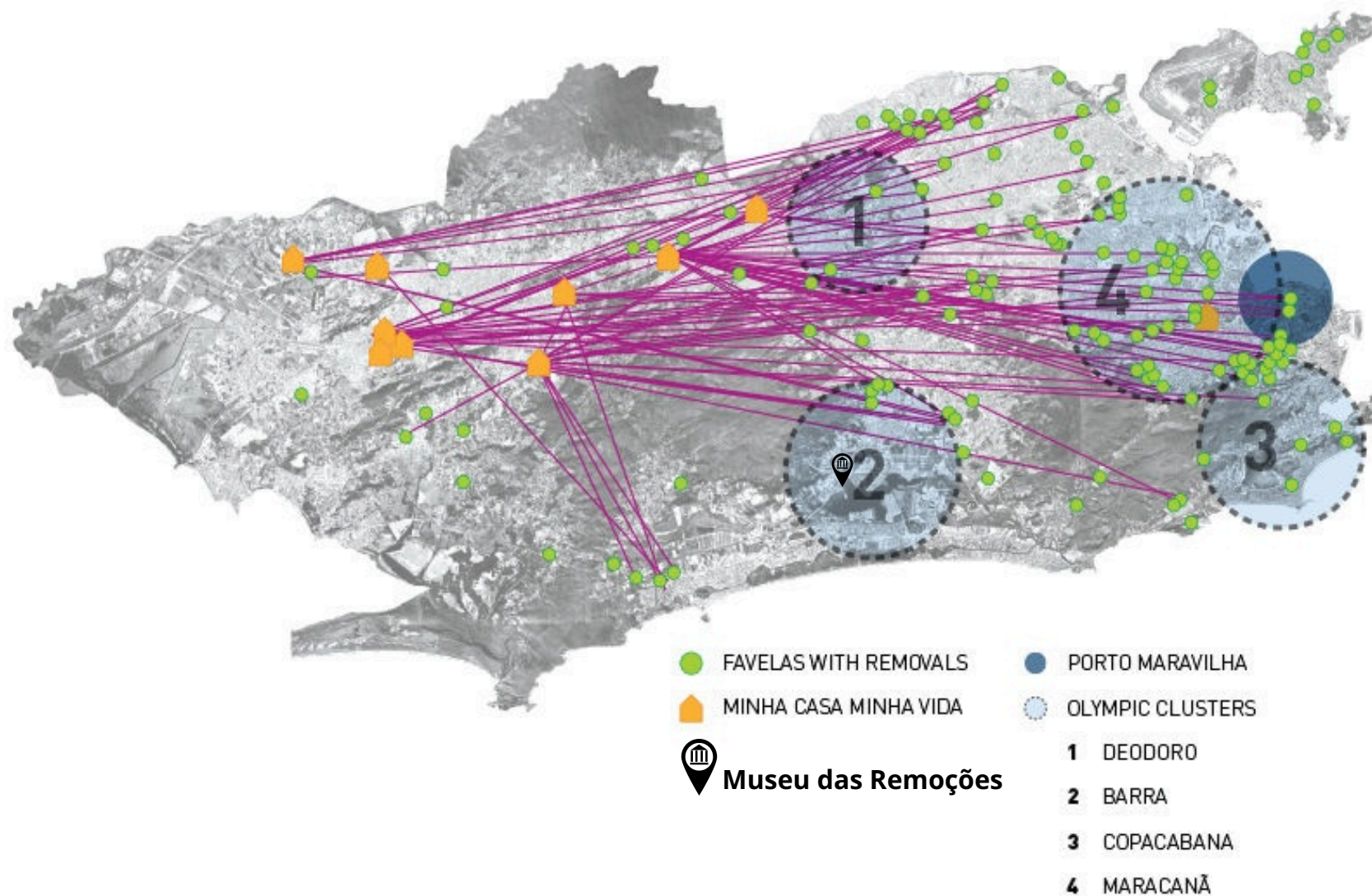
As remoções no Rio de Janeiro acontecem em diferentes períodos e contextos políticos, como debatido no capítulo 2. Porém, à luz das remoções da Vila Autódromo, as intervenções ocorreram em paralelo ao Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, aprovado em 1992, que estabelecia diretrizes para o crescimento urbano e, teoricamente, buscava garantir participação popular nos processos de planejamento da cidade. Além deste instrumento, o Estatuto da Cidade, sancionado em 2001, foi outro marco que consolidou o direito à cidade e que deveria promover meios jurídicos que permitissem a regularização fundiária e o reconhecimento de áreas ocupadas. Na prática, tais dispositivos, além de não serem suficientes para defender as comunidades removidas, como a Vila Autódromo, foram utilizados como pretexto na imposição dos planos habitacionais da prefeitura para reduzir as áreas ocupadas por favelas (Fernandes, 2007, p. 34).

Os Mapas 1 e 2 ilustram como as remoções foram concentradas em áreas estratégicas para a especulação imobiliária, enquanto empreendimentos de alto padrão, como condomínios privados, permaneciam intocados. Este cenário reflete o racismo ambiental, um conceito que denuncia as desigualdades sociais e ambientais enfrentadas por comunidades periféricas e populações tradicionais (Herculano, 2008).

Com a chegada dos megaeventos esportivos, como os Jogos Pan-Americanos de 2007 e os Jogos Olímpicos de 2016, a gestão de Eduardo Paes intensificou a pressão por remoções, declarando que as áreas ocupadas eram de risco. (Ver mapa 1 e figura 4). A justificativa era, por vezes, a criação de infraestrutura para os jogos, sob a alegação de "interesse público", sem que fossem oferecidas soluções dignas de reassentamento para as famílias, ou de urbanização da Vila Autódromo, como proposto pelos moradores no Plano Popular da Vila Autódromo apresentado como alternativa às remoções.

Em 2009, a comunidade apresentava casas de alvenaria construídas pelos próprios moradores, infraestrutura precária, mas uma forte identidade comunitária. A (Fotografia 5) retrata este período, com ruas de terra batida e uma paisagem que mesclava urbanização e áreas naturais.

Mapa 2 – As remoções “olímpicas”



Fonte: Faulhaber e Azevedo (2016), adaptado para incluir a localização do Museu das Remoções.

No entanto, usando o Comitê Olímpico Internacional e as Olimpíadas de 2016 como subterfúgio, Paes utilizou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado pelo governo federal em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), (Figura 4), como alternativas de reassentamento para as famílias removidas. Entretanto, em muitos casos, as famílias removidas da Vila Autódromo eram deslocadas para áreas distantes (Mapas 1 e 2), sem condições adequadas, evidenciando a fragilidade dessas políticas no contexto urbano carioca (Magalhães, 2019, p. 63).

Fotografia 5 – Vila Autódromo 2009 antes das remoções



Fonte: Museu das Remoções - Foto de Luiz Claudio da Silva

Os programas federais utilizados por Eduardo Paes no Rio de Janeiro, apesar de apresentarem uma proposta de melhoria e urbanização, acabaram por legitimar as remoções massivas de comunidades como a Vila Autódromo, priorizando interesses imobiliários e a especulação em detrimento da permanência das populações. As famílias removidas para o Minha Casa Minha Vida, (Mapa 2), frequentemente se queixaram da distância de seus novos lares e da falta de infraestrutura, mostrando que as políticas habitacionais, apesar de bem intencionadas em teoria, falharam em garantir o direito à cidade e à moradia adequada (Vainer, 2016, p. 60).

Em suma, a atuação de Eduardo Paes e a integração dos programas de habitação federais e municipais resultaram na remoção de milhares de famílias,

incluindo as da Vila Autódromo, evidenciando um processo que, longe de ser exclusivamente local, reflete uma política urbana excludente, onde o interesse econômico e a valorização do solo urbano prevaleceram sobre os direitos dos moradores (Fernandes, 2007, p. 37). Em 2015, com a intensificação das remoções, a Fotografia 6 revela um cenário de destruição, onde as casas demolidas e os escombros refletiam a violência das ações de despejo. A atmosfera de desolação é perceptível, assim como os impactos sociais e sobre os moradores.

Fotografia 6 – Vila Autódromo 2015 com remoções



Fonte: Museu das Remoções - Foto de Ricardo Moraes.

Fotografia 7 – Vila Autódromo reassentada



Fonte: Google Maps, imagem de satélite de 29/02/2024.

Por fim, a Fotografia 7, de 2024, mostra a área reassentada, com um novo padrão urbanístico imposto pelo poder público. Apesar da modernização aparente, a ausência dos antigos moradores e das marcas de pertencimento da comunidade evidencia a perda de parte de sua identidade histórica e cultural. A história da Vila Autódromo é um microcosmo das dinâmicas de exclusão e resistência que caracterizam o contexto urbano brasileiro. A comunidade, ao resistir às remoções e buscar alternativas inclusivas, tornou-se um exemplo emblemático da luta por justiça social e direito à cidade.

3.2 “NEM TODOS TEM UM PREÇO”: “RESISTIR ERA NOSSO LEMA”

O âmbito “institucional capitalista” do processo de remoção com suas leis, trâmites e protocolos anteriormente descritos, escamoteia uma parte fundamental, como as pessoas que vivem na comunidade vivenciaram estes processos. O relato da moradora Sandra Teixeira nos dá um ideia do quão arbitrária e violenta é ação do poder público:

A ação da Prefeitura cortando as árvores, comendo terreno, deixando escombros, removendo as casas, andando com tapumes e proibindo o acesso ao que ficava depois do tapume. A Guarda Municipal impedia a passagem de moradores para uma área e quando eles desbloqueavam o acesso, as casas daquela área estavam demolidas, sem aviso prévio, colocadas abaixo com tudo dentro e os tapumes tinham andado. Uma vez uma moradora saiu para fazer uma operação e quando ela voltou não tinha nada, casa, roupas, nada, sua casa estava no chão. Quando os tapumes do Parque Olímpico andavam e os moradores queriam acessar as próprias casas, eles recebiam uma credencial para entrar no Parque Olímpico e conseqüentemente, em casa, só podia entrar quem tinha credencial, não se podia levar nenhuma visita na própria casa. (Relato de Sandra Maria Teixeira, moradora da Vila Autódromo à pesquisadora Diana Bogado, 2017)

O caso citado por Sandra, sobre uma moradora que saiu e quando voltou não tinha nada, é o relato de dona Marisa do Amor Divino, filha de pescadores, que chegou a Vila com 15 anos, e aos 62 anos estava sendo removida de sua casa:

[...] Aí quando eu cheguei lá, aí vi aquela cena toda, eu disse assim: ‘Meu Deus do céu e agora?’ Eu sem roupa pra vestir, não tinha roupa pra me trocar, não podia tomar um banho, na rua, sem comida, cansada, passando mal. Aí quando eu olhei, eu disse: ‘Meu Deus, cadê minhas coisas?’ Aí foi aquele problema, carregaram tudo, sumiram com tudo, nunca mais eu encontrei, não vi nada. E fui pra Defensoria e a Defensoria arrumou um carro, um veículo lá e me levou até, até lá onde fica o depósito, que eles colocam as coisas das pessoas, né? Aí eu fui lá, eles deixaram eu entrar e olhar pra ver onde que tava as minhas coisa. Não encontrei nada, não tinha nada meu lá. Quer dizer, eles encostaram o caminhão, levaram as coisas e, e eu fiquei sem nada. Fiquei sem eira nem beira[...]. (Informação verbal,

depoimento da moradora Marisa do Amor Divino, em 11 de setembro de 2020).

Para os moradores a comunidade se assemelhava a uma “⁷⁶zona de guerra”, com escombros espalhados por todos os lados, lixos sem serem recolhidos, corte de energia elétrica e água, derrubada de casas, limitação de percursos impedindo a locomoção pelo território, tropas de policiais espalhados pela comunidade, centenas de árvores cortadas (Teixeira, 2020).

Apesar da fala do prefeito Eduardo Paes (2013-2016), em entrevista à BBC Brasil, “O que sai são os acessos ao Parque Olímpico e à beira da Lagoa, onde tinha um monte de gente rica e é área de proteção ambiental. Todo o resto fica. Só sai quem quer” (Puff, 2015). Foram utilizadas uma série de estratégias para “impulsionar” a saída dos moradores, em uma pretensa “vontade própria”.

As estratégias compreenderam principalmente: pressões psicológicas e coações, para o morador aceitar os acordos oferecidos; contatos individuais, manipulação e incompletude das informações, promovendo insegurança e desconfiança, principalmente das lideranças locais; realização de demolições arbitrárias sem indenização; cooptação de moradores do local para agirem em benefício do poder público (Bogado, 2017).

Para convencer os moradores dos benefícios da mudança para o Parque Carioca, funcionários da Prefeitura os levavam para uma visita no condomínio. Lá eram apresentados apartamentos mobiliados e decorados, prontos para exposição. E em reuniões também eram mostradas imagens do projeto do Parque, a moradora Sandra Maria descreve como se dava este processo:

“Nessa mesma reunião, eles (agentes da Prefeitura) apresentaram o projeto do Parque Carioca. Colocou fotos dos apartamentos, todos terminados, acabadinhos, lindo, maravilhoso, com piscina, com salão pra festas. ‘A nossa ideia (da Prefeitura) é que vocês terão a possibilidade de trocar a casa de vocês por este apartamento’. Isso encantou um monte de gente. Imagina uma pessoa, que vive em uma casa velha, precária, ruim, com problema de estrutura, e pobre, há muitos anos tentando melhorar essa casa, fazer um quarto pro filho e não consegue. Aí vem o governo e oferece um apartamento com três quartos, dois quartos, acabadinho- você não quer? Muitos aceitaram. (Sandra Maria, apud Bogado, 2017, p. 263).

⁷⁶Frase dita pelo diretor do documentário “Se essa Vila fosse minha”, Felipe Pena, quando perguntado em entrevista dada a página RioOnWatch, se a palavra ‘guerra’ era muito forte para descrever o que estava acontecendo na Vila Autódromo nesse momento. Ele respondeu: “Não, não é. Os moradores da Vila Autódromo têm vivido um verdadeiro clima de guerra por 40 anos. Eles vivem com medo, encurralados, ameaçados. O ex-Presidente da Associação de Moradores foi assassinado. O atual Presidente teme ser morto. A guerra foi declarada”. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=13146>. Acesso em: 22 abr. 2024.

Maria da Penha Macena, uma das principais lideranças comunitárias, destacou o direito à moradia como fundamento de sua luta: "O povo não é lixo para ser removido. Essa terra era nossa por dois direitos seguidos: todos nós temos direito à moradia, ninguém nasce para viver no relento, e essa terra tinha sido doada pelo Estado". (Farias, 2017). Penha chegou à Vila Autódromo em busca de uma casa com quintal, onde sua filha pudesse brincar, após anos vivendo em condições precárias na Rocinha. A luta pela permanência tornou-se central em sua vida, simbolizando uma resistência coletiva contra o apagamento promovido pelas grandes obras urbanas.

Em 2015, durante uma tentativa de reintegração de posse, Penha foi violentamente agredida, tendo seu nariz quebrado por um golpe de cassetete (Fotografia 10). Apesar da violência, ela relembra: "Foi um dos piores dias das nossas vidas. Mas, atrás de uma coisa ruim, vem sempre uma muito boa. Acho que é por causa daquele dia que ainda estamos aqui" (Farias, 2017). Esse episódio reforçou a união da comunidade, que impediu a demolição da casa naquele dia, marcando uma vitória simbólica na luta por sua permanência.

Fotografia 10 – Maria da Penha Macena agredida pela Guarda Municipal



Fonte: Diário do Rio, foto feita por Kátia Carvalho, 2021.

Desta maneira, o território da Vila Autódromo foi ficando quase que inabitado, o número de moradores que sucumbia às pressões do poder público era cada vez maior, e os que permaneciam na Vila, viviam com medo e mantinham-se a maior parte do tempo em casa. A partir daí, de acordo com Sandra, “resistir era nosso lema”:

Resistir era um exercício diário, no qual para cada ação da prefeitura era necessária uma reação nossa. Se não coletavam nosso lixo, quando as lixeiras transbordavam, despejávamos na estrada durante a madrugada e pela manhã. Lá estávamos nós, com faixas, cartazes e a estrada fechada pelo lixo. Denunciávamos, protestávamos e ao mesmo tempo resolvíamos o problema do lixo acumulado. Assim eram nossas ações, uma forma de resolver os problemas e ao mesmo tempo dar visibilidade ao que acontecia. Para termos visibilidade, contamos fundamentalmente com o apoio da imprensa internacional e a mídia alternativa. (Teixeira, 2020, p.232)

Resistência é um conceito fundamental para compreender as formas pelas quais indivíduos e grupos contestam, desafiam e se opõem às estruturas de poder e dominação social. Diversos pensadores abordaram a resistência sob diferentes perspectivas, explorando tanto as manifestações visíveis e organizadas quanto os atos sutis e cotidianos que questionam o status quo.

Foucault (1926-1984) foi um dos principais teóricos a tratar da resistência como algo inerente ao poder. Para ele, onde há relações de poder, há também formas de resistência. Diferente de uma oposição direta, a resistência em Foucault se manifesta de maneira descentralizada e difusa, através de práticas que desafiam normas, discursos e instituições.

Gramsci (1891-1937), por sua vez, explorou a resistência no contexto da hegemonia cultural. Ele argumentou que a classe dominante mantém seu poder não apenas pela força, mas também pelo consentimento obtido por meio da disseminação de valores e ideias. Assim, a resistência ocorre na forma de uma luta pela contra-hegemonia, ou seja, a criação e propagação de ideologias alternativas que desafiem a visão de mundo dominante.

Já James C. Scott (1936-2024) introduziu o conceito de "resistência cotidiana", enfatizando as pequenas e silenciosas formas de oposição praticadas por grupos subordinados. Essas formas incluem técnicas como a desobediência velada, a ironia, a sabotagem e o desacato, que não necessariamente envolvem uma revolta aberta, mas minam a autoridade de maneira sutil.

Bourdieu (1930-2002) analisou a resistência dentro de sua teoria do *habitus* e dos campos sociais. Ele demonstrou como indivíduos e grupos podem resistir à

dominação por meio da apropriação de capitais simbólicos e da reinterpretação das estruturas sociais. A resistência, nesse sentido, não é apenas um ato consciente de oposição, mas também um processo de reconfiguração de significados e valores dentro do espaço social.

A resistência, portanto, assume diversas formas e intensidades, podendo ir desde mobilizações coletivas até práticas individuais e diárias que questionam o estabelecido. Desta maneira, as práticas de resistência utilizadas por diversos movimentos sociais ao longo do tempo podem variar. No caso da comunidade da Vila Autódromo, uma estratégia empregada para chamar a atenção e promover engajamento para sua causa foi utilizar a arte como estopim para um esforço de mobilização social, registro e comunicação de suas demandas.

Altair Guimarães, então presidente da Associação de Moradores, afirmou: "A Vila Autódromo é uma comunidade que tem uma história de luta e resistência. Estamos aqui há mais de 40 anos e sempre lutamos pelo direito à moradia digna. A prefeitura quer remover a gente para construir instalações olímpicas, mas nós não vamos sair. Aqui é o nosso lar, nossa história" (Museu das Remoções, 2016).

Maria da Penha, liderança comunitária, destacou: "Nossa luta é pelo direito de permanecer na nossa comunidade. Não somos contra as Olimpíadas, mas queremos ser respeitados. Queremos que nossa história seja preservada e que possamos continuar vivendo aqui com dignidade" (Museu das Remoções, 2016).

Valber, outro residente, questionou os benefícios do evento olímpico: "O Rio vendeu sua terra, vendeu seus moradores, vendeu suas vidas, vendeu sua história – por 15 dias. O que acontece depois desses 15 dias?" (Rio On Watch, 2016).

Sandra Maria, também liderança da comunidade, enfatizou a exposição internacional do caso: "A história da Vila Autódromo ganhou notoriedade, inclusive internacional, em função do projeto de remoção promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que teve como objetivo utilizar aquela área para a construção do Parque Olímpico" (Memória das Olimpíadas, 2020).

Era em meio a esta sensação de revolta e impunidade que a comunidade se organizava para lutar contra sua expulsão. Com as ações que empreendiam começaram a chegar vários grupos: jornalistas, pesquisadores, professores, estudantes, artistas e ativistas, que passaram a frequentar a comunidade e participar das atividades que faziam. A mais importante destas ações foi uma série de

atividades culturais que se conformaram em um processo de resistência que foi o embrião para a criação do museu:

Inicia-se nesta época um movimento de resistência, chamado ocupa Vila Autódromo, que tinha como objetivo manter a vida e a esperança, latentes naquele local. Manter o máximo de pessoas ocupando e dando visibilidade para a história daquela gente e daquele pedaço da cidade. Uma série de eventos e ações culturais eram realizadas, com o propósito de manter a comunidade viva, produtiva e feliz. Festivais culturais, exposições, música, teatro, grupos de palhaços, poesia, produção de grafites nas paredes, capoeira, exibição de filmes, oficinas de perna de pau, de fotografia, produção de vídeos, produção de instrumentos musicais utilizados em seguida na marcha internacional de mulheres contra a remoção (Teixeira, 2018, p. 34).

A forma como as pautas da comunidade são expostas e comunicadas para os que estão de fora do enfrentamento direto, como no caso das remoções da Vila Autódromo, é preponderante. Nesse sentido, Thompson (2015) credita a pedagogia de Paulo Freire um papel importante para a formação de base dos ativistas e para a compreensão de que os espaços sociais devem ser considerados como educacionais. Indo de encontro com esta análise, Henriques (1996), faz uso dos conceitos freirianos para destacar que a comunicação entre o museu e a comunidade deve ser pautada para o desenvolvimento local. Já para Moassab (2011), a comunicação quando realizada pela própria comunidade periférica, sem a mediação de agências de notícias, cria um ciclo contra-hegemônico, que por meio da música, do cinema, da literatura, das artes e, podemos incluir, da museologia, acaba por empoderar grupos inferiorizados de forma emancipatória. Para a autora:

A comunicação passa a ser, dessa maneira, um processo multidirecional de construção constante de sentidos, ao contrário da imposição unidirecional dos meios de comunicação convencionais. Vale a ressalva de que não é o fato de ser comunitária ou popular que torna a comunicação contra-hegemônica, pois poderia apenas reproduzir os padrões dominantes. O que torna uma comunicação contra-hegemônica são suas múltiplas vozes capazes de ressignificar e produzir realidades, de partilhar conhecimento, de produzir o comum no discurso e na ação (Moassab, 2011, p. 175-176).

Essa partilha de conhecimentos que une o discurso e a ação apontado por Moassab (2011), vai de encontro com a percepção de arte engajada de Thompson (2015), que dentre outras coisas, enfatiza que as pessoas devem ganhar um senso de agência, no sentido de educar e ser educado como preconiza Freire em suas descrições pedagógicas.

A arte, teria portanto, um papel de promover uma comunicação contra-hegemônica, mas como já debatido em outras partes deste trabalho, ela não deve ser unidirecional, pois o público não deve ser tratado como um ser amorfo e

acrítico. Um ponto importante é que “cada cena social tem sua própria estética codificada, que produz um senso de comunidade e exclui aqueles que não estão familiarizados com ela” (Thompson, 2015, p. 115).

A interação entre arte, luta e questionamento se revelou em diversas práticas no caso da Vila Autódromo. Um exemplo é a Fotografia 8, que registra a demolição da casa de Sandra Regina Damião. Além de ser uma expressão de ativismo, a imagem incorpora elementos artísticos que nos convidam à reflexão e ao aprendizado sobre o momento registrado, evidenciando o poder da arte de transcender a denúncia e alcançar a sensibilidade do espectador.

Fotografia 8 – Demolição da casa de Sandra Regina Damião



Fonte: Museu das Remoções - Foto feita por Luiz Cláudio Silva, 2016.

Para Moassab (2011), a prática de comunicação é essencial para promover estratégias de resistência. Na Vila Autódromo, os moradores se valeram de diferentes manifestações artísticas para promover uma comunicação contra-hegemônica e bater de frente com a mídia e a promoção do Rio de Janeiro como uma cidade preparada para ser sede de megaeventos, promovida pela prefeitura. Um dos meios utilizados pelos moradores para resistir e ressignificar a luta contra as remoções foi a fotografia, Luiz Cláudio Silva, por exemplo, fez da fotografia uma ferramenta de luta e de produção de memória. As suas fotos

retrataram diferentes períodos da comunidade e registraram diversos momentos das remoções e o seu ativismo está exposto, no Museu das Remoções e no Museu Nacional de Antropologia de Madrid⁷⁷.

Os moradores que na conjuntura das remoções da Vila Autódromo se viram ativistas e artistas, lutaram para manter um direito básico humano, o direito à moradia. Como estratégias de resistência, os moradores criaram diferentes ferramentas culturais e artísticas para dar voz às suas causas e sensibilizar as pessoas que poderiam apoiar na luta contra as remoções⁷⁸.

Após alguns episódios de remoções violentas, os moradores restantes, junto com artistas e ativistas, criaram a "#OcupaVilaAutódromo", um festival cultural onde eram promovidas ações programadas junto com os moradores. Ali, murais, performances e fotografias eram exibidos para expor as histórias e os afetos que marcaram a comunidade, transformando o espaço em um monumento vivo de resistência. Esses atos artísticos fortaleciam o senso de pertencimento, servindo como uma forma de denunciar a violência institucional e de documentar suas memórias

Ao longo do processo emergiram diversas manifestações, como o Festival de Cultura, além do movimento de ocupação da Vila (Figura 5). Essas ações serviram também, como um amparo em um momento de total destruição, com os moradores sobrevivendo num ambiente hostil, por isso, o apoio de amigos e da arte no confronto desigual os deu ânimo na luta de resistência dos moradores (Museu das Remoções, 2024).

Um momento inesquecível de nossa história. No mesmo tempo e espaço, coexistindo um teatro de horrores e belíssimos eventos, inspirando tantos artistas e emocionando a todas as pessoas presentes. E nesse ambiente inóspito, de emoções opostas que se nutrem, assistimos o despertar de consciências. É impressionante como nossa consciência se amplia no processo de luta por direitos. Agora olhávamos e víamos coisas que antes não percebíamos. Compreendíamos melhor o processo histórico de formação das cidades e os projetos de reformas urbanas, que atendem sempre aos interesses daqueles que detêm o grande capital. (Teixeira, 2020, p. 106).

⁷⁷ Foto exibida no [Google Arts & Culture](https://artsandculture.google.com/asset/demolici%C3%B3n-de-la-casa-de-sandra-regina-dami%C3%A3o/iAGaQmFsfZ0fKA?hl=es). Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/demolici%C3%B3n-de-la-casa-de-sandra-regina-dami%C3%A3o/iAGaQmFsfZ0fKA?hl=es>. Acesso em: 22 abr. 2024.

⁷⁸ Essa luta é histórica no Rio de Janeiro, com as olimpíadas e os megaeventos ficou mais acirrada devido a quantidade de pessoas e territórios que sofreram remoções, sendo ilustrada no Anexo B- Mapa 11.

Como destacou Sandra Maria Teixeira, as ações culturais na comunidade foram muito importantes para a consolidação da (re)existência dos moradores que persistiram até o final:

Com ações criativas e culturais, contendo sempre relações de afeto muito fortes, todos os dias pessoas de lugares diferentes chegavam à Vila querendo somar, ajudar a impedir tamanha violência. Eram jornalistas, pesquisadores, professores, estudantes, artistas, ativistas. Compreendiam a necessidade de resistência, no processo histórico de negação do direito à cidade pela elite dominante, que controla e se beneficia das ações do Poder Público. (Teixeira, 2020, p.104)

Figura 5 – Cartaz Festival Cultural Vila Autódromo (#Ocupa Vila)



Fonte: Tanaka, 2016.

As remoções, que fazem parte de um processo de gentrificação do espaço urbano, cria um elemento de urgência nas ações de mobilização dos movimentos sociais, forçando as pessoas a deixarem suas zonas de conforto e estabelecerem parcerias políticas de confronto (Thompson, 2015). Neste sentido, eventos locais como o “Ocupa a Vila”, onde são realizadas diversas manifestações de arte socialmente engajada, servem como uma forma de comunicação contra-hegemônica das pessoas envolvidas na resistência às remoções.

Moassab (2011), pontua que “as diferenças potencializadas numa rede de resistência vão pouco a pouco configurando as territorialidades contemporâneas”. Para a autora, “resistir é diferir”, no sentido que o poder hegemônico busca

homogeneizar pessoas e lugares para despersonalizar e manipular como se elas fossem objetos amorfos. E como dizia Chico Science:

[...] Posso sair daqui pra me organizar
 Posso sair daqui pra desorganizar
 Posso sair daqui pra me organizar
 Posso sair daqui pra desorganizar
 Da lama ao caos, do caos à lama
 Um homem roubado nunca se engana
 Da lama ao caos, do caos à lama
 Um homem roubado nunca se engana [...]
 Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
 Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça [...] (Da lama ao caos, 1994)
 [...] Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
 Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
 Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu
 Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu
 Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu
 Pra a gente sair da lama e enfrentar os urubu [...] (A cidade, 1994).

A ameaça constante de remoções e a luta dos moradores da Vila Autódromo contra o poder público, em especial a prefeitura do Rio de Janeiro, e o empresariamento urbano me lembra a luta imagética que Science retrata em sua letra, onde as favelas e periferias são sempre alvos do poder hegemônico. Ao ver a letra da música e olhar sobre o contexto das remoções, o verso que diz “Um homem roubado nunca se engana”, me vem à mente que uma pessoa removida nunca se engana. Quando Science propõe em sua letra para fazer “uma embolada, um samba, um maracatu”, que é envenenado, mas ao mesmo tempo bom para quem está na situação de ameaça dos “urubus”, a música é colocada como um instrumento de resistência me remetendo a situação vivida pelos moradores da Vila Autódromo.

Através das músicas, filmes, poesia, dança, teatro, literatura, a cultura da periferia vai espraiando o conceito de resistência, construindo a auto-estima de seus moradores, explicando os porquês de sua situação à margem da sociedade. É neste sentido que atualmente a sua importância pode ser comparada à dos grandes comícios operários do final dos anos 70. Se naquela ocasião era o engajamento político que unia os trabalhadores, hoje em dia é o engajamento cultural que une estas populações. As reivindicações por melhores condições de trabalho e salário deram lugar a exigências por melhores condições de vida (Moassab, 2011, p. 102).

O engajamento dos moradores na luta por moradia e memória na Vila Autódromo foi um processo de conquista da voz ativa, por meio do espaço e de um lugar de fala. Essa conquista, segundo Moassab (2011), se traduz na mudança das relações de poder e conduz ao empoderamento, essencial para a emancipação da população oprimida. Mas este processo não foi fácil, e segundo os moradores, foi semelhante à luta de Davi contra Goliás, na passagem bíblica, fazendo parecer ser

impossível vencer a guerra, tamanho eram as forças hegemônicas contra os moradores. Para eles a arte e o engajamento de outros movimentos sociais e pessoas com a causa da Vila deu um sopro de ânimo à luta. Segundo os moradores:

Com a Rio +20 veio também a Cúpula dos Povos. Recebemos pessoas de todo o Brasil, a Vila era o foco. Tivemos teatro e os indígenas reivindicando por Belo Monte, tivemos a *Marcha Mundial das Mulheres* com sua arte; todos nos inspirando a se voltar para o horizonte. A agroecologia nos apoiando com suas fontes naturais e o MST participando e nos apoiando nos movimentos sociais. Lideranças comunitárias também comparecendo e nos apoiando, com suas experiências e seus testemunhos muito nos ajudaram. *Tupiniquins* com suas festas apoiando também nossos eventos; *Lá Vai Maria* nos alegrando sempre em nossos piores momentos, com seus saxofones em meio aos escombros; a banda *Ataque Brasil* quebrava o protocolo: um verdadeiro contraste que parecia nos levar no colo. Oficinas, como a de perna de pau, fotografias e pinturas, alegam nossos dias e amenizavam nossas torturas: valeu *FLUPP!* Que tarde enriquecedora nos trazendo sua cultura (De Oliveira *et al*, 2018, p. 182).

Neste sentido, as ações e manifestações culturais que foram realizadas na Vila Autódromo, foram um importante meio de comunicação e luta contra-hegemônico, que além de promover o engajamento de parceiros, também amenizaram o sofrimento e a violência causada pelas remoções, no Anexo D, destaco imagens sobre o momento descrito acima do ativismo e da arte acolhendo a luta contra remoções.

Fotografia 9 – Grafite Homenageando à luta das mulheres da Vila Autódromo



Fonte: Museu das Remoções - Grafite elaborado por Araí Moleri Riva-Zucchelli.

Este movimento contra-hegemônico não foi um caso isolado. Como observado por Seldin et al. (2018), tais iniciativas demonstram como a cultura pode ser utilizada como instrumento político para enfrentar as desigualdades urbanas e a ausência de políticas públicas efetivas. A importância da cultura e da arte⁷⁹, nesse contexto, está na sua capacidade de mobilizar a sociedade civil e de conectar a luta local à crítica global das políticas urbanas excludentes. A arte, em suas diversas formas, como murais, performances e instalações, atua como mediadora entre os moradores e o público externo, promovendo empatia e entendimento sobre as consequências das remoções.

Dessa forma, ações artísticas e culturais realizadas na Vila Autódromo e no Rio de Janeiro foram mais do que uma ferramenta de resistência; possibilitaram uma reafirmação da importância do patrimônio e da memória como pilares para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva. Como afirmam Sanchez e Faulhaber (2016), a luta pelo direito à memória é, antes de tudo, uma luta pelo direito à cidade.

3.3 A RE-ESCRITA DA HISTÓRIA NO MUSEU DAS REMOÇÕES

3.3.1 O Museu das Remoções e a Preservação da Memória

A memória é um elemento fundamental na construção das identidades individuais e coletivas. Michael Pollak (1989) enfatiza que a memória não é um registro objetivo do passado, mas sim uma construção social influenciada por processos de seleção, esquecimento e disputa. A partir dessa perspectiva, compreender os mecanismos de construção da memória se torna essencial para analisar como grupos e indivíduos se posicionam em relação à história e ao pertencimento social.

Pollak (1989) introduz o conceito de memória subterrânea, referindo-se às memórias de grupos marginalizados ou perseguidos, que não encontram espaço na narrativa oficial. Esses grupos preservam sua história por meio de tradições orais, registros privados e redes de sociabilidade que mantêm viva uma versão alternativa do passado. Um exemplo disso são os sobreviventes do Holocausto, cujas memórias foram por muito tempo negligenciadas ou silenciadas, mas que se tornaram essenciais para a compreensão desse evento histórico.

⁷⁹ No Anexo D, trago imagens para ilustrar como o ativismo artístico e cultural esteve presente na luta dos moradores da Vila Autódromo.

Outro aspecto fundamental em sua abordagem é a relação entre memória e identidade. Para Pollak (1989), a identidade se estrutura por meio das experiências lembradas e transmitidas, sendo constantemente redefinida conforme o contexto social e político. Assim, a memória não é estática, mas fluida e sujeita a reinterpretções. A identidade coletiva de um grupo, por exemplo, pode ser fortalecida pela recuperação de eventos traumáticos e pela transmissão dessas experiências para as gerações futuras.

Por fim, Pollak (1989) também discute o papel do esquecimento como um mecanismo de poder. O que é lembrado e o que é esquecido é determinado por relações de força, nas quais grupos dominantes impõem suas versões da história, marginalizando outras perspectivas. Esse fenômeno é evidente em regimes autoritários, que reescrevem a história para legitimar seu poder e apagar registros de oposição.

Dessa forma, a memória, segundo Pollak (1989), é um campo de disputa que vai além do registro histórico, influenciando diretamente as dinâmicas de identidade e poder na sociedade. Seu estudo é essencial para compreender como diferentes narrativas sobre o passado emergem, são legitimadas ou silenciadas, moldando a percepção coletiva da realidade.

A luta pela permanência da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, frente aos processos de gentrificação, tornou-se um dos casos mais emblemáticos de resistência urbana no Brasil, como exemplo de grupo que marginalizado pelas estruturas de poder de expressar suas narrativas e de serem reconhecidos em espaços dominados por elites que controlam os meios de produção do conhecimento, conseguiram fazer-se ouvir.

O Museu das Remoções, emergiu como uma resposta direta a essa problemática, oferecendo um espaço de protagonismo para as narrativas comunitárias. A sua formação, marcada pela resistência às remoções forçadas em função das obras dos Jogos Olímpicos, reflete a luta dos moradores por um lugar de memória e luta política:

Na luta contra as remoções foram realizadas por moradores e apoiadores ações de resistência culturais e educativas que ficaram conhecidas como "Movimento Ocupa Vila Autódromo". Foi nesse movimento que nasceu o Museu das Remoções, um museu de território, criado por moradores e apoiadores da resistência contra as remoções. Este museu tem a história e a memória como ferramentas de luta e através de ações criativas seus organizadores encontram na museologia um instrumento potente na luta por direitos e contra o apagamento da história. No processo

de construção deste museu, os/as moradores(as) compreenderam a importância dos patrimônios materiais, como os escombros e ruínas deixados no território e o que eles representam para a preservação desta história e memória, nas quais se revelam seus direitos, depois de vencerem o que parecia uma luta impossível de ser vencida, criando um marco na história das populações removidas pelo processo de reformas urbanas realizadas por Parcerias Público Privadas nos países que sediam os Jogos Olímpicos e que deixam como legado a privatização de terras públicas e comunidades inteiras removidas (Teixeira, 2023).

Após a realização do Segundo Festival Cultural na Vila, moradores, ex-moradores e apoiadores se reuniram para definir a identidade do museu. Inicialmente foram realizadas oficinas com os moradores para fazer um mapeamento e registro de suas memórias. Mário Chagas, museólogo e professor de Museologia da Unirio, defensor das ideias da museologia social, sugeriu aos moradores a recolha de “vestígios” das demolições que pudessem servir como acervo do museu que seria inaugurado no dia 18 de maio de 2016, Dia Mundial dos Museus.

E desta maneira começou a se conformar o Museu. Por meio dos “escombros”, que agora se tornaram seu acervo, foram feitas 7 esculturas, cada uma representativa de um espaço que havia sido removido da comunidade, e definido nas oficinas como importante. As obras reforçam a constituição do museu-território e também tem como objetivo educar e conscientizar sobre as injustiças sociais enfrentadas pelas comunidades removidas (Museu das Remoções, 2017):

1 - “Vila de Todos os Santos”



Feita em homenagem à casa da Dona Heloísa Helena Berto; conhecida como Luizinha de Nanã no Candomblé. Dona Heloísa, também sofreu com a intolerância religiosa no seu processo de remoção.

2 - "Penha de muitas faces"



Escultura em homenagem à casa da Dona Maria da Penha Macena, mulher que influenciou significativamente todos os moradores que permaneceram na luta, pela sua conduta firme e ética e pela certeza de que não sairia da Vila Autódromo. A peça faz referência à remoção de sua casa ocorrida no Dia Internacional da Mulher.

3 - "Suporte dos males"



Escultura em homenagem à Dona Jane Nascimento, a escultura rememora o protagonismo da Dona Jane nas lutas sociais da Vila Autódromo.

4- “Luz que não se apaga”



A intervenção “Luz que não se apaga”, única escultura que se relaciona a uma edificação que não foi removida- a Igreja São José Operário. Decidiu-se homenagear a igreja, edificação não removida, pelo simbolismo que esta edificação tem para a comunidade, tendo acolhido muitos moradores que tiveram suas casas demolidas. A escultura da igreja possui elementos que se referem à ideia de acolhimento, como um ninho.

5 - “Doce infância”, escultura em homenagem ao Parquinho.



Escultura que faz referência aos Festivais Ocupa Vila Autódromo. O Espaço do festival Ocupa estava ao lado da casa da Dona Conceição Queiroz, que tinha um papel acolhedor nos eventos culturais da comunidade. Ela oferecia seu banheiro e cozinhava a comida das festas.

6 - “Espaço Ocupa e Casa da Dona Conceição”



Escultura que faz referência aos Festivais Ocupa Vila Autódromo. O Espaço do festival Ocupa estava ao lado da casa da Dona Conceição Queiroz, que tinha um papel acolhedor nos eventos culturais da comunidade. Ela oferecia seu banheiro e cozinha a comida das festas.

7 - “A Associação sou eu”



É uma homenagem à Associação dos Moradores da Vila Autódromo e possui elementos que eram guardados na associação, o título da intervenção faz referência à campanha organizada pela comunidade quando a edificação foi removida.

Segundo o Plano Museológico⁸⁰ do Museu, cuja a segunda versão foi finalizada em 2022, o museu foi idealizado para preservar a memória coletiva das remoções e reivindicar o direito à cidade, atuando como uma ferramenta contra o apagamento das histórias de populações marginalizadas (Plano Museológico Museu das Remoções, 2022, p.11).

Maria da Penha Macena, uma das idealizadoras do museu, explicou: "Estamos pensando em fazer um lugar para um acervo de fotos. A ideia é manter a história da comunidade antiga e continuar a nova história" (Farias, 2017). Natália Silva, outra participante, ressaltou: "O museu é um resgate da nossa história, que estará sempre em exposição. Ao longo da nossa luta, recebemos apoio de muitas pessoas da cultura, então vejo como um marco muito importante a criação do nosso museu" (Brasil de Fato, 2016).

As remoções forçadas da no Rio de Janeiro, conduzidas sob a justificativa de modernização e desenvolvimento urbano, removeram mais de 77 mil pessoas no entre 2009 e 2015 (Faulhalber e Azevedo, 2016, p.27). Na Vila Autódromo, de todas as famílias moradoras, apenas as habitantes em 20 casas conseguiram permanecer no território. Durante este processo, a comunidade não apenas resistiu fisicamente, mas também politicamente, elaborando alternativas que combinavam mobilização social, produção acadêmica e práticas culturais. Nesse contexto, o Museu das Remoções foi fundado como um ato de resistência à tentativa de apagamento da memória e história da comunidade, uma resposta direta às pressões especulativas que tentavam transformar o território em espaço voltado exclusivamente aos interesses do mercado imobiliário (Plano Museológico Museu das Remoções, 2022, p. 4).

A ideia do Museu das Remoções reflete os princípios da museologia social, que, segundo Chagas (2009), promove a valorização das memórias locais a partir da perspectiva dos sujeitos diretamente impactados. Esse tipo de museologia rompe com os modelos tradicionais de museus, frequentemente caracterizados por sua desconexão com as realidades sociais, e se posiciona como um instrumento de luta.

⁸⁰ O plano museológico é um documento estratégico que norteia a gestão e as atividades de um museu. Ele estabelece as diretrizes, objetivos e ações a serem desenvolvidos, garantindo que o museu cumpra sua missão institucional de preservação, pesquisa, comunicação e educação. Este plano é essencial para a organização e planejamento das atividades do museu, bem como para a captação de recursos e cumprimento de exigências legais. Sendo instituído como obrigação legal através da LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009, que dispõe sobre o Estatuto de Museus (Ibram, 2021).

No caso da Vila Autódromo, o museu foi projetado para ser uma extensão da resistência comunitária, utilizando a memória e a história como ferramentas para lutar contra as remoções e dar visibilidade às práticas especulativas que ameaçam comunidades vulneráveis (Plano Museológico Museu das Remoções, 2022, p. 6).

Desta forma, o museu se conforma não apenas do acervo material como as esculturas, as fotografias, as exposições itinerantes que promove, mas sobretudo do seu próprio território. É a vivência das pessoas que permaneceram e das que se foram, as marcas deixadas que compõem o principal patrimônio a ser preservado do museu.

E por isso, em 23 de setembro de 2018, durante a 12ª Primavera dos Museus, foi inaugurado seu percurso expositivo, característica de museus de território, que entendem como patrimônio e acervo seu espaço de vida. A visita ao museu contempla um itinerário composto por 24 placas, no Anexo D em “Fotos do Museu das Remoções” é retratado parte deste percurso. Destas, 18 fazem referência a pontos de memória, quatro nomeiam ruas e duas explicam a construção do Museu das Remoções. Segundo o site institucional, "Os pontos do percurso expositivo foram selecionados a partir do reconhecimento de memórias coletivas de moradores e ex-moradores da Vila Autódromo" (Museu das Remoções, 2021):

- 1 – Igreja de São José Operário;
- 2 – Ruínas da casa de Zezinho e Inês;
- 3 – Pisos (ruína) da casa de Wilson e Iolanda;
- 4 – Poste da casa da Jaqueline;
- 5 – Associação de moradores;
- 6 – Rua Vila Autódromo – Antiga Rua Nelson Piquet;
- 7 – Rua Gilles Villeneuve;
- 8 – Origem do Museu das Remoções: mapeamento de memória e festivais culturais;
- 9 – Contêineres: Onde 9 famílias residiram por 73 dias;
- 10 – Ruínas da casa de dona Denise: Lutou e permaneceu;
- 11 – Local da antiga padaria;
- 12 – Lote da família da dona Dalva: Lutou e permaneceu;
- 13 – Rua Francisco Landi, onde residiu a família da Sandra Regina: Lutou e permaneceu;
- 14 – Ruínas da casa do senhor Adão;
- 15 – Final da rua Beira Rio, onde residiram a família da Iara e Gaúcho: Lutaram e permaneceram;

16 – AEIS (Área de Especial Interesse Social – lei complementar 74/2005):

Onde famílias poderiam permanecer morando;

17 – Últimas barricadas: (Herança da Luta);

18 – Parquinho das Crianças;

19 – Espaço OCUPA;

20 – Travessa da resistência;

21 – Legado do Projeto “Futuro da Memória”.

Percurso expositivo do Museu das Remoções



(Elaboração da autora, 2024)

O historiador Pierre Nora (1993) observa que a memória e a história possuem naturezas distintas. Enquanto a memória é viva, emocional e carregada de simbolismos, a história opera de forma racional, reconstruindo o passado:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (Nora, 1993, p.7-23).

Nesse sentido, o Museu das Remoções não apenas preserva as memórias da Vila Autódromo, mas também fortalece a conexão dos moradores com suas experiências, reafirmando a importância da resistência coletiva.

As estratégias de resistência da Vila Autódromo também podem ser compreendidas à luz do conceito de resistência cotidiana, proposto por James C. Scott (1990). Scott argumenta que a resistência não se limita a atos explícitos, como protestos, mas pode incluir práticas mais sutis, como a rejeição de narrativas dominantes e a criação de alternativas culturais. Na Vila Autódromo, essas práticas incluíram a elaboração de planos urbanos alternativos, como o Plano Popular, e a criação de espaços simbólicos, como o Museu das Remoções, que utilizam a memória como um recurso para desafiar as forças que buscavam apagar sua história (Scott, 1990, p. 45); (Plano Popular da Vila Autódromo, 2011, p. 17).

O Museu das Remoções, nesse sentido, opera como um espaço de memória em disputa. Ele é ao mesmo tempo um arquivo de histórias vividas e um local de produção de novas narrativas de resistência. Seu acervo, que inclui desde ruínas das casas demolidas até relatos orais de moradores, revela o impacto das remoções enquanto reforça a luta contra o apagamento histórico. Além disso, sua gestão participativa, conduzida por moradores e apoiadores, reflete os valores da

museologia social, que prioriza a autonomia comunitária e a preservação de vínculos simbólicos com o território (Plano Museológico Museu das Remoções, 2022, p. 7).

Além disso, o museu também desenvolve programas educativos e culturais, como a manutenção de uma horta comunitária e projetos de reflorestamento, que buscam restaurar o equilíbrio ambiental da região devastada pelas obras dos Jogos Olímpicos. Essas iniciativas não apenas promovem o engajamento comunitário, mas também resgatam aspectos históricos da identidade local, como a prática da pesca, que foi interrompida devido à poluição da Lagoa de Jacarepaguá (Plano Museológico Museu das Remoções, 2022, p. 10).

Assim, a criação do Museu das Remoções não é apenas uma resposta à especulação imobiliária, mas também uma afirmação de um direito fundamental: o direito à memória. Ao articular os princípios da museologia social o museu transforma-se em um espaço de resistência simbólica, reafirmando o protagonismo dos moradores da Vila Autódromo na construção de sua história e no enfrentamento das narrativas hegemônicas. Nesse processo, a Vila Autódromo não apenas resiste, mas reescreve sua história em seus próprios termos.

A análise de Gayatri Spivak sobre o silenciamento das vozes subalternas é particularmente útil para entender as dinâmicas enfrentadas pelos moradores da Vila Autódromo em sua luta. Durante as remoções, mesmo com o apoio de acadêmicos e organizações sociais, a comunidade enfrentou a resistência institucional de órgãos públicos e privados que controlavam a narrativa sobre o território. Como destacado no Plano Popular da Vila Autódromo, elaborado em 2011 e atualizado em 2016, a luta dos moradores não foi apenas por permanecer fisicamente na comunidade, mas também por desafiar a narrativa hegemônica que justificava as remoções como necessárias ao "progresso" urbano (Plano Popular da Vila Autódromo, 2016, p. 15).

Sandra Regina Damião, outra liderança, refletiu sobre o impacto da resistência: "*Acabamos sendo símbolo da luta de resistência no país e fora porque, na história das Olimpíadas, a vila venceu esse processo*" (Farias, 2017). As experiências da Vila Autódromo transcenderam fronteiras, com Penha e outras lideranças participando de eventos internacionais, como na ONU e no Japão, onde compartilharam suas histórias com comunidades afetadas por remoções semelhantes.

3.3.2 Remanescentes e Reassentados: Desafios da sobrevivência

O impacto emocional das remoções ainda ressoa entre os moradores que resistiram e os que foram reassentados. Maria da Penha Macena, destacou que a convivência social, um elemento essencial na vida comunitária, foi significativamente prejudicada: “A gente encontra os antigos moradores nos BRTs, mercados, metrô e sempre tem aquela relação boa, mas bem distante” (Lucena, 2021). Além disso, a Vila Autódromo perdeu sua identidade enquanto lar de pescadores, já que nenhum dos moradores remanescentes vivia da pesca (Lucena, 2021).

Entre 2014 e 2016, a comunidade foi toda removida. As famílias remanescentes permaneceram no local, mas em espaços alternativos como a Igreja que não foi demolida, e por 73 dias dentro de containers que a própria Prefeitura disponibilizou. Para que voltassem a viver com dignidade na comunidade foram construídas novas casas.

Contrariando a habitual procrastinação do poder público, em dois meses, as novas casas ficaram prontas. Segundo Maria da Penha Macena, a rapidez da construção foi motivada por interesses políticos: “Foi rápido, porque tinham pressa para mostrar que a comunidade estava urbanizada” (Farias, 2017).

Penha apontou ainda a falta de arborização e a ausência de documentação oficial como fatores que dificultam o acesso a serviços básicos, como cabeamento de internet e entrega de correspondências (Farias, 2017).

As promessas feitas pelo Poder Público no contexto das remoções também não foram integralmente cumpridas. Segundo os acordos firmados⁸¹, seriam construídos, além das casas, uma quadra poliesportiva, uma sede para a associação de moradores, um centro cultural, um parquinho e títulos de posse individuais para as residências. Até o momento, apenas as casas foram entregues, e a falta de documentação das propriedades continua a gerar incertezas para os moradores (Lucena, 2021).

A insegurança é outro problema encarado na Vila. Luiz Cláudio relatou: “Não vemos uma viatura da Polícia na área. Já tivemos vários furtos aqui nas casas, nossos muros são baixos. Principalmente quando tem evento aqui do lado, no Parque Olímpico, tem uma grande movimentação de pessoas na região, gente que vem de vários lugares diferentes, e a gente fica bem preocupado” (Lucena, 2021). A

⁸¹ A prefeitura depois de 6 (seis) anos entregou as obras da quadra e da associação de moradores.

ausência de policiamento, associada à proximidade com eventos de grande porte no Parque Olímpico, como o Rock in Rio, por exemplo, tem gerado preocupação constante.

Enquanto as famílias remanescentes enfrentam desafios na Vila Autódromo, as condições dos moradores reassentados no Parque Carioca⁸², apresentam fortes contradições. Alguns moradores se mostram arrependidos de terem aceitado um apartamento, sentindo que perderam sua identidade comunitária e qualidade de vida, enquanto outros, que resistiram mais tempo e conseguiram um apartamento e uma indenização, se mostram mais satisfeitos (Lucena, 2021).

Uma questão extremamente relevante dentro deste contexto é o fato de que as casas oferecidas para os moradores que aceitaram sair da comunidade e migrar para o Parque, faziam parte do programa MCMV, e por isto deveria ser assinado um contrato entre os moradores e o banco. A Prefeitura dava a entender que arcaria com os custos, porém ao analisar o contrato percebeu-se que o apartamento não estava quitado, e o mesmo só poderia ser vendido após 10 anos do encerramento da dívida. Alguns moradores inclusive ficaram inadimplentes, tendo que recorrer a Prefeitura para quitar parcelas já que haviam recebido ordem de despejo. (Bogado, 2017).

Os moradores do condomínio enfrentam diversos desafios. Vera Lúcia Soares relata: "Aqui tem retorno de esgoto para dentro dos apartamentos, estruturas rachando, escadas que dão vazamento de um andar para outro" (RJ2, 2021). Dona Francisca também destacou os problemas estruturais e a perda de qualidade de vida: "Aqui o material é de péssima qualidade. Como o empreendimento é bom? Se você prestar atenção, está tudo vazando, tudo mofando. A minha casa não era assim" (RJ2, 2021).

Adicionalmente, o gás encanado deixou de ser fornecido, obrigando os moradores a utilizarem botijões de gás. Outro agravante relatado foi o uso restrito da piscina, dominada por milicianos que, segundo apuração do RJ2, extorquiam os moradores com cobranças de R\$ 40,00 (quarenta reais) por apartamento (RJ2, 2021).

⁸²Localizado na Estrada dos Bandeirantes, 7272, em Curicica, Jacarepaguá, este condomínio residencial foi construído para reassentar moradores removidos da Vila Autódromo durante as preparações para os Jogos Olímpicos de 2016. O projeto foi parte do programa Minha Casa Minha Vida e teve um custo de R\$105 milhões (Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=20108&utm_source=>. Acesso em: 10 de dezembro de 2024).

Vania Cristina da Silva também ressaltou a precariedade de serviços essenciais: "As dificuldades são o transporte, a creche que eles ofereceram para a gente e não temos, a clínica da família que também não tem" (G1, 2021). Esses relatos deixam claro que as promessas de qualidade e melhoria nas condições de vida não se concretizaram, resultando em uma situação inferior à vivida anteriormente.

Os impactos emocionais das remoções têm consequências devastadoras. Luiz Cláudio mencionou o falecimento de dois pescadores após serem deslocados para apartamentos: "Imagina, você viver da pesca, ao lado de uma lagoa, e ter que passar a morar num apartamento de 55 metros quadrados? Deve ser muito depressivo" (Lucena, 2021). Esses casos ilustram como a perda do território pode afetar a saúde mental e o bem-estar dos moradores.

O sentimento de vitória, entretanto, permeia a narrativa das famílias que resistiram. Luiz Cláudio enfatizou: "A sensação de ter ficado, resistido, permanecido aqui, independente de valores oferecidos, é a sensação de vitória. Mesmo que não tenha sido como a gente queria, conseguimos o que queríamos [...] Tudo o que passamos aqui foi coroadado com a nossa permanência no território" (Lucena, 2021). Essa vitória é percebida como uma exceção em meio às derrotas históricas sofridas por comunidades removidas no Brasil.

Portanto, a resistência da Vila Autódromo exemplifica um processo intrincado de luta por direitos urbanos e pelo reconhecimento de sua memória coletiva. A partir de seu lugar de fala, os moradores, valendo-se dos preceitos da museologia social e das ações realizadas por meio do Museu das Remoções, buscaram preservar suas histórias como uma comunidade que enfrentou e resistiu às remoções. Esse esforço, que se insere na historiografia crítica, é evidenciado pela documentação das lutas em iniciativas como os Planos Populares, reforçando a importância de registrar e valorizar essas resistências. Ademais, a reflexão de Spivak sobre a dificuldade de escuta dos subalternos ilumina como os moradores articularam estratégias para resistir ao apagamento de sua história e à imposição de processos de gentrificação, evidenciando uma luta coletiva essencial para a manutenção da memória e da identidade dessa comunidade, como corrobora Sandra:

O Museu das Remoções nasce dos escombros da Vila Autódromo, da luta e resistência de uma gente que se recusa a aceitar a negação de direitos, as cidades partidas, as memórias apagadas por mitos construídos e histórias modificadas, as histórias oficiais, museus criados para valorizar os símbolos

nobres e a cultura externa, daqueles que nos colonizaram, apagando muitas vezes a história de um povo. Muitas vezes valorizando e criando heróis no imaginário popular de personagens que foram heróis apenas para a elite, matando, explorando e dominando o povo. Aqueles que constroem e sustentam esta cidade com sua força de trabalho e que ainda nos dias atuais são vistos como servos. Nasce como ferramenta de luta, gritando: **MEMÓRIA NÃO SE REMOVE.** (Grifo meu; Teixeira, 2020).

O Museu das Remoções não apenas se tornou sinônimo de luta e resistência como também tem-se configurado como fomentador de processos museológicos como forma de resistência em outras comunidades, como a do Horto e da Banhado que passam por processos de remoção semelhantes aos que a comunidade viveu. Reafirmando um de seus pilares, que é a luta contra as políticas de remoções.

Museus são espaços que em sua essência visam preservar. No caso da cidade do Rio de Janeiro onde o Museu das Remoções está localizado, sabemos que possivelmente não será a última vez em que seus territórios estarão ameaçados. E por isto, preservar se faz ainda mais essencial, não apenas para resistir, mas, para que nunca seja esquecido, que a comunidade lutou, venceu e permaneceu. O Museu das Remoções cumpre o papel mais importante que um museu pode ter, preservar e comunicar a história de luta e de vida, de pessoas pobres, periféricas, mas que resistiram à mercantilização da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa destacou a relevância do Museu das Remoções como um espaço essencial de resistência comunitária e preservação de memórias coletivas, consolidando-se como um exemplo inovador de aplicação da museologia social em contextos de vulnerabilidade. A análise das experiências da Vila Autódromo evidenciou que o museu ultrapassa o papel de um espaço expositivo, assumindo-se como agente político e cultural que fortalece identidades comunitárias e denuncia as dinâmicas excludentes promovidas pelo discurso hegemônico de progresso urbano.

O Museu das Remoções, surgiu como resposta direta às remoções provocadas pelos megaeventos esportivos. Sua criação é intrinsecamente ligada à resistência contra o apagamento territorial promovido pelas obras para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. E desta maneira, busca garantir que não seja esquecida a violência estatal que lhes foi imposta e por outro lado preserva os laços culturais da comunidade.

No campo da historiografia crítica, esses museus desafiam as narrativas oficiais e hegemônicas que frequentemente marginalizam as histórias de populações vulneráveis. Santos (2020, p. 112) argumenta que a historiografia crítica busca reconstruir a história a partir das experiências de grupos historicamente excluídos, como negros, indígenas e moradores de favelas. O Museu das Remoções exemplifica essa abordagem ao ressignificar as histórias dos moradores e combater os estigmas associados à comunidade, disputando narrativas que glorificam projetos de desenvolvimento urbano enquanto ignoram seus custos sociais (Heitor, 2018; Santos, 2020).

Segundo Certeau (1982), a prática historiográfica envolve escolhas que definem quais vozes serão registradas e preservadas. No caso do Museu das Remoções, a construção do Plano Popular da Vila Autódromo em parceria com a UFRJ e a UFF é emblemática de uma historiografia crítica que contesta a narrativa oficial do Estado e documenta a resistência local (Plano Popular da Vila Autódromo, 2011, p. 8). Esse plano desafiou o discurso de "revitalização urbana" propagado pela prefeitura do Rio de Janeiro, que justificava as remoções em função de obras para megaeventos (Plano Popular da Vila Autódromo, 2011, p. 11). Ao fazer isso, o

museu se consolidou não apenas como um espaço de preservação da memória, mas como um ator político que reivindica o direito à permanência no território.

A preservação da memória coletiva e da identidade cultural é um desafio crucial em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e urbanas. Nesse contexto, os museus comunitários surgem como importantes espaços de resistência e de narrativas contra-hegemônicas, especialmente em comunidades que enfrentam processos de remoção forçada, como o caso do Museu das Remoções na Vila Autódromo. Tais museus desempenham um papel fundamental ao documentar as lutas sociais e contestar as narrativas oficiais que frequentemente subordinam o direito à moradia e à memória a interesses econômicos.

Esses museus demonstram que a museologia social, articulada à pedagogia para a liberdade e à historiografia crítica, transforma o espaço museológico em uma ferramenta de ação política. Eles se diferenciam de museus tradicionais ao priorizarem a inclusão e a valorização das vozes das comunidades. Ao promoverem rodas de conversa, exposições colaborativas e atividades culturais, esses museus não apenas documentam histórias de resistência, mas também incentivam o engajamento crítico, capacitando as comunidades a lutarem por seus direitos e por sua permanência em seus territórios.

Ao se alinharem aos princípios da pedagogia para a liberdade, conforme proposto por Freire (1987), promovem a conscientização crítica das comunidades. Para Freire, a educação deve ser um processo colaborativo, em que as populações oprimidas tomem consciência de suas condições e se organizem para resistir às injustiças. Não apenas preserva as memórias locais, mas também educa moradores e visitantes sobre as dinâmicas de exclusão urbana, estimulando reflexões críticas sobre as intervenções urbanísticas que desconsideram os impactos sociais (Ferreira, 2019).

O território é central para a atuação desses museus, não apenas como espaço físico, mas também como um lugar de memória e identidade. No Museu das Remoções, a luta pelo direito ao território se manifesta na preservação simbólica da Vila Autódromo. A participação comunitária é outra característica essencial nesses espaços. Eles rompem com o modelo de museu tradicional, dando voz às populações locais. No Museu das Remoções, os moradores atuam como curadores, definindo quais histórias e memórias devem ser preservadas.

Os museus comunitários estão intimamente conectados ao conceito de museologia social, que promove a centralidade das vivências humanas na gestão e curadoria museológica. De acordo com Chagas (2007), a museologia social desafia o modelo tradicional de museus, historicamente focado na preservação de objetos e na autoridade dos especialistas. Em vez disso, coloca as comunidades no centro do processo curatorial, permitindo que elas definam quais memórias devem ser preservadas e como suas histórias devem ser apresentadas. No Museu das Remoções, ao atuarem como curadores os moradores utilizam o espaço museológico como extensão de sua luta pelo território e pela memória (Nunes, 2021).

Outro ponto importante é como o uso da arte como ferramenta de denúncia e mobilização foi crucial para a conformação do museu. As ressignificar os “restos” das obras por meio das esculturas feitas com escombros das casas demolidas, simbolizam ao mesmo tempo, a violência das remoções e a resiliência dos moradores. Os museus comunitários podem utilizar estratégias de ativismo e comunicação insurgentes para resistir à gentrificação e às remoções forçadas. O Museu das Remoções tornou-se um exemplo contundente de como memória, arte e território podem ser mobilizados para resistir às dinâmicas excludentes do empresariamento urbano e da gentrificação. Por meio da museologia social, ele se tornou espaço de resistência e transformação, desafiando narrativas hegemônicas e promovendo a justiça social.

A legislação brasileira, incluindo o Estatuto da Cidade (2001) e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, reconhece a importância do planejamento participativo e do direito à moradia. Mas esses instrumentos legais são frequentemente reinterpretados para atender a interesses especulativos. A subversão dessas normativas evidencia a necessidade de políticas públicas específicas que fortaleçam o papel dos museus comunitários como agentes de transformação social e instrumentos de resistência às remoções e aos processos de apagamento cultural. Sua continuidade depende de políticas públicas abrangentes e de estratégias inovadoras de sustentabilidade.

Esses museus enfrentam desafios específicos em sua relação com as políticas públicas. No Brasil, a Política Nacional de Museus (PNM), instituída em 2003, representou um avanço significativo ao promover a representatividade e a participação de grupos historicamente excluídos (Castro, 2022, p. 145). Contudo, a

ausência de continuidade e de financiamento regular limita sua eficácia. Para superar essas limitações, é necessário criar programas de fomento voltados especificamente para museus comunitários, priorizando aqueles localizados em áreas periféricas ou afetadas por remoções.

Ademais, políticas públicas voltadas para a educação patrimonial, em colaboração com escolas públicas, podem fortalecer o papel dos museus como espaços de aprendizado e engajamento cívico. A institucionalização de redes de museus comunitários também é uma estratégia promissora, permitindo o intercâmbio de experiências e a consolidação de práticas de gestão sustentáveis. Nesse sentido, a inclusão desses museus no escopo de políticas culturais nacionais é essencial para ampliar sua relevância e assegurar sua continuidade.

Outra alternativa é o desenvolvimento de projetos turísticos sustentáveis que integrem os museus comunitários como parte de roteiros culturais. Isso não apenas gera receita, mas também aumenta a visibilidade desses espaços e fortalece sua conexão com a comunidade local.

É preciso ter em mente, no entanto, que não existem modelos prontos que garantam o sucesso dessas iniciativas de forma segura. O caráter social atribuído ao museu traz um amálgama de possibilidades, mas também de inúmeros desafios. A trama social é impregnada de disputas, com meandros que se configuram ora convergentes, ora divergentes, variando conforme a localidade e sendo permeada por manifestações e produções culturais distintas que precisam ser entendidas e valorizadas. Nesse contexto, possibilitar que a totalidade dos indivíduos de uma comunidade se coloque de forma ativa nas atividades do museu constitui uma batalha desafiadora, mas indispensável para qualquer tipologia museológica.

Os resultados da pesquisa reforçam que, ao privilegiar a participação ativa da comunidade, o Museu das Remoções se estabelece como um espaço de contranarrativa, ressignificando as práticas museológicas tradicionais e democratizando o acesso à memória. Ele também simboliza a luta pelo direito à cidade, ao preservar os laços territoriais e sociais de uma comunidade frente aos impactos do apagamento histórico.

Por fim, reconhece-se que este estudo é apenas uma contribuição inicial para a compreensão do papel dos museus de resistência em cenários urbanos. A experiência analisada aponta a necessidade de ampliar o debate sobre políticas públicas que garantam a sustentabilidade e o fortalecimento de iniciativas

semelhantes, adaptadas às especificidades de cada localidade. Assim, o Museu das Remoções emerge não apenas como um espaço físico, mas como um símbolo vivo da resiliência e do poder transformador das comunidades diante das desigualdades e exclusões contemporâneas.

Os museus comunitários têm se consolidado como ferramentas fundamentais de resistência e preservação de memórias coletivas, especialmente em contextos de exclusão social e urbana. Instituições como o Museu das Remoções, reconfiguram o papel tradicional dos museus ao se alinharem à museologia social, à pedagogia para a liberdade e à historiografia crítica, promovendo a participação ativa das comunidades na construção de suas próprias narrativas.

Os museus comunitários e de território, como o Museu das Remoções, são exemplos concretos de resistência cultural e política em contextos de desigualdade e exclusão. Contudo, sua sobrevivência e expansão dependem de políticas públicas eficazes, estratégias inovadoras de financiamento e do fortalecimento de redes de colaboração. Reconhecer e apoiar esses museus é essencial não apenas para preservar a memória coletiva, mas também para promover uma sociedade mais inclusiva e democrática. Assim, o desafio é transformar a resistência em permanência, garantindo que esses espaços continuem a inspirar e empoderar as comunidades que representam.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Maria Mota. **“Mudanças Sociais/Mudanças Museais: Nova Museologia/Nova História – Que relação?”** Cadernos de Museologia, nº 5, 1996, p. 102.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradutor Joaquim José de Moura Ramos. Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, jan/jun 2005.
- ANSARA, Soraia. **“Políticas de la memoria X políticas del olvido: posibilidades de desconstrucción de la matriz colonial”**, Revista Psicologia Política, v. 12, n. 24, 297-311, 2012.
- ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Cristina (orgs.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
- ARAÚJO, Silvera Vieira de. História social e História cultural e suas influências na produção historiográfica sobre cidades no Brasil. **Anais do XIII Encontro Estadual de História-Guarabira**, PB, 2008.
- ASPIS, Renata LIMA. Um ensino de Filosofia e resistência política e (des)governamentalidade e sub-versões. **Educação em Revista**, v. 12, n. 1, p. 169-180, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS (ABREMC). **I Jornada Museus Comunitários ABREMC 2009 - Ecomuseu de Itaipu - Intervenção Hugues De Varine**. Transcrição do áudio por Tamiris Amancio. YouTube, 24 de junho de 2009. Disponível em: <<https://youtu.be/-Tvu6vPMu1Y?si=Fu2aD6sVu8-l8i30>>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.
- BERNARDES + JACOBSEN ARQUITETURA, 2013. Disponível em: <https://jacobsenarquitetura.com/projetos/mar-museu-de-arte-do-rio/>. Acesso em: 25 mai. 2024).
- BITTECOURT, Danielle Lopes. **“O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1625.pdf>>. Acesso em: 11 dez 2014.
- BOGADO, Diana. Museu das Remoções da Vila Autódromo: Resistência criativa à construção da cidade neoliberal. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 54, n. 10, 2017.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local e global: A gestão das cidades na era**

da informação. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BRASIL, Recenseamento Geral do Brasil. **As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950**. Documentos Censitários, Série C, n. 9, 1950. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv12362.pdf>>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL DE FATO. **Museu das Remoções expõe memória de resistência da Vila Autódromo no Rio**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/18/museu-das-remocoos-expoe-memoria-de-resistencia-da-vila-autodromo-no-rio>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRULON, Soares, B., Brown, K., & Nazor, O. (Eds.). **Defining the museums: challenges and compromise of the 21st century**. Paris: ICOFOM.2020.

BRULON, Soares. **Descolonizando a museologia: museus, ação comunitária e descolonização**. Paris: ICOM/ICOFOM. 2020.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museus e memória social**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas nas favelas do Rio de Janeiro. **Um século de favela**, v. 4, p. 31-74, 2006.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. A função social dos museus. In: **Canindé – Revista de Arqueologia de Xingó**, nº 9. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, junho/2007. P. 169-187.

CARVALHO, Katia. **Maria da Penha sendo agredida pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro**. Jornal digital Diário do Rio. 2021. Disponível em: <<https://diariodorio.com/a-vila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. In: **Sociologia, Problemas e Práticas n.40**: Oeiras set. 2002.

CASTRO, Ana Ramos Rodrigues. **Políticas públicas para a gestão dos museus no Brasil: A construção da Política Nacional dos Museus (1930-2016)**. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

CATCOMM, Comunidades Catalisadoras. Álbuns fotográficos da Vila Autódromo Rio de Janeiro. 2013, 2017, 2022. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/catcomm/albums/with/7215769666224371>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CERÁVOLO, S. M. Delineamentos para uma teoria da museologia. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2004, p. 237-268.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAGAS, Mário de Souza. **A museologia social e o movimento internacional para uma nova museologia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus**. 2000. Disponível em: <<http://www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia n° 19**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2002, p.43-81.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n.12, p. 207-224, jul/dez 2007.

CHAGAS, Mário. **Museologia e patrimônio cultural: diálogos, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

CHAGAS, Mario. **Museologia Social e Políticas da Memória**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2007.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. **Museologia social: reflexões e práticas**. 2011, p. 10-12.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPIADAS. Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro: **Dossiê**. Rio de Janeiro: Comitê Popular, 2015.

COMUNIDADES CATALISADORAS. Vila Autódromo - 2o depoimento de Altair "Por que preservar a comunidade?". YouTube, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T1UiYUubh0g>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CONSENTINO, Bruno. **A cidade como mercadoria: Empresariamento urbano, neoliberalismo e a transformação das cidades em produtos de consumo**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

COQUE MUSEU. **Memórias de resistência no Museu da Beira Linha do Coque**. Recife, 2023.

CORDOVIL, Maria Madalena. Novos museus, novos perfis profissionais. In: **Cadernos de Sociomuseologia n° 1**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1993, p. 21-35.

DE OLIVEIRA, Fabricio Leal et al. **Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção**. Letra Capital Editora LTDA, 2018.

DE SOUZA TEIXEIRA, Sandra Maria; BRUM, Mario Sergio Ignácio. Tijolos da história: museu, resistência e memórias da vila autódromo. **Revista Aproximando**,

v. 7, n. 11, 2023.

DECAROLIS, Nelly. Prefacio - el pensamiento museológico latinoamericano. In: **DECAROLIS**, Nelly (Org.). *El Pensamiento Museológico Latinoamericano*. Los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: Editorial Brujas, 2006. p. 5-9.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mapa de re-assentamento da Vila Autódromo**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/dpgerj/26387566886/in/photolist-JG4SX2-JG4Vo4-JG4Wjn-Kt6zDQ-KzDjJd-JFYxPU-Kt6B4d-JG4TEz-KcnthJ-KcnuuJ-Kcnnoj-KCwjSe-KzDgNy-KcnuUU-JFYvKU-JFYwNA-KzD3hf-KzDmiq-JFYzBS-JFYtJu-JFYuNJ-FjNP88-JFYzj-FPXTCq-FPXUTb-G6UWz9-KCwnUX-JFYA5q-KCwmke-FjC2mu-FjCeE7-FjNLAV-FPXJDy-G6UXWh-GcMbiL-Gf5eUr-G6URbd-Gf5gr4-2qpLD1i-2qpLD1J-2qpR8xV-2qpSpaM-2qpSpbD-2qpSpfG-2qpTrKS-2qpLD2R-2qpSpeK-2qpR8qf-2qpTrL8-2qpSpdx/>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010.

DO ROSARIO, Cláudia Cerqueira. O lugar mítico da memória. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 1, n. 1, 2002.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. A função social dos museus. In: **Canindé – Revista de Arqueologia de Xingó**, nº 9. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, junho/2007. P. 169-187.

DUNCOMBE, Stephen; LAMBERT, Steve. **The art of activism: Your all-purpose guide to making the impossible possible**. O/R, OR Books, 2021.

FARIAS, Carolina. Moradora dá o sangue e vira símbolo para famílias desalojadas por Vila Olímpica no Rio. **UOL Notícias**, São Paulo, 27 dez. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/27/moradora-da-o-sangue-e-vira-simbolo-para-familias-desalojadas-por-vila-olimpica-no-rio.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: Remoções na cidade olímpica**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

FERNANDES, Edésio. **Direito Urbanístico na Constituição de 1988: A Construção Jurídica da Nova Política Urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FERNANDES, Edesio; SILVA, M. R. **Direito à moradia e à cidade: Análise crítica das políticas habitacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FERREIRA, Carlos. **Memórias da Resistência: À Comunidade da Boa Esperança e o Programa Lagoas do Norte**. Teresina: Ed. UFPI, 2019.

FERREIRA, João. **Narrativas de resistência no Museu da Boa Esperança**. Teresina: UESPI, 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3ª

Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 22 nº 65**. 2007, p.61-72.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 38, julho-dezembro, p. 49-66.

G1. **Legado Olímpico: Moradores retirados da Vila Autódromo relatam problemas nas condições de condomínios**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/21/legado-olimpico-moradores-retirados-da-vila-autodromo-relatam-problemas-nas-condicoes-de-condominios.ghtm>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

GOOGLE. **Vila Autódromo reassentada**. Google Maps, imagem de satélite de 29 fev. 2024. Disponível em: <<https://maps.app.goo.gl/zhchuLCbRo1TewK98>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

GRUPO DE TRABALHO Acadêmico Profissional Multidisciplinar (GTAPM). **Vila Autódromo: Parecer**. Rio de Janeiro: Relatório Técnico, junho 2013.

GRYNSZPAN, Mário; PANDOLFI, Dulce Chaves. Memória das favelas. In: Favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, Angela de Castro. **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 65-93.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *O Cais do Valongo e a Pequena África no Rio de Janeiro*. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina . Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1992.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. trad José Carlos Reis. In: **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HARVEY, David. **Justiça, natureza e a geografia da diferença**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HEITOR, Gleyce Kelly. **Resistência e re-significação da luta pela cidade na experiência do Museu da Beira da Linha do Coque**. Revista NAVA, UFJF, 2018.

HENRIQUES, Luis Oliveira. A comunicação na escola e no museu. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 5, n. 5, 1996.

HUGGINS, Clare. Viver Junto das Olimpíadas: A Evolução do Plano Popular da Vila Autódromo. **RioOnWatch**, 2015. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=16827>. Acesso em: 23 out. 2024.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história dos museus. In: **Cadernos de Diretrizes Museológicas**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centro Culturais, Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2º Edição. 17-30.

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 8, 1990.

LAERCIO, Mariana de Oliveira. Turismo em favelas: A contribuição do poder público em Nova Brasília e no Morro da Providência. In: **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. 2011, p. 100-117.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEFTHANDROTATION. **Museo de los Desplazados**. 2023. Disponível em: <https://21stcenturyartivism.sites.carleton.edu/en/colectivos/museo-de-los-desplazados/>. Acesso em: 10 out. 2024.

LOPES, Márcia Regina. **Dinâmicas do financiamento para museus de favela**. Lisboa: ISCTE, 2021.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, n. 17, p. 63-180, nov. 1998.

LUCENA, Felipe. **A Vila Autódromo cinco anos depois das Olimpíadas**. Diário do Rio, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/a-vila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MAGALHÃES, Fátima. **Remoções e megaeventos: A experiência da Vila Autódromo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MASCARENHAS, G. **A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário**. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 52-68, mês.

2016.

MENEZES, Palloma. Interseções entre novos sentidos de patrimônio, turismo e políticas públicas: Um estudo de caso sobre o Museu a céu aberto do Morro da Providência. In: **Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs; GT 29: Patrimônios, Museus e Ciências Sociais, 2009.**

MENSCH, Peter Van. **Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural.** ICOFOM-LAM, 1992.

MOASSAB, Andreia. **Brasil periferia (s): a comunicação insurgente do Hip-Hop.** São Paulo: EDUC, 2011.

MONTEIRO, Poliana; SÁNCHEZ, Fernanda Ester ; MACHADO, Ana Carolina Marques; MOREIRA, Paula Cardoso. O Ciclo Olímpico: Privatização dos Lucros e Socialização dos Custos. In: SÁNCHEZ, Fernanda Ester; MOREIRA, Paula Cardoso (orgs.). **Cartografias do Conflito: Rio de Janeiro.** 1 ed. Letra Capital, 2019.

MOUTINHO, Mário. C. Sobre o Conceito de Museologia Social. In: **Cadernos de Sociomuseologia.** nº 1. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1993, p. 7-11.

MULTIRIO. **A origem dos bairros da Baixada de Jacarepaguá.** Rio de Janeiro: Multirio, 2023, p. 12.

MUQUIFU. **Museu de Quilombos e Favelas Urbanos (MUQUIFU).** Belo Horizonte, 2023.

MUSEU DA BOA ESPERANÇA. **Resistência e memória na comunidade Boa Esperança.** Teresina, 2021. Disponível em: <<https://www.museudaboaesperanca.org/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MUSEU DAS REMOÇÕES. **Lutas contra as remoções na Vila Autódromo.** Rio de Janeiro, 2020.

MUSEU DAS REMOÇÕES. **Relatos e intervenções artísticas da Vila Autódromo.** 2017. Disponível em: <<https://musedasremocoes.com>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

NASCIUTTI, Luiza Freire. Memória na Vila Autódromo: História de luta e reexistência em favela carioca. Foto: Nem todos tem preço de Fiuza Freire Nasciutti. In: **Revista Periferias,** abril de 2021. Disponível em: <<https://revistaperiferias.org/materia/memoria-viva-da-vila-autodromo/>>. Acesso em: 23 out. 2024.

TARA, Nelson. 'Porto Maravilha', O Maior Projeto de Revitalização Urbana do Rio, 10 Anos Depois. Rioonwatch, Rio de Janeiro, 23 dez.2019. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=44800>>. Acesso em: 12 fev, 2024).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: **Projeto História:** Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP-Brasil. 1993, p. 7-28.

NUNES, Ana Clara. Histórias em disputa: o Museu das Remoções. **Revista Museologia Social**, Rio de Janeiro, 2021.

NUNES, Maria. **Remoções e Resistências: Histórias de Vida na Vila Autódromo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

PAPPE, Silvia; ARGUDÍN, María Luna. **Historiografía crítica: una reflexión teórica**. Universidad Autónoma Metropolitana (México). Unidad Azcapotzalco., 2001.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Aglomerado Santa Lúcia - Para além do horizonte planejado: Representações do trabalho feminino nas histórias de vida de mulheres da periferia**. Programa de Aprimoramento Discente – PAD/2002 História.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal**. 2018.

PERLMAN, J. E. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIO, Leopoldo; Cultura, patrimônio e museu no Porto Maravilha. In: Revista Intratextos, 2013, vol 4, no1, p. 8-26. DOI: 10.12957/intratextos.2013.

PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO. **Plano Popular para urbanização e regularização fundiária da Vila Autódromo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, vol.2 nº 3, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

POSSAMAI, Zita Rosane. Museu na cidade um agente de mudança social e desenvolvimento? In: **Museologia e Patrimônio - v.3 n.2** - jul/dez de 2010. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, p. 151-162, 2005.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Código de Obras do Distrito Federal (1937) – Parte 1, Capítulo XV - Extinção das Habitações Anti-higiênicas: Seção I – Cortiços e Seção II – Favelas**. Rio de Janeiro, 1937 Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4868406/4128397/codigo_obras_1937_parte_1.pdf#page=66>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PUFF, Jefferson. **Paes ataca 'dono da Barra': 'Não entendeu significado dos Jogos para o Rio'**. BBC Brasil, Rio de Janeiro, 15 ago. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150815_entrevista_eduardo_paes_hb_jp>. Acesso em: 11 nov. 2024.

RAGO, Margareth. **"As mulheres na historiografia brasileira."** In: SILVA, Zélia

Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995, p. 81-83.

RJ2. **Problemas estruturais e extorsão no Parque Carioca**. Transmissão de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

RIO ON WATCH. **A Vila Autódromo cinco anos depois das Olimpíadas**. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=13146>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2019.

SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; MONTEIRO, Poliana Gonçalves. Vila Autódromo em disputa: sujeitos, instrumentos e estratégias para a reinvenção do espaço. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, p. 408-427, 2023.

SANDY, Danielly Dias. **Políticas públicas para museus brasileiros: gestão e sustentabilidade**. Salvador: UFBA, 2017.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Política urbana e habitacional no Brasil: Entre a cidade da inclusão e a cidade mercadoria**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e das emergências**. São Paulo: Cortez, 2020.

SANTOS, João. **Historiografia Crítica e Narrativas Populares: A Resistência das Favelas e Quilombos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2020.

SANTOS, Maria Célia T. Contribuindo para qualidade de vida dos cidadãos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. nº 18. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2002, p. 141-168 .

SANTOS, Maria Célia T. Reflexões sobre a nova museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. nº 18. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2002, p. 93-139.

SANTOS, Maria Célia T. Reflexões sobre a nova museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. nº 18. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2002, p. 93-168.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.

SCHEINER, T. C. M. Museologia ou Patrimoniologia? Reflexões. In: **GRANATO**, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Orgs.). *MAST Colloquia - Museu e Museologia: interfaces e perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. v. 11, p. 43-59.

SCHEINER, T. C. M. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan-abr. 2012.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-Abr. 2012.

SILVA, José Otacílio da. A transformação social na visão da Sociologia Clássica. In: **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**. v. 5, nº 8, 2005. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/paineis/Painel%2005.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro. 2014.

SILVA, Luiz Claudio. **Demolição da casa de Sandra Regina Damião**. 2016. Museu das Remoções. Exposição no Museu Nacional de Antropologia, Madrid, Espanha. Disponível no Google Arts & Culture. Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/demolici%C3%B3n-de-la-casa-de-sandra-regina-dami%C3%A3o/iAGaQmFsfZ0fKA?hl=es>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SILVA, Sidney. Museu de favela: desafios de ressignificação de um território através da cultura local. In: **XXIV Fórum Nacional Rumo ao Brasil Desenvolvido**. Rio de Janeiro, 2012.

SOARES, Bruno C. B. Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia. In: **Revista Eletrônica Jovem Museologia – Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio**. Ano 01, nº2, agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.unirio.br/jovemmuseologia/>> Acesso em: 12 dez. 2013.

SOJA, Edward W. **Postmetropolis: Estudos críticos sobre as cidades e regiões**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA e SILVA, Jailson de. **Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos**. Território , Territórios, PPGE0 - UFF, p. 107-125, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 25-27.

TANAKA, Giselle. **Vila Autódromo: remoção e resistência**. Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, Brasil: 22 de junho de 2016. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2016/06/22/vila-autodromo-remocao-e-resistencia>> . Acesso em: 11 nov. 2024.

TEIXEIRA, Milton. **História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

THOMPSON, Nato. **Seeing power: Art and activism in the twenty-first century**. Melville House, 2015.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VAINER, Carlos. **A cidade dos megaeventos: remoções e resistência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VARINE, Hugues de. Ecomuseu de Itaipu 2009 - Intervenção Hugues De Varine. In: Jornada MC da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários - ABREMC. Imagens Nádia Helena. 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-Tvu6vPMu1Y>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Trad. Maria de Lourdes Parreira Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VARINE, Hugues de; ODALICE, Prioste. **O Novo Museu das Gentes Brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=10>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

VIEIRA, Antônio C. P. Da memória ao museu: A experiência da favela da maré. In: **Usos do Passado - Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2006.

VIEIRA, Antônio C. P. Museus como instrumento de transformação social: O caso do Museu da Maré. In: **Seminário Internacional Cultura e Desenvolvimento Local**, 2011. Disponível em: <<http://www.difusaocultural.ufrgs.br/seminario>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

VIEIRA, Tuca. Foto de Paraisópolis e prédio de luxo do Morumbi em São Paulo - 2004. In: 'Quem a polícia defende? De que lado está?', Questiona autor de foto símbolo da desigualdade no Brasil. **UOL Notícias**, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/12/04/triste-saber-que-ela-continua-atual-diz-autor-de-foto-simbolo-de-paraisopolis-que-volta-a-viralizar-apos-mortes.htm>>. Acesso em: 12 out. 2024.

ANEXOS

ANEXO A – RESUMO DO PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO

1 – Plano Popular da Vila Autódromo:

Com a proposta de uma nova forma de construir uma CIDADE DEMOCRÁTICA e uma nova forma de Planejar a CIDADE, os moradores da Vila Autódromo reafirmam o seu direito de decidir sobre o próprio destino. O Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), nasceu do encontro entre a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), o NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e o NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense) (PPVA, 2016).

A ideia que orienta toda a metodologia é a de que o PLANEJAMENTO POPULAR É POSSÍVEL, que os moradores e a comunidade detêm um saber que pode embasar um plano tecnicamente consistente. Por isso, as atividades têm permanentemente como objetivo a formação e qualificação de um grupo de planejadores populares da comunidade. Estes planejadores populares são apoiados e assessorados tecnicamente por profissionais, professores, pesquisadores e estudantes universitários. Assim, o planejamento urbano deixa de ser monopólio de políticos e tecnocratas, para se transformar em instrumento da luta popular (PPVA, 2016).

2 – O Plano

O Plano Popular da Vila Autódromo identificou uma série de problemas que comprometem a qualidade de vida dos moradores e a permanência da comunidade na área, e propôs soluções específicas para enfrentá-los.

2.1 – Problemas habitacionais:

O plano aponta que “muitas famílias foram afetadas pelas obras relacionadas aos Jogos Olímpicos e enfrentam ameaças de remoção. Além disso, a infraestrutura urbana da comunidade sofreu com a negligência e danos causados pelas

demolições” (AMPVA, 2016, p. 36).

Em resposta, o plano propõe soluções que garantam moradia para todos os residentes que desejam permanecer, com a construção de novas unidades habitacionais para reassentar as famílias afetadas. Além disso, propõe a reorganização do espaço urbano para lotes de 250m², garantindo “melhores condições de habitação e eliminando situações de coabitação precária” (AMPVA, 2016, p. 36).

2.2 – Saneamento e Meio Ambiente:

A comunidade enfrenta sérias deficiências de saneamento, sendo “improvisadas as redes de abastecimento de água e esgoto” (AMPVA, 2016, p. 38). Para resolver esse problema, o plano propõe a implantação de redes de abastecimento de água e esgoto interligadas à infraestrutura urbana da cidade. Outra solução é a recuperação da arborização, fundamental para o conforto ambiental, e a reinstalação do “projeto Fossa Verde, um sistema de esgotamento sanitário sustentável” (AMPVA, 2016, p. 40).

2.3 – Acesso a Serviços Públicos:

A falta de serviços públicos, como escolas e creches, força as famílias a buscar alternativas distantes, resultando em “custos adicionais e baixa acessibilidade” (AMPVA, 2016, p. 42). O plano propõe construir uma creche comunitária e aumentar o número de vagas para o ensino fundamental. Além disso, para melhorar a mobilidade, recomenda “a criação de ciclovias, passarelas para pedestres e a integração com os terminais do BRT” (AMPVA, 2016, p. 43).

2.4 – Acesso a Serviços Públicos:

A Vila Autódromo enfrenta limitações na regularização das atividades econômicas, o que “limita o potencial de geração de renda” (AMPVA, 2016, p. 45). Como solução, o plano propõe a formalização das atividades comerciais e a criação de uma cooperativa para coleta seletiva e reciclagem, promovendo renda e sustentabilidade ambiental. Além disso, sugere “a criação de um espaço multiuso para capacitação e cursos, além de áreas de lazer e convivência para fortalecer a coesão social” (AMPVA, 2016, p. 46).

2.5 – Cultura e Convivência Comunitária:

Muitas áreas de lazer e espaços de convivência foram destruídos pela Prefeitura, o que “resultou na perda de áreas para encontros e atividades culturais” (AMPVA, 2016, p. 47). Para resolver isso, o plano sugere a construção de um Centro Cultural com biblioteca e espaços para eventos, além de áreas de lazer que possam ser utilizadas por todas as idades. Um dos objetivos é a criação de um “Espaço de Memória para registrar a história de luta da comunidade” (AMPVA, 2016, p. 48).

3 – Cartografia do PPVA

Conforme documentado no Plano Popular da Vila Autódromo (2016), diferentes versões do plano foram desenvolvidas ao longo do tempo para adaptar o projeto às mudanças e desafios enfrentados pela comunidade. Cada uma dessas versões apresenta características específicas, que refletem as condições locais e as pressões externas, especialmente as tentativas de remoção pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

3.1 – Primeira Versão (2011-2012)

A **primeira versão** foi elaborada em 2011 e concluída em 2012, com o objetivo de “demonstrar a viabilidade de permanência dos moradores da Vila Autódromo e sua integração ao desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro” (AMPVA, 2016, p. 28). Esta versão enfoca melhorias de infraestrutura para a comunidade, incluindo redes de água, esgoto e pavimentação, além de áreas de lazer e serviços públicos. A proposta foi marcada por um modelo de desenvolvimento sustentável e participativo, enfatizando o direito dos moradores à cidade.

Motivo das Mudanças: A primeira versão do plano sofreu resistência por parte da Prefeitura, especialmente devido à crescente pressão pela remoção para a construção do Parque Olímpico, o que levou à necessidade de atualização do plano (AMPVA, 2016, p. 29).

O **mapa da primeira proposta para a Vila Autódromo** ilustra a proximidade da comunidade em relação ao Parque Olímpico, revelando os impactos diretos das construções olímpicas sobre o território e a vida dos moradores. A partir de 2009, com o anúncio do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, aumentaram as pressões pela remoção dos habitantes da Vila Autódromo, considerada uma área

estratégica para o desenvolvimento urbano vinculado aos Jogos. Em resposta a essas ameaças, os moradores organizaram-se para a elaboração de um plano próprio, o Primeiro Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), criado em 2011 e concluído em 2012.

Mapa 3 – Anexo A: Primeira proposta para a Vila Autódromo



Fonte: AMPVA (2016).

Para defender o direito de permanecer na área, os moradores, em parceria com assessores técnicos e universidades, desenvolveram o Primeiro PPVA. Esse plano foi uma alternativa urbana para demonstrar que a permanência da comunidade era viável e que a Vila poderia coexistir com o desenvolvimento urbano olímpico. "O PPVA apresentava soluções de urbanização, infraestrutura e regularização fundiária para garantir que a comunidade permanecesse na área com condições adequadas de moradia e integração urbana" (AMPVA, 2016, p. 25).

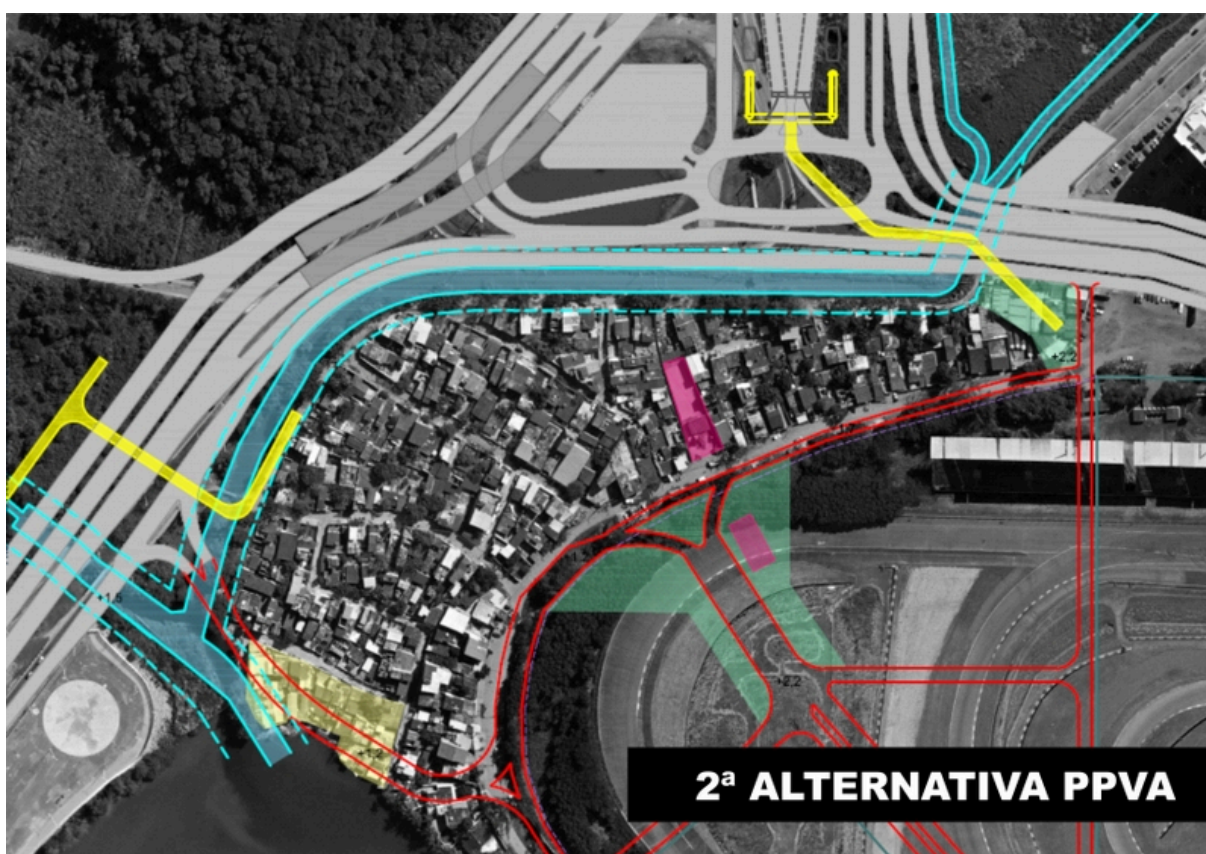
3.2 – Segunda Versão (2014-2015)

A **segunda versão** do plano foi desenvolvida entre 2014 e 2015, refletindo as mudanças estruturais que ocorreram na comunidade após algumas demolições

realizadas pela Prefeitura. Nesta etapa, o plano foi ajustado para responder aos impactos diretos das remoções, propondo adequações habitacionais que incluam “a redução do número de unidades, em função do novo cenário da comunidade, que havia perdido parte de seus moradores” (AMPVA, 2016, p. 31). Além disso, a proposta priorizou a recuperação ambiental, com replantio de árvores e a expansão do sistema sustentável de esgotamento, o “Fossa Verde”.

Motivo das Mudanças: A revisão tornou-se necessária após as demolições realizadas na área e o deslocamento de algumas famílias, além das restrições de circulação criadas pelas obras ao redor, que ameaçavam o convívio e a autonomia da comunidade (AMPVA, 2016, p. 32).

Mapa 4 – Anexo A: Segunda alternativa do PPVA



Fonte: HUGGINS (2015).

O mapa da **2ª Alternativa do PPVA** mostra a localização da Vila Autódromo em relação ao complexo viário e urbano que circunda a comunidade, com destaque para a proximidade das grandes vias e das instalações relacionadas ao Parque Olímpico. Esta imagem ilustra a pressão urbanística exercida sobre o território da Vila Autódromo e a complexidade do projeto de permanência defendido pelos

moradores.

No mapa da 2ª Alternativa do Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), observa-se uma série de elementos gráficos representados por cores específicas, cada uma com funções distintas no planejamento urbano proposto para a comunidade.

- **Azul claro:** Delimita as principais vias ao redor da comunidade, incluindo avenidas amplas e de grande circulação, que formam uma espécie de fronteira com o entorno olímpico.
- **Vermelho:** Marca o perímetro da comunidade e destaca as áreas de intervenção propostas pelo plano, delineando uma barreira clara entre a Vila Autódromo e as zonas circundantes (HUGGINS, 2015).
- **Amarelo:** Representa as rotas de acesso e vias secundárias que conectam a comunidade com o entorno, facilitando a mobilidade dos moradores.
- **Verde:** Indica áreas planejadas para vegetação e espaços de lazer, promovendo um ambiente sustentável e integrado com a natureza.
- **Rosa:** Identifica edificações específicas ou zonas de uso diferenciado, que podem incluir estruturas culturais ou comunitárias propostas para fortalecer a identidade local (AMPVA, 2016).

Esses elementos refletem o esforço do PPVA em integrar a Vila Autódromo ao complexo urbano e esportivo, ao mesmo tempo em que respeita a identidade e a autonomia da comunidade (HUGGINS, 2015).

3.2 – Terceira Versão (2016)

O mapa apresentado representa a terceira proposta do Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), desenvolvida como uma resposta da comunidade para resistir às tentativas de remoção e garantir a permanência dos moradores em um contexto de urbanização acelerada e transformações causadas pelos Jogos Olímpicos de 2016.

Na terceira versão do PPVA, nota-se uma organização detalhada dos lotes e dos espaços comunitários, visando uma convivência harmoniosa com a infraestrutura urbana que se desenvolvia ao redor da Vila. Essa versão foi projetada para otimizar o espaço, proporcionando condições de moradia digna e sustentável

- **Estação Elevatória e Infraestrutura de Saneamento:** A inclusão de uma estação elevatória reflete o compromisso com a melhoria da infraestrutura básica, especialmente o saneamento, uma das necessidades prioritárias destacadas pela comunidade (AMPVA, 2016, p. 36).
- **Áreas Verdes e de Convivência:** Localizadas ao redor dos lotes, essas áreas foram pensadas para proporcionar um ambiente sustentável e arborizado, contribuindo para a qualidade de vida e o conforto ambiental dos moradores.

Essa terceira proposta do PPVA simboliza a resiliência da comunidade da Vila Autódromo e sua busca por um modelo de urbanização que respeite o direito à cidade, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

O **Mapa 6 das áreas suprimidas pelas remoções** evidencia as pressões enfrentadas pela comunidade da Vila Autódromo, onde partes do território foram progressivamente tomadas para diversas intervenções ligadas aos preparativos dos Jogos Olímpicos de 2016. O Mapa 6 destaca zonas de remoção com finalidades específicas, como a canalização do córrego Pavuninha, alargamento e ampliação de vias, construção de passarelas e até a liberação da vista para futuros empreendimentos. Essas áreas representam não apenas uma perda física, mas um desafio direto ao direito de permanência da comunidade, que foi forçada a resistir para manter sua identidade e história no local. O plano, conforme apontado pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (2016), demonstra que é possível integrar uma comunidade tradicional ao contexto urbano moderno sem desrespeitar sua história e seus direitos (AMPVA, 2016, p. 37).

Mapa 6 – Anexo A: Áreas suprimidas pelas remoções



Fonte: AMPVA (2016).

3.3 – Versão Final (2016)

A versão final do plano, consolidada em 2016, reforça o compromisso com a permanência da Vila Autódromo e a valorização de sua identidade histórica. Com um novo modelo de loteamento, a proposta inclui **“áreas culturais, espaços de convivência e o estabelecimento de um espaço de memória, que registra a luta pela permanência da comunidade”** (AMPVA, 2016, p. 33). Além disso, essa versão finaliza a estrutura comunitária com a criação de um centro cultural, uma biblioteca, áreas de lazer, e incentiva a autonomia econômica por meio de cooperativas de reciclagem e outras atividades coletivas, como o festival #OcupaVilaAutódromo.

As modificações da versão final respondem à necessidade de reafirmar o direito à cidade e à permanência, mesmo após a demolição de parte significativa das moradias. A versão de 2016 marca uma resposta definitiva à tentativa de remoção, defendendo a Vila Autódromo como um exemplo de resistência e planejamento urbano inclusivo (AMPVA, 2016, p. 34).

O **mapa atual da Vila Autódromo**, como mostrado na imagem de satélite, revela as consequências do processo de remoção que ocorreu nos anos anteriores às Olimpíadas de 2016, assim como a resiliência da comunidade que permaneceu no local. Observa-se a presença de alguns espaços comunitários, como o Museu das Remoções e a Capela de São José Operário, que funcionam como símbolos da luta pela permanência e da identidade local, além de áreas que foram reurbanizadas após o processo de resistência.

A versão final do Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), concluída em 2016, refletiu as adaptações necessárias para que a comunidade resistisse às remoções e fosse integrada ao entorno urbano modificado pelas obras olímpicas. Diferente das versões anteriores, a última versão do PPVA concentrou-se em garantir que os moradores remanescentes tivessem acesso a infraestrutura básica e espaços públicos que preservassem a memória coletiva e proporcionassem uma qualidade de vida digna (AMPVA, 2016, p. 33).

Conforme documentado pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (2016), a última versão do PPVA incorporou elementos que visavam reforçar a coesão social e a memória da comunidade, como o planejamento de áreas de convivência, além de estruturas simbólicas, como o Museu das Remoções,

que relembram o impacto das remoções e a luta dos moradores. A capela, um espaço de grande valor cultural e espiritual, foi mantida como um ponto central para a comunidade, simbolizando a continuidade de sua identidade (AMPVA, 2016, p. 35).

Mapa 7 – Anexo A: Reassentamento da Vila Autódromo



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2016⁸³.

Embora a versão final do PPVA tenha buscado a permanência de uma maior parte da comunidade, a imagem atual da Vila Autódromo mostra que grande parte do território foi convertida em infraestrutura olímpica, limitando a área residencial a um pequeno perímetro em torno das edificações principais e espaços comunitários. O Museu das Remoções e a capela tornaram-se marcos da resistência e preservação da memória local, enquanto as vias e áreas verdes ao redor mostram uma transformação significativa do entorno, com amplas avenidas e estruturas voltadas para o Parque Olímpico.

⁸³ Foto tirada durante a assinatura de acordo com a Prefeitura, Defensoria Pública do Rio de Janeiro e moradores da Vila Autódromo.

Em resumo, a versão final do PPVA foi uma resposta adaptativa às pressões externas, buscando manter o máximo possível da comunidade original e preservar sua história. O resultado final, embora reduzido em comparação ao plano original, representa uma vitória parcial da resistência comunitária, que conseguiu manter a sua presença e assegurar um legado histórico e cultural no local.

ANEXO B – REMOÇÕES E RESISTÊNCIA ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA CRÍTICA

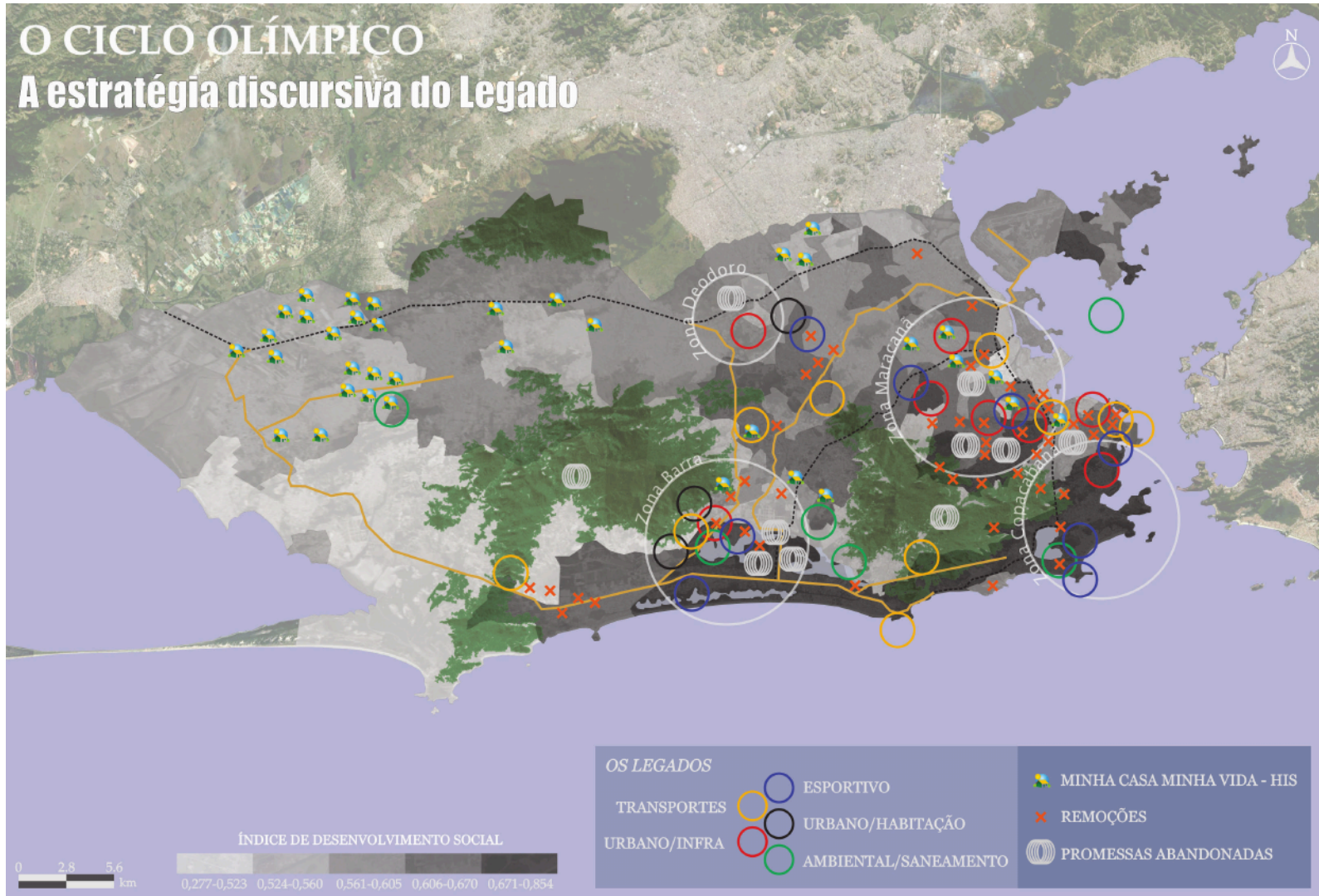
O artigo “Cartografia Crítica do (Des)legado Olímpico”, no livro de Sánchez e Moreira, descreve através de mapas a forma como o empresariamento urbano usou os Jogos Olímpicos de 2016 como fachada para o Urbanismo de Oportunidade, operacionalizado por Eduardo Paes, como um modelo de desenvolvimento urbano. A ordem dos mapas não está de acordo com o artigo escrito por Monteiro *et al* (2019), pois o objetivo foi demonstrar primeiro o processo de expropriação capitalista do empresariamento urbano, para depois ressaltar os focos de resistência dos movimentos comunitários.

O Mapa 8 "**O Ciclo Olímpico: A Estratégia Discursiva do Legado**", produzido por Poliana Monteiro, explora criticamente a narrativa do legado deixado pelos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Nele, são apresentados diferentes tipos de intervenção (esportiva, de transporte, infraestrutura urbana, habitação e saneamento ambiental) e suas respectivas localizações na cidade. O mapa utiliza ícones específicos para identificar as remoções realizadas, os projetos habitacionais vinculados ao programa "Minha Casa Minha Vida" e as promessas abandonadas, expondo visualmente a disparidade entre o discurso oficial e a realidade vivida pelas populações afetadas. As áreas marcadas como "remoções" indicam as regiões onde ocorreram deslocamentos forçados de moradores, principalmente nas zonas de baixo Índice de Desenvolvimento Social, contrastando com os projetos realizados em áreas já consolidadas e economicamente privilegiadas (Monteiro, 2019, p. 86).

O Mapa 9 "**O Ciclo Olímpico: Privatização dos Lucros e Socialização dos Custos**", de Poliana Monteiro, critica a distribuição desigual dos investimentos olímpicos no Rio de Janeiro, evidenciando que os custos foram absorvidos pelo setor público enquanto os lucros, do legado olímpico, beneficiaram o setor privado. Representando intervenções como o Metrô Linha 4, o Parque Olímpico e o VLT, o mapa revela a concentração de recursos em áreas privilegiadas, enquanto regiões periféricas e comunidades vulneráveis foram impactadas por remoções e gentrificação. A imagem expõe o contraste entre o discurso oficial de legado inclusivo e a realidade de exclusão social, destacando a flexibilização legislativa que

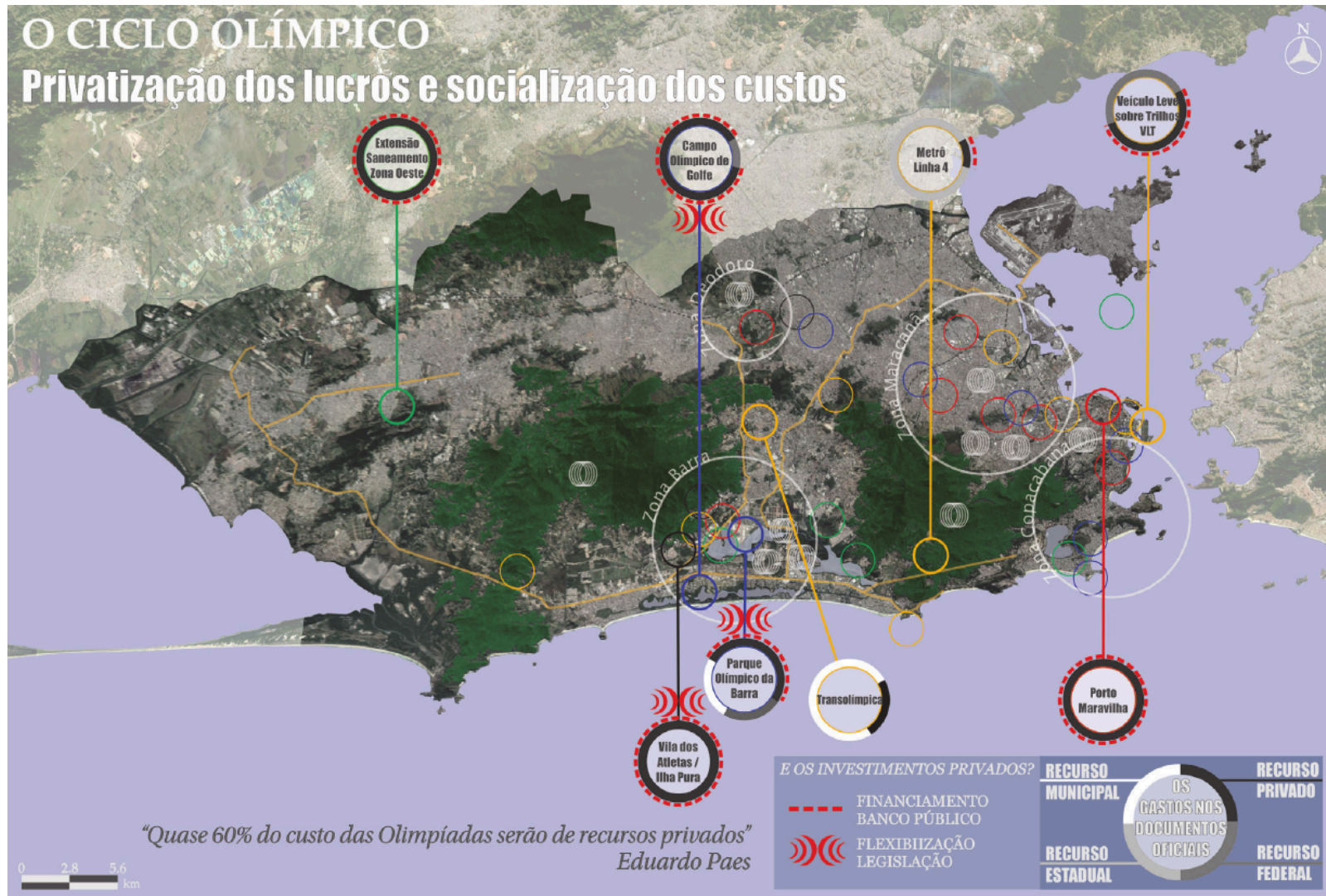
favoreceu interesses econômicos em detrimento da população local (Monteiro, 2019, p. 86).

Mapa 8 – Anexo B: A estratégia discursiva do legado



Fonte: Monteiro (2019, p.86).

Mapa 9 – Anexo B: Privatização dos lucros e socialização dos custos

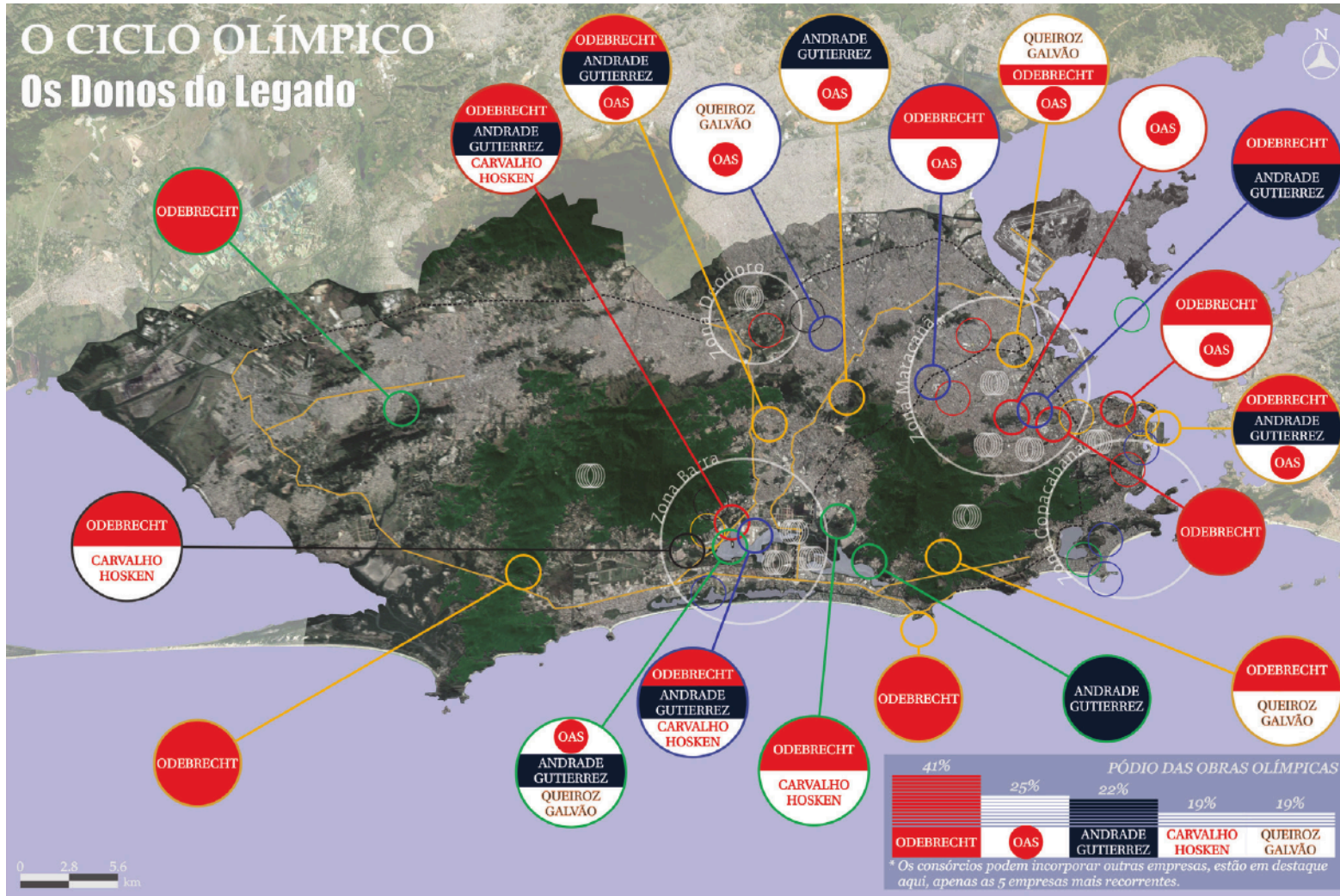


Fonte: Monteiro(2019, p. 89).

O Mapa 10 intitulado "**O Ciclo Olímpico: Os Donos do Legado**", criado por Poliana Monteiro, evidencia a participação de grandes construtoras, como Odebrecht, Queiroz Galvão, OAS e Andrade Gutierrez, na execução das obras relacionadas aos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Essa cartografia destaca a distribuição de contratos e obras concedidos a essas empresas em diferentes áreas da cidade, especialmente em projetos de infraestrutura e desenvolvimento imobiliário, como o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas, na Barra da Tijuca. Ao demonstrar o controle dessas corporações sobre os investimentos e transformações urbanas, a imagem denuncia um processo de reconfiguração espacial excludente, onde o "legado olímpico" beneficia as elites corporativas, enquanto os impactos negativos, como as remoções e a perda de direitos habitacionais, recaíram sobre os moradores vulneráveis (Monteiro, 2019, p. 88)

O Mapa 11 "**O Ciclo Olímpico: Um Projeto Injusto para uma Cidade Desigual**", elaborado por Poliana Monteiro, apresenta uma análise crítica da distribuição de recursos financeiros destinados às obras e intervenções urbanas realizadas para os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Com o uso de escalas de cor, o mapa indica o gasto por metro quadrado, revelando um investimento desproporcional, especialmente na Zona Barra, onde 84% dos recursos foram concentrados. Em contraste, áreas periféricas e de baixa renda, que sofreram com remoções e processos de gentrificação, receberam investimentos mínimos. Essa representação visual evidencia a disparidade na alocação de recursos, onde investimentos significativos foram direcionados para regiões que já possuíam infraestrutura consolidada, marginalizando, assim, comunidades mais vulneráveis e reforçando as desigualdades socioespaciais na cidade. Ao mapear os gastos e as áreas de intervenção, a cartografia de Monteiro ilustra como o "legado olímpico" foi implementado com foco na maximização do lucro e no embelezamento de áreas de interesse econômico, deixando de lado o compromisso com a inclusão social e o bem-estar das populações afetadas (Monteiro, 2019, p. 9)

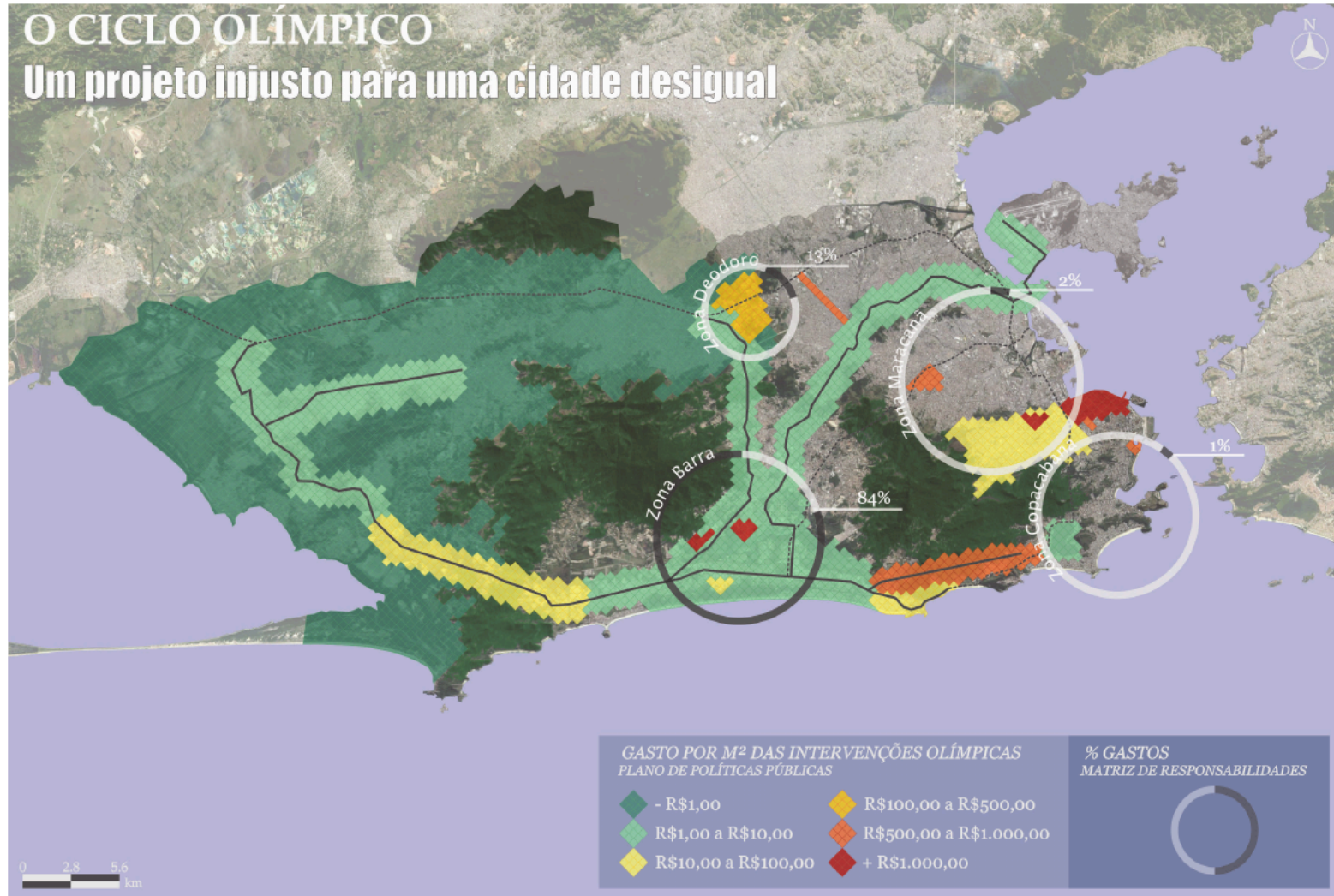
Mapa 10 – Anexo B: Os donos do Legado



Fonte: Monteiro(2019, p. 88)

Em contraposição aos mapas anteriores, que destacam as áreas de grande investimento, como a Zona Barra, e as empresas beneficiadas, como Odebrecht e Andrade Gutierrez, este mapa sublinha as comunidades e coletivos que resistiram à exploração e gentrificação promovidas pelo urbanismo olímpico. Enquanto as construtoras e investidores lucraram com a infraestrutura e os grandes projetos financiados em parte pelo setor público, as comunidades marginalizadas sofreram remoções, perdas de direitos e fragmentação de seus laços sociais. Assim, este mapa representa uma “contra-cartografia”, dando visibilidade à resistência popular e contrastando com os mapas que destacam os ganhos econômicos concentrados em setores privilegiados da cidade (Monteiro, 2019).

Mapa 11 – Anexo B: Um projeto injusto para uma cidade desigual



Fonte: Monteiro(2019, p. 92).

ANEXO C – RELATO DE RESISTÊNCIA

Este Anexo é importante por trazer o relato de pessoas que passaram pela luta da Vila Autódromo e resistiu ao processo de remoção:

Moradora dá o sangue e vira símbolo para famílias desalojadas por vila olímpica no Rio

Carolina Farias

Colaboração para o UOL, no Rio

27/12/2017

Maria da Penha Macena é uma mulher sorridente e falante. Nem parece pensar nos dois anos que viveu sob ameaça de ter seu teto demolido.

Mas a lembrança não vai se esmaecer. Seu rosto sereno, ao lado de outras duas moradoras da comunidade de Vila Autódromo, estampa um painel na Gamboa, na zona portuária do Rio, próximo ao Museu do Amanhã. A obra é de um grupo de artistas uruguaios.

A paraibana Penha, 52, chegou ao Rio aos seis anos de idade e se tornou um dos símbolos de resistência e luta por moradia. Ela permanece na comunidade que existe há 26 anos ao lado do que hoje é o Parque Olímpico, na divisa da Barra da Tijuca com Jacarepaguá, na zona oeste.

Também estão lá outras 19 famílias, mas a vila já abrigou 650 lares antes de entrar na mira da prefeitura por estar no "meio do caminho" para o acesso ao complexo com 1,18 milhão de m² composto por arenas, centro de tênis, parque aquático, velódromo e dois hotéis.

As famílias removidas foram indenizadas ou conduzidas para o conjunto Parque Carioca, do Minha Casa, Minha Vida, em Jacarepaguá, construído especialmente para esses moradores.

"As remoções começaram verdadeiramente em março de 2014 e terminaram em maio de 2016, quando a última casa foi demolida. As nossas casas foram construídas em dois meses e meio. Foi rápido porque tinham pressa para mostrar que a comunidade estava urbanizada", diz Penha.

A disputa para ficar na comunidade tirou o sono e sangue de Penha, literalmente. Em uma das tentativas de reintegração de posse, ela teve o nariz

quebrado por um golpe de cassetete. Outros sete moradores foram agredidos pela Guarda Municipal. Era a tarde do dia 3 de junho de 2015.

"A oficial de Justiça chegou e fomos para rua para saber o que estava acontecendo. Era para levar uma família que estava sendo desapropriada, mas não tinha sido avisada. Falamos que tinha que negociar. Levou quase um dia inteiro. Chegou um momento em que ela disse que tinha que derrubar. Nós dissemos: 'Só se bater em todo mundo aqui'. Fizemos um cordão humano", conta.

"A guarda começou empurrando, depois que começaram a bater. Fui uma das primeiras machucadas. Um cassetete quebrou meu nariz. Comecei a sangrar, quem estava de fora começou a jogar pedra, foi um alvoroço. Foram sete feridos, mas não levaram a família."

Penha diz acreditar que aquele dia foi decisivo para a prefeitura decidir reurbanizar a área com a permanência das 20 famílias.

"Foi um dos piores dias das nossas vidas. Mas, atrás de uma coisa ruim, vem sempre uma muito boa. Acho que é por causa daquele dia que ainda estamos aqui. Tivemos a certeza de que governo não podia nos tirar na marra. O povo junto, unido e forte vence. Aquela dia nos fortaleceu muito mais", afirma a moradora.

"Essa terra era nossa por dois direitos seguidos: todos nós temos direito à moradia, ninguém nasce para viver no relento, e essa terra tinha sido doada pelo Estado. Tínhamos uma concessão de uso e uma lei complementar que diz que essa terra é área de especial interesse social para fins de moradia popular", explica.

"Querida uma casa com dignidade"

Penha nasceu em Itabaiana, na Paraíba, de mãe solteira e analfabeta. Ela foi criada pela avó enquanto a mãe vinha para o Rio para tentar dar uma vida melhor aos três filhos. Aos seis anos, Penha foi morar com a família na Rocinha.

"Comecei a trabalhar aos oito anos lavando copos em um bar na Rocinha. Depois comecei a servir pinga aos clientes. Trabalhei em pastelaria, vendi cachaça em porta de obra, tive barraca de comida e fui diarista. Quis sair da Rocinha porque queria mais espaço, lá é tudo muito apertado", diz.

Casada e com uma filha, foi para a Vila Autódromo aos 26 anos, em busca de uma casa com um quintal para a criança brincar. "Querida que uma casa com dignidade, o ideal para toda pessoa", conta. "Já são 23 anos de luta."

"O povo não é lixo para ser removido"

Maria da Penha Macena, moradora da Vila Autódromo

Penha não está na luta sozinha. Tem a seu lado (inclusive no mural) Sandra Regina Damião, 54, e Dalva Crispino de Oliveira, 84.

São convidadas a dar palestras e falar da resistência para garantir a moradia. Penha já esteve na ONU (Organizações das Nações Unidas), na Suíça, e em Washington, nos EUA.

Também já foram procuradas por organizações no Japão, que receberá os Jogos Olímpicos de 2020, para falar do processo de remoção.

"Gravamos vídeos porque lá já estão acontecendo remoções por causa das Olimpíadas. A mesma coisa que aconteceu com a gente aqui acontece lá. E lá é pior porque lá pobre não tem voz, não ganham outra casa, eles têm que se virar", afirma Sandra.

"Acabamos sendo símbolo da luta de resistência no país e fora porque, na história das Olimpíadas, a vila venceu esse processo. São 20 famílias. Se olhar pelo lado de que saíram muitas, a vitória é pequena, mas, se olhar pelo lado do gigante que enfrentamos, é uma grande conquista", diz Penha.

"Briguei com meu marido quando ele disse que ia querer sair daqui", disse Dalva.

Penha também tem um novo projeto, que ganhou o nome de Museu das Remoções. "Estamos pensando em fazer um lugar para um acervo de fotos. A ideia é manter a história da comunidade antiga e continuar a nova história", explica.

Elas terão mais uma vitrine quando for lançado o documentário "1000 Mulheres de Luta", do Grupo Daza.

"O objetivo é ser ferramenta de luta contra as remoções. O povo não é lixo para ser removido", diz Penha.

Sem árvores nem documentos

As 20 casas da vila destoam com a paisagem no entorno, cheia de edifícios altos, entre eles os hotéis do Parque Olímpico.

Quase todas as residências parecem cubos brancos, pois não têm telhados inclinados e de telhas, comuns no Brasil.

Cada terreno tem 180 metros, com sala, cozinha, dois quartos e área de serviço, além de quintal e uma área na frente do imóvel que serve de garagem.

"Gostamos das casas porque são as únicas que temos, mas, se pudéssemos escolher, seria um projeto diferente. Pediria quartos e cozinha maiores. Colocaria a

janela da sala em um lugar diferente. As casas são quentes, a rua não tem arborização. Nós tínhamos muitas árvores antes", conta Penha.

O que ainda preocupa é a falta de documentação dos imóveis, que dificulta a realização de serviços como cabeamento de telefone, internet e até o recebimento de correspondências.

"Já tem mais de um ano e nada de documentação. Também não nos dão prazo", disse Penha, que afirmou que os moradores estão em contato com a Secretaria Municipal de Habitação.

Por meio de nota, a prefeitura informou que a Subsecretaria de Urbanismo está finalizando a elaboração do Projeto de Aprovação de Loteamento (PAL), que consiste no desenho da área, definição dos equipamentos coletivos da região, definição das ruas e a individualização das moradias com matrícula em cartório e emissão do Habite-se.

"O processo é naturalmente burocrático e demorado. Principalmente o registro em cartório, que independe de uma ação específica por parte da prefeitura", diz a nota.

"Como se trata de uma nova área, as ruas do loteamento precisavam existir oficialmente para que os endereços das residências tivessem validade e código postal. Os títulos de propriedade serão entregues assim que todos os trâmites forem finalizados."

A conclusão, segundo o órgão, deve acontecer no primeiro semestre de 2018.

ANEXO D – FOTOGRAFIAS DA VILA AUTÓDROMO

Este Anexo tem por finalidade contribuir com a percepção do leitor sobre o território objeto de estudo, o espaço geográfico pode ser entendido de diversas formas e uma delas é com imagens que nos aproxima da realidade vivida, da existência e da resistência das pessoas para com o seu lugar e lar de fala.

Fotos da Vila Autódromo antes das Remoções

Barco de pesca na Lagoa de Jacarepaguá



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2012.

Dia de feira na Vila Autódromo



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2013.

Serviço Público na Vila Autódromo antes de ser Removida



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2013.

Conjunto de casas coloridas da Vila Autódromo



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2013.

Apoio de trânsito da Prefeitura do Rio na Vila Autódromo



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2013.

Fotos do Museu das Remoções

Placa de Boas Vindas à Vila Autódromo e ao Museu das Remoções



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2022.

Visita guiada por Sandra Maria e Maria da Penha ao Museu das Remoções



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2017.

Visita guiada por Sandra Maria e Maria da Penha ao Museu das Remoções



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2015.

Visita guiada por Sandra Maria e Maria da Penha ao Museu das Remoções



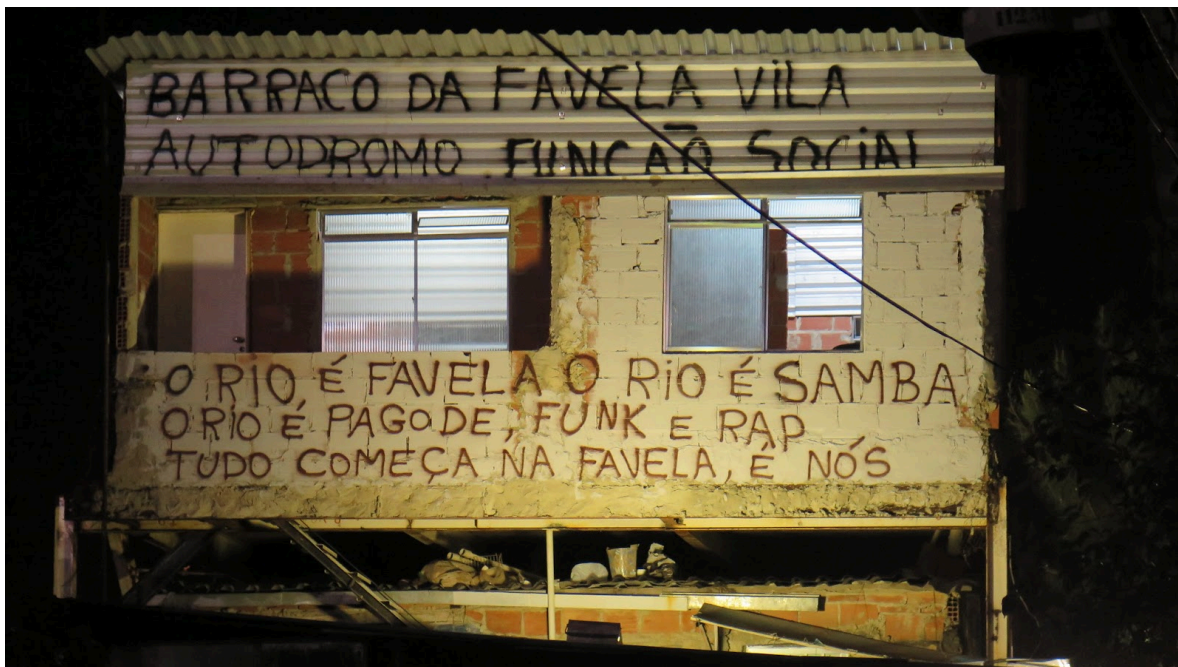
Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2022.

Visita guiada por Sandra Maria e Maria da Penha ao Museu das Remoções



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2022.

Casa do percurso expositivo do Museu das Remoções



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2016.

Visita guiada por Sandra Maria e Maria da Penha ao Museu das Remoções



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2022.

Visita guiada por Sandra Maria e Maria da Penha ao Museu das Remoções



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2017.

Visita guiada por Sandra Maria e Maria da Penha ao Museu das Remoções



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2017.

Visita guiada por Sandra Maria e Maria da Penha ao Museu das Remoções



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2017.

Fotos da Vila Autódromo durante as Remoções

Máquina demolindo uma casa



Fonte: Museu das Remoções.

Casa sem janelas, casa sem família e sendo removida



Fonte: Museu das Remoções, fotos Luiz Claudio da Silva, 2009.

Contraste entre a remoção da Vila Autódromo e a construção no Parque Olímpico



Fonte: Museu das Remoções, fotos Luiz Claudio da Silva, 2009.

Casa sendo demolida com janela para o céu entre nuvens



Fonte: Museu das Remoções, fotos Luiz Claudio da Silva, 2009.

Fotos Cubo Branco⁸⁴

Casa branca entregue aos moradores que resistiram às remoções.



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Flickr), 2016.

Contraste das casas da Vila Autódromo com o edifício do Parque Olímpico



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Flickr), 2016.

⁸⁴Cubo Branco faz referência aos espaços de museus e galerias que usavam a técnica de criar uma “neutralidade” para que o visitante foque só na obra de arte. Esta técnica pode ser interpretada, no caso da Vila Autódromo, para que o foco da narrativa seja o do Parque Olímpico e seus edifícios espelhados, ao invés das casas e histórias que resistiram às remoções.

Uniformidade das casas e a falta de árvores na rua⁸⁵



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Flickr), 2016.

Casa de Dona Dalva: Modificando o cubo branco



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2019.

⁸⁵ Segundo Penha, em entrevista à Carolina Farias em 2017: “As casas são quentes, a rua não tem arborização. Nós tínhamos muitas árvores antes”. (Anexo C)

Fotos do Artivismo na Vila Autódromo

Protesto em 9 de fevereiro de 2019 pela urbanização e títulos da Vila Autódromo



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2019.

Manifestação Vila Autódromo Rio +20



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), foto Cintia Barenho, 2012.

Música “alegrando sempre em nossos piores momentos”⁸⁶



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2019.

⁸⁶ Lá Vai Maria e a banda Ataque Brasil segundo os moradores acolhia e alegrava a comunidade com suas apresentações.

Mensagem para a prefeitura com bicicletas encostadas na parede



Fonte: Comunidades Catalisadoras, foto de Fabian Kronenberger (Flickr), 2016.

Ocupa Vila Autódromo



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2015.

Ocupa BRT Vila Autódromo



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2019.

Manifestação Vila Autódromo Rio +20



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), foto Cintia Barenho, 2012.

Ocupa Vila Autódromo



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2015.

Resistir



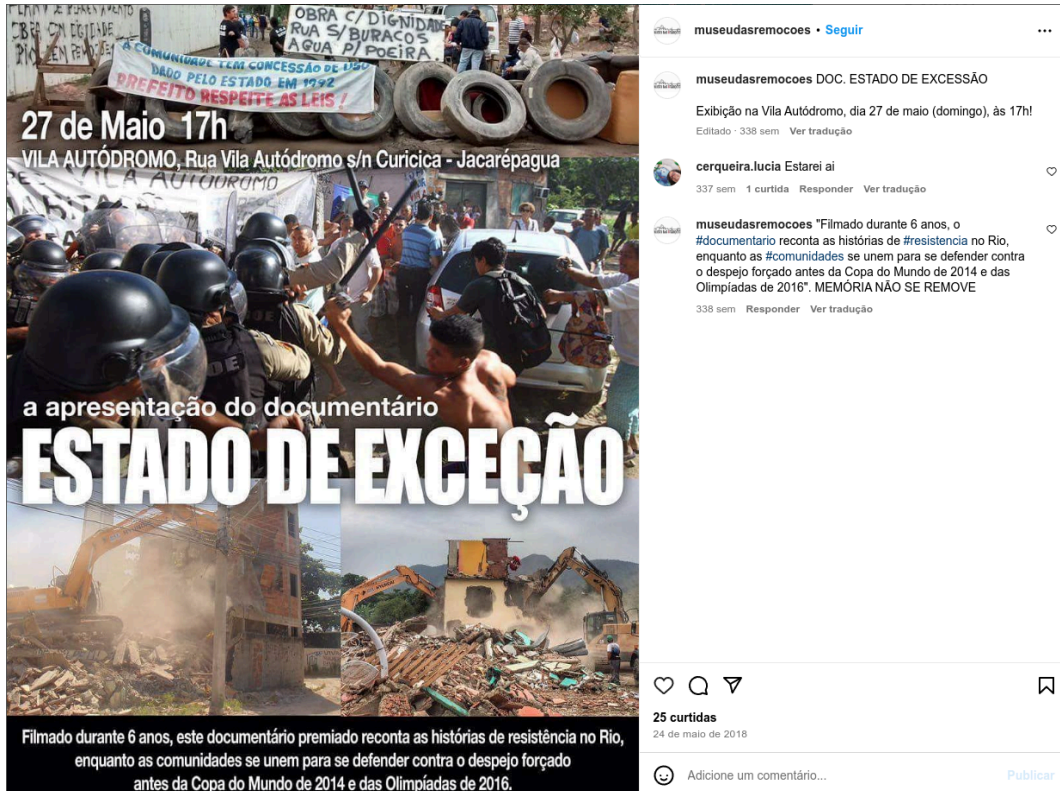
Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2015.

Ocupa Vila Autódromo



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2015.

Documentário: Estado de Exceção



27 de Maio 17h
VILA AUTÓDROMO, Rua Vila Autódromo s/n Curcica - Jacarépagua

a apresentação do documentário
ESTADO DE EXCEÇÃO

Filmado durante 6 anos, este documentário premiado reconta as histórias de resistência no Rio, enquanto as comunidades se unem para se defender contra o despejo forçado antes da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

museudasremocoes • Seguir

museudasremocoes DOC. ESTADO DE EXCESSÃO

Exibição na Vila Autódromo, dia 27 de maio (domingo), às 17h!
Editado · 338 sem · Ver tradução


cerqueira.lucia Estarei ai
337 sem · 1 curtida · Responder · Ver tradução

museudasremocoes "Filmado durante 6 anos, o #documentario reconta as histórias de #resistencia no Rio, enquanto as #comunidades se unem para se defender contra o despejo forçado antes da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016". MEMÓRIA NÃO SE REMOVE
338 sem · Responder · Ver tradução

25 curtidas
24 de maio de 2018

Adicione um comentário... Publicar

Fonte: Museu das Remoções (instagram), 2018.



PRÉ-ESTREIA
MORMAÇO

A CIDADE NÃO ESTÁ À VENDA

Exibição será seguida de debate com presença da diretora Marina Meliande

Vila Autódromo
sábado, 27/04
Início do evento 16h30
Exibição do filme 18h

VIVA A VILA AUTÓDROMO
MUSEU DAS REMOÇÕES

museudasremocoes • Seguir
Rio de Janeiro

museudasremocoes Amanhã (27/04) na #VilaAutódromo: Pré-estremia do filme #Mormaço em uma tarde repleta de arte. Evento gratuito. Confira a programação completa no link da nossa bio.

#MemóriaNãoSeRemove #Cinema #CinemaNacional #Arte #Cultura

290 sem · Ver tradução

56 curtidas
26 de abril de 2019

Adicione um comentário... Publicar

Fonte: Museu das Remoções (instagram), 2019.

Não somos palhaços



Fonte: Museu das Remoções (instagram), foto Luiz Cláudio da Silva, 2018.

Associação de Moradores

Associação de Moradores da Vila Autódromo



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2014.

Mapa Vila Autódromo AMPVA



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2015.

Marielle Franco em conversa com moradores na AMPVA, Vila Autódromo.



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2015.

Marielle Franco em conversa com moradores na AMPVA, Vila Autódromo.



Fonte: Comunidades Catalisadoras (Flickr), 2015.